

- O Efeito do Gasto Público na Justiça em Portugal -

NATACHA A. CORREIA DE JESUS SILVA

**TESE:
O EFEITO DO GASTO PÚBLICO NA
JUSTIÇA EM PORTUGAL**

DOUTORAMENTO EM ECONOMIA APLICADA

**FACULDADE DE CIÊNCIAS
ECONOMICAS EMPRESARIAIS
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA**

TESE COM O TEMA: **O EFEITO DO GASTO
PÚBLICO NA JUSTIÇA EM PORTUGAL**, DO
CURSO DE DOUTORAMENTO EM ECONOMIA
APLICADA, TUTORADO PELO PROFESSOR
DOUTOR LUÍS ANTONIO CARAMÉS VIÉITEZ.

Natacha Alexandra Correia de Jesus Silva

AGRADECIMENTO:

Em primeiro gostaria de agradecer ao Senhor Professor Doutor Luís António Caramés Viéitez, meu coordenador na presente tese de doutoramento, pelo apoio, pelo acompanhamento *ab initio*, pela forma como se mostrou sempre disponível e assertivo nas orientações, elas próprias tão incisivas e coerentes. Agradeço-lhe por me ter guiado num tema tão polémico como este, e sobretudo, reconheço-lhe também, o mérito na elaboração da presente dissertação.

Uma nota especial aos meus pais e irmã. Pela presença constante, pelo exemplo, e pelo colo.

Não poderia deixar de mencionar a minha amiga Dr.^a Virgínia Faria, advogada de profissão e coração, que me ajudou a perceber “o direito” nas mais variadas vertentes, para ela todo o meu apreço e consideração por toda a disponibilidade e amizade que sempre estiveram presentes.

Por último, uma referência ao Dr. Filipe Macedo por ter tido o seu total apoio nesta caminhada, do qual também me congratulo pela sua amizade.

INDICE

Abstract	7
Introdução	8
 CAPÍTULO I	
Contextualização Europeia	24
 CAPÍTULO II	
1. Portugal – Justificação de uma Reforma	32
2. Tentativas de Reforma	41
3. Resolução e Recomendação do CEPEJ e OPJ	45
 CAPÍTULO III	
1. Reforma Judiciária	48
2. Nova Reforma dos Tribunais	51
3. Apresentação da Reforma do Mapa Judiciário	55
4. Novo Modelo de Gestão	58
5. Novo Modelo de Competências	59
6. Nova Matriz Territorial	60
7. A Reafirmação e Promoção do princípio do Acesso à Justiça e ao Direito para todos os cidadãos	75
8. Reforma do CPC	75
9. Reforma da Acção Executiva	77
 CAPÍTULO IV	
Resolução Alternativa de Litígios	83
1. Mediação	87

2. Arbitragem	97
3. Julgados de Paz	102
4. O Acesso ao Direito – Patrocínio Judiciário	111

CAPÍTULO V

Orçamento da Justiça 2008

1. Justiça ao serviço do desenvolvimento	114
2. A justiça no contexto do Orçamento de Estado de 2008	114
3. Sistema Judicial / Reformas Legislativas e Orgânicas	116
4. Requalificação das Infra-Estruturas	116
5. Modernização Tecnológica	117
6. Mais Recursos Financeiros	117
7. Mais Meios	117
8. Descongestionamento de Tribunais e Resolução Alternativa de Litígios	118
9. Sistema Prisional	118
10. Actualização Legislativa; Promoção da Reabilitação	119
11. Cooperação Internacional	122
12. No Espaço Europeu	122
13. Adequação às actuais necessidades	122

Orçamento da Justiça 2009

1. Justiça ao Serviço do desenvolvimento	123
2. Políticas de programação estratégica	123
3. A Justiça no contexto do Orçamento de Estado de 2009	123
4. Reorganização dos Tribunais	123
5. Sistema Judicial	125
6. Requalificação das Infra-Estruturas	125
7. Modernização Tecnológica	126
8. Reforço da Segurança	126
9. Mais Recursos Financeiros, Humanos e Materiais	126
10. Inovação Tecnológica	127
11. Descongestionamento de tribunais e Resolução Alternativa de Litígios	127

12. Sistema Prisional	128
13. Mais trabalho a favor da comunidade	129
14. No Espaço Europeu	133
15. No Espaço Ibero-Americano	133
16. Na comunidade de países de língua Portuguesa	133
17. Menos Funcionários	133

CAPÍTULO VI

Inquérito	134
Conclusão	155
Referências Bibliográficas	166
Anexos	176

ABSTRACT

Este estudo sublinha alguns estudos comparados sobre o sistema judicial português e versa sobre uma avaliação comparativa dos diversos sistemas judiciais.

No capítulo I dá-se conta da contextualização europeia, no âmbito das diferentes abordagens aos sistemas judiciais.

O capítulo II, salienta a importância de uma reforma no sistema judiciário português, enfatizando as concretas alternativas e resoluções levadas a cabo. Não obstante, invoca-se também a pesquisa que versou acerca das recomendações e resoluções da CEPEJ (Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça) e, em alguns casos, também do OPJ (Observatório Permanente da Justiça).

Incontornável seria colocar um capítulo referente à concreta Reforma do sistema Judiciário Português. Neste sentido, o capítulo III dá enfoque à Nova Reforma judiciária abordando também a nova reforma dos tribunais.

Aborda-se, no capítulo IV, a questão a cada dia mais pertinente e propositada que é a Resolução Alternativa de Litígios, como meio mais próximo dos cidadãos, e nesse sentido, realça-se a importância do acesso ao direito e ao patrocínio judiciário.

Seguidamente, o capítulo V, faz uma resenha comparativa aos Orçamentos da Justiça nos anos 2008 e 2009.

No capítulo VI dedicamos toda a nossa atenção a um Questionário Preliminar realizado a um grupo de Juízes, Advogados e Oficiais de Justiça com idades e salários diferenciados. A informação obtida neste questionário foi extraída pelas diversas regiões de Portugal, no qual perspectivamos uma melhor e mais realista compreensão desta problemática. A consulta do Questionário pode ser feita no Apêndice.

Foi intenção propor uma conduta, um caminho. Ao longo do estudo e pesquisa feitos, fui-me debruçando nas quebras de confiança de que o sistema de justiça em Portugal é alvo e fui delineando uma tendência, ainda que ténue. Com bom grado foi verificado que não só era uma tendência adoptada e defendida por mim, mas também pelas Comissões e Comités envolvidos da observação do mesmo sistema judicial. O caminho está traçado. Resta-nos salvaguardá-lo e assegurar o seu desenvolvimento.

Introdução

Desde os finais dos anos 80 que, à escala global, as reformas do sistema judiciário passaram a constituir componentes principais das agendas políticas de diferentes Governos. A natureza e extensão das reformas dependem, naturalmente, de vários factores, desde logo, do tipo de problemas e bloqueios considerados mais relevantes num dado momento, eles próprios fortemente induzidos pelo modo como foram diagnosticados, mas, também, do contexto político, económico, social e cultural de cada país.

Inicialmente centradas em soluções de carácter processual e no apetrechamento dos tribunais com mais recursos humanos e mais infra-estruturas, o aumento exponencial da procura judicial, induzida pelas transformações no Estado, na sociedade e na economia, que tem a sua tradução máxima na explosão das acções para a cobrança de dívidas, mostrou a sua insuficiência. O que levou ao crescente investimento noutro tipo de medidas actantes sobre a procura de tutela judicial, como é o caso de medidas de desjudicialização e descriminalização de certas condutas e de criação de meios alternativos de resolução de litígios.

Mais recentemente, as reformas de organização e gestão da administração da justiça

¹ Considera-se como litígios de baixa intensidade, os litígios em que o tribunal é usado instrumentalmente para uma função puramente de certificação, como era o caso do divórcio por mútuo consentimento, isto é, as partes recorrem ao tribunal porque é uma imposição legal e não porque resulta da sua vontade. Para além destes casos, temos os litígios em que não há incerteza sobre os direitos e as obrigações de cada uma das partes. *“O tribunal é utilizado pelo autor como instância de coercibilidade ou meio para obter um título executivo e pelo réu como instrumento dilatatório do prazo de cumprimento da sua obrigação. Estão neste grupo grande parte das acções de dívida”* (Santos, et al., 1996: 157).

² Estão no pólo oposto aos litígios de baixa intensidade, onde tendencialmente se poderão integrar grande parte das restantes acções declarativas, como acções relativas a direitos de propriedade, responsabilidade civil contratual, divórcios litigiosos, tutela dos direitos de personalidade, etc... São litígios onde, normalmente, o recurso ao tribunal significa que as partes têm perspectivas diferentes sobre o âmbito dos seus direitos ou obrigações (cf. Santos, et.al. 1996: 157).

passaram a constituir uma das principais apostas das agendas de reforma de vários países europeus. No âmbito destas medidas de carácter organizacional, a redefinição dos territórios da justiça e da estrutura da organização judiciária passaram, também elas, a constituir questões centrais do debate sobre o sistema de administração da justiça, induzidas por vários factores, em especial, pelos descoincidentes processos de desenvolvimento sócio-económico e de mutação do território que provocam profundas assimetrias na procura judicial, criando o que se designa por vários “países judiciários” dentro de um mesmo país. O desenvolvimento das novas tecnologias de informação e de comunicação, bem como das redes viárias, promovendo as acessibilidades, vieram ajudar à promoção do debate sobre uma nova organização territorial da justiça.

Em Portugal, à semelhança de outros países, os modelos estruturais de organização judiciária têm resistido, sem grandes alterações, às transformações políticas, sociais e económicas, mantendo uma linha de continuidade, que, no essencial, as mudanças introduzidas não modificaram, com excepção das que derivaram do processo de democratização do país. No que diz respeito à evolução do mapa judiciário, verificamos que, nos últimos trinta anos, houve apenas uma reforma que, concretizada na sua plenitude, poderia ter alterado a matriz da divisão judicial do território, mas que não foi bem sucedida.

As reformas ocorridas no sistema de administração da justiça após a Constituição de 1976 podem ser agregadas em três períodos: o período de 1977 a 1987, em que se procedeu às reformas judiciárias necessárias à dignificação e democratização do poder judicial e ao corte com o sistema judicial vigente durante o Estado Novo; o período de 1987 a 1999, dominado pela controvérsia sobre os tribunais de círculo e pela crescente desadaptação dos tribunais ao crescimento exponencial da procura; e o período de 1999 até à actualidade, em que se extinguiram os tribunais de círculo e se registou uma tentativa de adaptação da oferta de justiça à procura crescente, através da disponibilização de mais meios físicos e humanos e do reforço da informatização, assim como da incorporação na política pública de justiça das ideias de simplificação processual e de desjudicialização, em especial através da criação de meios alternativos de resolução de litígios.

A análise do volume da procura judicial mostra a sua estreita relação com a densidade populacional, acentuando-se em áreas que economicamente têm ganho novos estímulos e funcionalidades. Identificam-se claramente a influência da litoralização para Norte, a partir da Península de Setúbal, e a mancha de fluxo da procura que se expande desde o litoral do Distrito Judicial de Coimbra até ao eixo Guarda- Castelo Branco, bem como a alguns centros urbanos de média dimensão no Distrito Judicial de Évora (Abrantes, Évora, Beja) e parte do litoral algarvio (Faro, Portimão), áreas que registam um ganho populacional significativo.

Considerando o volume médio anual dos processos entrados no período 2000-2004, identificam-se quatro “países judiciários”: grande parte do interior, costa alentejana e algarvia (com excepção das comarcas de Faro, Loulé, Albufeira e Portimão) e algumas zonas do litoral centro (como, por exemplo, Mealhada e Mira), com uma média anual de processos entrados por comarca igual ou inferior a 1.000 – uma parte muito significativa com menos de 500 processos; parte das comarcas do litoral centro e norte (com algumas excepções), as comarcas de Faro, Loulé, Albufeira e Portimão e os principais centros urbanos do interior, com um volume médio de processos entrados superior a 1.000, mas inferior a 5.000 processos; com uma média de processos entrados superior a 5 000, as áreas peri-urbanas de Lisboa (Oeiras, Sintra e Loures) e do Porto (Vila Nova de Gaia, Maia e Matosinhos) e alguns pólos mais industrializados ou com maior concentração de serviços (Setúbal, Viseu, Coimbra, Aveiro, Leiria, Braga, Santa Maria da Feira e Guimarães); e as comarcas de Lisboa (303.139) e Porto (102.147), com um número médio de processos entrados largamente superior.

Comparando o ano de 1991 com o período actual, verificamos que 170 comarcas registam uma diminuição do número de processos entrados. Em 1991, do total de comarcas instaladas, 72 registaram menos de 1.000 processos entrados e, destas, 33 menos de 500 processos entrados, contra as actuais 123 e 73, respectivamente. A diminuição da procura é mais acentuada nas comarcas do interior do país. No Distrito Judicial de Coimbra, comparativamente com o ano de 1991, 50 das comarcas registaram uma diminuição do número de processos entrados; no Distrito Judicial de Évora, 42; no Distrito Judicial de Lisboa, 19; e, no Distrito do Porto, 11 comarcas. Se é

certo que tal facto é também induzido por outros factores, designadamente, pelas alterações de natureza legal que desviaram dos tribunais alguma da procura e pela criação de novas comarcas, afectando a procura nas comarcas contíguas, a transformação é, sobretudo, induzida pelas dinâmicas sócio-demográficas. Acresce que, entre 2000 e 2004, verificou-se uma diminuição do volume de processos entrados em 40 das comarcas instaladas.

Hoje, a maioria das comarcas apresenta uma média anual de processos entrados inferior a 1.000 processos (123 comarcas, representando 54%), sendo que 32% (73 comarcas) têm um número médio de processos entrados inferior a 500. Das 231 comarcas instaladas no país, apenas 26 têm um volume médio anual de processos entrados superior a 5.000; e 10, correspondentes a 4%, superior a 10.000.

Na generalidade das comarcas, o volume de processos entrados não foi acompanhado de igual volume de processos findos, o que explica o crescimento exponencial dos processos pendentes que, em 2004, atingiram mais de 1.400.000 processos. Da pesquisa feita e informação recolhida, agregando as comarcas de acordo com o volume de processos entrados, certo é que, na grande maioria daquelas, os processos findos situam-se muito abaixo dos entrados, o que leva a que as pendências apresentem, nas diferentes comarcas e independentemente do volume de processos entrados, igual tendência de subida.

A tendência das pendências indicia um padrão de ineficiência do sistema de justiça que não será alterável apenas com medidas que actuem sobre a procura, mas exige outras, designadamente de natureza processual, que tornem a tramitação processual menos burocrática, e, sobretudo, medidas que permitam alterar o sistema de administração e gestão dos tribunais e o modelo de colocação dos magistrados. Este modelo leva a que, hoje, os magistrados em início de carreira, sem experiência, sejam colocados em comarcas com maior dispersão da litigação o que não pode deixar de se reflectir no seu desempenho.

A litigação cível representa, no período 2000-2004, cerca de 83% dos processos entrados, assim distribuídos: 53% acções cíveis (29% acções executivas e 24% acções

declarativas); 26% injunções; e 3% acções tutelares cíveis. As acções penais têm um peso de 17%. Os processos de instrução e tutelares educativos têm um peso residual, respectivamente de 0,9% e 0,6%. Embora com pesos relativos diferentes, a litigação cível (considerando o conjunto das acções declarativas e executivas) é prevalecente na quase totalidade das comarcas. O peso relativo das diferentes jurisdições no conjunto dos processos entrados regista, contudo, algumas variações, considerando os vários agrupamentos de comarcas. Destacam-se as seguintes. O peso relativo das acções declarativas, comparativamente com o padrão nacional, cai para cerca de 18% nas comarcas de Lisboa e Porto e aumenta para cerca de 31% nas comarcas com um volume de processos entrados inferior a 1.000 processos. A variação mais significativa dá-se nos procedimentos de injunção e nos processos penais. Os primeiros são claramente dominantes nas comarcas de Lisboa e Porto (cerca de 43%), vendo o seu peso relativo diminuir no grupo de comarcas que apresentam um volume de processos entrados mais baixo (para cerca de 7%). O peso relativo dos processos penais é maior nas comarcas com um volume geral de processos entrados menor.

Quanto ao objecto dos litígios, os indicadores mostram que o padrão de distribuição dos objectos de acção não registou alterações significativas se compararmos as tendências identificadas na última década, já evidenciadas em anteriores estudos do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. Os tribunais continuam demasiado acessíveis às acções de dívida, quer na fase declarativa, quer na fase executiva, que dominam largamente a litigação cível, em especial nos grandes centros urbanos e, sobretudo, nas comarcas de Lisboa e Porto. No período 2000-2004, o peso das acções de dívida nas acções declarativas era de 60%. Mas, em Lisboa e Porto, a percentagem sobe para 85% e 73,5%, respectivamente. De tal forma que basta retirar as comarcas de Lisboa e Porto para a composição da litigação se alterar significativamente, descendo o peso relativo das dívidas para 44%.

Os indicadores mostram, assim, que os nossos tribunais, em matéria cível, estão “ocupados” com processos que têm muito pouca complexidade jurídica, mas que levam o Estado a gastar muitos milhares de euros para os julgar. E neste, tal como em outros campos, a questão do gasto público torna-se de todo em todo pertinente.

O peso das dívidas no total da litigação cível, seja como procedimento de injunção, acção declarativa ou executiva, faz emergir as pessoas colectivas como os grandes mobilizadores do sistema de justiça cível. No período 2000-2004, 74,2% das acções cíveis foram intentadas por pessoas colectivas. Em Lisboa e no Porto, o peso das pessoas colectivas sobe para 92,8% e 87,6%, respectivamente. A grande maioria das pessoas colectivas, em especial no caso das comarcas de Lisboa e Porto e nas áreas peri-urbanas daquelas cidades, que intentam injunções, acções declarativas ou executivas são litigantes frequentes, ou seja, litigantes que repetidamente recorrem aos tribunais, no mesmo período por causa do mesmo tipo de litígio. Nos últimos anos, o que se tem registado é, tão só, a emergência de novos litigantes frequentes, como, por exemplo, operadoras de telemóveis e de TV por cabo. O que significa que os tribunais estão a ser intensamente mobilizados por pessoas colectivas com capacidade económica para poder gerir, de forma racional, a sua litigância.

Esta circunstância tem, ainda, mais relevância se tivermos em conta que o valor da grande maioria do total das dívidas (declarativas, executivas e injunções) que entram no sistema de justiça é inferior a 2.000 Euros. Por exemplo, 50% das acções declarativas de dívida têm um valor inferior a 1.000 Euros (em Lisboa 66%) e cerca de 35,4% inferior a 500 Euros. Considera-se que a reforma do sistema de justiça e, em particular, a reforma do mapa judiciário não podem deixar de ter em conta, quer a colonização do sistema de justiça pelas acções de dívida, quer aquele tipo de mobilização. Alguns dos intervenientes nos painéis defendem mesmo a criação de escalões de taxas de justiça de acordo com a natureza dos litigantes com base em dois argumentos principais: a maior capacidade económica, em geral, das empresas e a possibilidade de estas deduzirem fiscalmente os custos da sua litigância.

Apesar da prevalência, generalizada a todas as comarcas, das acções de dívida comparativamente com os restantes objectos de litígio, a dispersão da litigação é muito maior nas comarcas com um volume mais baixo de processos entrados, em especial nas comarcas com uma média anual de processos entrados entre 500 e 1.000 e inferior a 500 processos, destacando-se tipos de litígio, como divórcio e separação judicial, tutelares cíveis (comarcas não abrangidas por tribunais de família e menores),

sucessões/inventários, direito de propriedade e outros direitos reais e responsabilidade civil extracontratual. À medida que sobe o volume médio anual de processos entrados aumenta a concentração da litigação cível declarativa, induzida pelas acções de dívida, atingindo cerca de 90% (considerando os três tipos de litígio mais frequentes) nas comarcas de Lisboa e Porto.

O baixo volume de processos entrados numa percentagem significativa das comarcas não pode significar, assim, menor atenção à natureza da litigação. Pelo contrário, exige uma resposta judiciária de qualidade que nem sempre será dada com o actual modelo de colocação de magistrados e de organização judiciária.

No âmbito da justiça penal, a estrutura da criminalidade que chega à fase de julgamento é dominada por tipos de crime que integram a chamada pequena e média criminalidade e, dentro desta, uma criminalidade de “massa” (constituída pelos crimes de condução sem habilitação legal e de condução em estado de embriaguez). Estes dois tipos de crime e o crime de emissão de cheque sem provisão representam, no seu conjunto, no período analisado, cerca de 40% da criminalidade que chega à fase de julgamento. Diga-se, aliás, que os crimes de viação são dominantes nas comarcas do país, com excepção das comarcas de Lisboa e Porto, onde prevalecem os crimes de emissão de cheque sem provisão, com um peso relativo de 31% e 36%, respectivamente. A percentagem muito significativa deste tipo de crimes nestas duas comarcas está associada aos seus principais mobilizadores: as sociedades aí sedeadas. O que significa que os tribunais instalados naquelas comarcas, quer no âmbito da justiça cível, quer no âmbito da justiça penal, estão a ser em grande medida mobilizados para a cobrança de dívidas. Facto que deve merecer especial reflexão, quer numa perspectiva de organização da justiça, quer, ainda, no que respeita às regras de colocação de magistrados.

Os indicadores da justiça penal mostram um conjunto de tipos de crime (como crimes de falsificação, crimes aduaneiros e fiscais e crimes cometidos no exercício de funções públicas) que tem uma expressão estatística, na generalidade das comarcas, muito residual. Embora com valores baixos, em termos relativos, apenas registam alguma

expressão, nas comarcas de Lisboa e Porto, nas comarcas peri-urbanas daquelas cidades, na Península de Setúbal e em algumas comarcas do litoral norte. É, contudo, importante ter em conta que, apesar do seu baixo peso relativo, alguns daqueles tipos de crime, tal como outros integrados em categorias mais abrangentes, integram a criminalidade mais grave e, nalguns casos, uma criminalidade grave e complexa, que não pode ser analisada numa perspectiva quantitativa. Esta criminalidade exige respostas diferenciadas do sistema de justiça que, no actual sistema de organização da justiça, como já referimos em anteriores estudos do Observatório Permanente da Justiça, não estão a ser dadas de forma cabal.

No caso das ilhas, a situação não difere muito da verificada no território continental. Na Região Autónoma dos Açores, apenas quatro comarcas registam uma média anual de processos entrados entre 501 e 1.202 processos. Destacam-se as comarcas de Ponta Delgada, que concentra grande parte da litigação do arquipélago dos Açores (com cerca de 39% do total de processos entrados), e de Angra do Heroísmo (16%). A concentração da litigação na comarca do Funchal é, ainda, mais expressiva, representando cerca de 74% do total da litigação no arquipélago da Madeira.

Considerando a estrutura da litigação, sem Lisboa e Porto, não há diferenças significativas entre o total nacional e a Região Autónoma dos Açores. Tal como acontece na maioria das comarcas de Portugal continental, também nas comarcas desta Região, a litigação cível é dominada pelas acções de dívida e, no caso, dos processos penais, prevalecem, na generalidade das comarcas, os crimes de viação. Na Região Autónoma da Madeira, embora o peso relativo das acções cíveis (declarativas e executivas em conjunto) seja prevacente, os processos penais têm um peso relativo muito superior (39,3%) ao total nacional (17,5%) e mesmo ao total nacional sem Lisboa e Porto (26,2%), embora, tal como nas restantes comarcas, predominem os crimes de viação. Também as acções de dívida constituem o tipo de litígio cível prevacente na comarca do Funchal (48,1%). Nas restantes comarcas, os divórcios e os processos tutelares cíveis constituem os principais objectos de acção.

A reorganização do mapa judiciário é considerada, como uma das questões centrais do

processo de reforma do sistema judicial. Já em 2002, aquando da realização do estudo do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, cujos principais resultados constam do relatório “Os tribunais e o território: um contributo para o debate sobre a reforma da organização judiciária em Portugal” - do nosso conhecimento, o primeiro estudo empírico sobre este tema, ainda que de natureza exploratória -, no debate que então foi promovido, foi maioritária a ideia de extinção de comarcas com pouca procura através da sua fusão/agregação jurídica.

Para os intervenientes nos painéis é consensual que a definição de um novo paradigma de política pública de justiça deve estar no lastro da reorganização territorial do sistema de justiça. Muitos defendem que um maior recurso aos meios alternativos de resolução de litígios existentes ou a criação de outras formas de resolução extrajudicial dos conflitos diminuiria, em parte, o elevado volume de processos que chega diariamente aos tribunais. E com isto, diminuir-se-ia o gasto anual que o Estado detém nesta matéria.

Entre o conjunto de meios alternativos de resolução de conflitos, a maioria dos operadores considera que os julgados de paz são a instância não jurisdicional mais presente no terreno e cujo funcionamento poderá ser indispensável para aliviar o trabalho dos tribunais judiciais.

Embora não seja uma opinião consensual, a ideia de ampliação de uma rede de pequenas instâncias de base, com um forte envolvimento dos meios alternativos de resolução de conflitos, e o recentramento das funções dos tribunais foi, também, defendida por alguns intervenientes nos painéis.

Todos os participantes concordaram com a ideia de que uma reforma do mapa judiciário não pode ser feita de forma isolada, devendo ser integrada numa agenda mais vasta de reforma que deve ter em vista melhorar a eficiência e a qualidade da administração da justiça. Nesse sentido, a reforma do mapa judiciário dever-se-ia articular com outras reformas do sistema judicial, designadamente com reformas processuais, reformas no sentido da modernização e organização dos tribunais e reformas que impliquem um forte investimento na formação dos operadores judiciais.

Esta reforma deve, ainda, ser feita em articulação com a reforma da administração pública em matéria de ordenamento do território, sobretudo porque essa reforma irá produzir efeitos no âmbito de muitos serviços auxiliares da justiça.

O debate sobre o caminho para a reforma do mapa judiciário em Portugal situou-se em torno de duas posições: aqueles que defendem uma reforma baseada na racionalização do actual modelo e os que consideram que o caminho deve ser a construção de um novo modelo, embora se tenha registado uma proximidade de posições quanto aos pressupostos que devem presidir à reorganização do mapa judiciário: cidadania, acesso ao direito e qualidade da justiça.

São vários os operadores judiciários que preferem uma reforma mais “modesta” de “pequenos passos”, aperfeiçoando o modelo de territorialização da justiça existente. Este aperfeiçoamento poderia passar pela agregação/extinção de círculos e comarcas e/ou o alargamento de tribunais com competência especializada.

Para outros, a reforma do mapa judiciário tem que ser mais arrojada, não bastando alguns ajustes, mas sim impondo a construção de um novo modelo de territorialização da justiça.

Aquele debate foi sobreposto por um outro que confronta dois modelos de organização territorial da justiça: um modelo de concentração e um modelo de justiça de proximidade. Dois dos argumentos mais recorrentes para os defensores do modelo de organização territorial da justiça baseado na ideia de proximidade são a falta de transportes públicos e de redes viárias em certas zonas do país, em especial no interior, dificultando o acesso a zonas mais desenvolvidas e o agravamento dos “custos” da interioridade. Por seu lado, os operadores judiciários que defendem o modelo de concentração baseiam-se em duas ideias principais: a racionalização dos meios e a especialização dos tribunais como vector de eficácia, de eficiência e de qualidade do sistema de administração da justiça.

A proposta que emergiu do debate parte da necessidade de alargamento da circunscrição base. A maioria dos operadores judiciários considera que só com a alteração do patamar territorial é que será possível avançar-se para um outro paradigma de administração e gestão do sistema de justiça, quer no que se refere aos recursos

humanos e materiais, quer à gestão processual. Aquela proposta assentava, em síntese, nos seguintes pressupostos: o círculo judicial passaria a ser a matriz organizacional do sistema de justiça, incluindo os serviços auxiliares dos tribunais (IRS, serviços da Segurança Social, assessorias técnicas, medicina legal, etc.) com uma organização judiciária piramidal dividida em três graus de jurisdição: no topo estariam os tribunais de grande instância, depois os tribunais de instância, e, na base, os chamados tribunais municipais.

Como referimos, consideramos que o Ministério Público reclama uma análise e ponderação autónomas, por ser uma magistratura cuja actividade não se esgota no processo judicial *stricto sensu*. É uma magistratura titular de um conjunto de funções prévias (como por exemplo, enquanto titular da acção penal, na fase de inquérito) ou paralelas ao processo judicial (como por exemplo, no âmbito dos processos extrajudiciais de divórcio por mútuo consentimento, homologando ou não o acordo de regulação de poder paternal, ou participando nas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo), e ainda desenvolvendo um conjunto de funções que a associam à promoção do acesso ao direito e aos tribunais por parte dos cidadãos. O desenho constitucional do Ministério Público configura-o, assim, como uma magistratura autónoma em relação ao poder político e à judicatura, com estatuto próprio e integrante da organização judiciária.

Na área da investigação criminal, considerando o número de inquéritos abertos, podemos identificar, à semelhança do total de processos entrados, quatro países judiciais, que, no entanto, não se sobrepõem exactamente aos países judiciais identificados para a procura global do sistema.

Em primeiro lugar, grande parte do interior, costa alentejana (com excepção da comarca de Santiago do Cacém) e algumas zonas do litoral centro (como, por exemplo, Mira), com um número de inquéritos abertos inferior a 1.000. De referir que entre as 135 comarcas que registaram, em média, no período entre 2000 e 2004, um número de inquéritos abertos inferior a 1.000, 42 tiveram um número médio de inquéritos abertos inferior a 250 e 53 registaram um número médio superior a 250, mas inferior a 500. Em segundo lugar, o litoral norte e centro (com algumas excepções), parte da costa algarvia (Lagos, Silves, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António), os centros urbanos do

interior (como por exemplo, Castelo Branco, Évora, Guarda, Covilhã, Viseu), com um volume de inquéritos abertos superior a 1.000 e inferior a 5.000. Das 71 comarcas que registaram um número médio de inquéritos abertos superior a 1.000 e inferior a 5.000, 43 registaram um número médio de processos inferior a 2.000 inquéritos abertos por ano. Em terceiro lugar, as áreas peri-urbanas de Lisboa e Porto (como, por exemplo, Oeiras, Sintra, Vila Nova de Gaia e Maia), alguns pólos com maior concentração demográfica e mais industrializados (como, por exemplo, Coimbra, Aveiro, Leiria, Braga e Guimarães) e uma parte substancial da costa algarvia (Portimão, Albufeira, Loulé e Faro) com inquéritos abertos entre 5.000 e 15.000 inquéritos. Por último, as comarcas de Lisboa e Porto, com um número de inquéritos abertos superior a 15.000 e com absoluta prevalência da primeira comarca. De facto, o número médio de inquéritos entrados na comarca de Lisboa (81.888 inquéritos) é superior ao dobro do número médio de inquéritos entrados na comarca do Porto (31.158).

A primeira conclusão que resultou do painel de discussão dos magistrados do Ministério Público prende-se com a necessidade de mudança na organização e distribuição territorial dos serviços de justiça. Os participantes do painel, apesar de divergentes nos caminhos concretos da reforma de um mapa judiciário, foram unânimes em salientar que é necessário mudar o “estado das coisas”. A grande maioria dos intervenientes do painel considera que a reforma deve incorporar a possibilidade de concentração dos serviços de justiça, embora com uma adequada ponderação entre a proximidade daqueles serviços aos cidadãos e a sua concentração.

Uma das exigências antigas de vários operadores judiciários é a necessidade de alargar a extensão territorial dos tribunais de competência especializada, em especial dos tribunais de família e menores e dos tribunais do trabalho, associando tal necessidade à concentração de tribunais. Esta reforma é vista pelos magistrados como essencial para proporcionar a todos os cidadãos justiça de igual qualidade. No entanto, os magistrados chamaram à atenção para o facto de uma especialização dos tribunais exigir, paralelamente, uma especialização e formação prévia à colocação dos magistrados e dos funcionários.

Para alguns magistrados, os “pequenos” tribunais, com o actual sistema de colocação de magistrados, tendem a praticar uma justiça de menor qualidade, pelo que a concentração de tribunais permitiria alcançar uma maior uniformização da qualidade de justiça oferecida às populações; por outro, ao permitir a concentração dos seus operadores, potenciaria o desenvolvimento de massa crítica, a troca de experiências e ideias, a criação de uma estrutura técnica de apoio aos magistrados e a optimização dos serviços.

No entanto, para alguns dos intervenientes no painel de discussão, a concentração não deixa de ter perigos. Identificam três perigos fundamentais: a perda da função simbólica dos tribunais nas localidades que se vissem privadas de os ter; a onerosidade da concentração dos tribunais para os cidadãos e a consequente limitação de acesso aos mesmos; e a distância como inibidora da procura. Neste contexto, chamam a atenção para o actual (mau) exemplo dos tribunais de família e menores e dos tribunais do trabalho, tendencialmente concentrados, e a onerosidade de deslocação que tal concentração implica.

Apontam-se algumas soluções para as desvantagens da concentração, que passam, por exemplo, pela densificação da articulação entre os tribunais e outros serviços parajudiciais, como, por exemplo, as comissões de protecção de crianças e jovens em perigo e os órgãos de polícia criminal, promovendo, também, por essa via, o acesso à justiça; e pelo aprofundamento do papel do Ministério Público como “interface” do sistema de justiça com o cidadão, devendo, para tal, privilegiar uma maior dispersão e proximidade às populações do atendimento ao público.

Também a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação foram apontadas como sendo um instrumento potenciador de aproximação entre os tribunais e as populações, desde que se promova o seu funcionamento eficaz.

Como forma de garantir a proximidade aos cidadãos e, também, como alternativa à actual agregação de comarcas, alguns magistrados avançaram com a ideia de manutenção de uma estrutura mínima nas actuais comarcas onde não se justificasse a existência de um tribunal, que deveria estar equipada, designadamente, com uma sala

de audiências, mas sem a necessidade de um quadro de funcionários como o actual.

Para vários autores e operadores judiciais, é necessário criar-se um tribunal judicial para o julgamento da criminalidade mais complexa e organizada que desse seguimento aos processos saídos do Departamento Central de Investigação e Acção Penal. Nesta matéria, a especialização dos magistrados e a actualização técnica dos corpos policiais é vista como determinante do sucesso e eficácia do combate a este tipo de criminalidade. Alguns magistrados identificaram, ainda, como bloqueios da eficácia do julgamento dos processos confiados na fase de investigação ao DCIAP, a falta de coordenação e articulação entre os magistrados do Ministério Público, na fase de julgamento, bem como a falta de preparação de alguns magistrados em início de carreira para a resolução de tais litígios. Paralelamente, chamou-se a atenção, ainda, para a necessidade de especialização dos próprios tribunais de instrução criminal, que, actualmente, tratam indistintamente todo o tipo de criminalidade.

No que respeita especificamente à reorganização do Ministério Público, houve unanimidade na consideração de que, pelas suas características próprias, fundamentalmente no que respeita às suas funções na área do trabalho, da família e menores, da investigação criminal, e ainda enquanto promotor do acesso ao direito, em especial através do atendimento ao público, o Ministério Público requer respostas específicas. Considera-se, no entanto, que tal resposta não pode perder de vista a solução dada para a magistratura judicial, uma vez que, apesar de as esferas dos tribunais e do Ministério Público não serem coincidentes, existe uma intercepção de competências e de actividades.

Todos os participantes do painel concordaram que era urgente uma reorganização do Ministério Público no sentido de permitir uma resposta mais adequada e com maior qualidade às solicitações que lhe são dirigidas. Essa resposta deve passar, em parte, por uma melhor articulação entre as diversas estruturas entre si, por mais e melhores serviços de apoio e por um maior investimento na especialização dos seus agentes. Em primeiro lugar, alguns magistrados chamaram a atenção para a necessidade de repensar as suas estruturas organizacionais de modo a dotá-las de capacidade de articulação, a

nível distrital e nacional, nomeadamente na definição de políticas de intervenção nas áreas da competência do Ministério Público. Em segundo lugar, os participantes do painel colocaram o enfoque no reforço do papel coordenador das Procuradorias-Gerais Distritais, como eixo fundamental da estrutura do Ministério Público. Foi, ainda, considerada essencial a definição rigorosa do papel das Procuradorias da República como elemento intermédio entre os procuradores-adjuntos e as Procuradorias Distritais, atribuindo-lhes funções de coordenação ao nível do círculo ou de uma circunscrição equivalente ao círculo.

No que respeita especificamente à área da protecção dos interesses difusos e dos interesses colectivos, a maioria dos magistrados concordou que a actividade do Ministério Público nesta área tem revelado alguma falta de proactividade, justificando tal facto, quer pela falta de uma organização capaz de responder a esse objectivo, quer pela ausência de especialização. Foi, assim, defendida a criação de equipas altamente especializadas centralizadas nas Procuradorias Distritais, com uma elevada capacidade de mobilidade e de contacto com as populações.

Relativamente à investigação criminal, a maioria dos magistrados defendeu que a actual estrutura dos Departamentos de Investigação e Acção Penal não responde cabalmente às solicitações que lhes são dirigidas. Para alguns, os Departamentos de Investigação e Acção Penal dever-se-iam dedicar apenas à investigação e exercício da acção penal da criminalidade grave ou de complexidade média, abrangendo a área territorial de um conjunto de comarcas, tendencialmente do círculo. Estes departamentos seriam coordenados pelo Procurador da República, que, respondendo directamente perante a Procuradoria-Geral Distrital, teria competência para avocar para o DIAP determinados tipos de inquéritos existentes naquelas comarcas. O Departamento Central de Investigação e Acção Penal manteria as suas competências para a investigação da criminalidade organizada e mais complexa. A restante criminalidade deveria ser tratada indiferenciadamente, com recurso a formas processuais céleres e simplificadas.

Ainda no âmbito da acção penal, duas questões assumiram importância central no

debate. A primeira diz respeito ao necessário incremento da articulação entre o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal, consensualmente defendida. A segunda, à necessidade de otimizar a articulação, dentro do Ministério Público, entre a fase de inquérito e a fase de julgamento. Defende-se, para tal, a adopção de uma de duas soluções: ou o magistrado do Ministério Público na fase de julgamento seria um dos magistrados da equipa de investigação; ou, em alternativa, o magistrado do Ministério Público na fase de julgamento seria assessorado pela equipa de investigação do processo.

CAPÍTULO I

Contextualização Europeia

Ao analisarmos a experiência comparada (França, Holanda, Áustria, Noruega, Suécia e Alemanha), a primeira conclusão geral é que os actuais modelos estruturais de organização da justiça são muito diferenciados. A segunda é que, em todos aqueles países, foram identificados processos de debate ou de reforma que pretendem introduzir no sistema judicial medidas de racionalização das estruturas de justiça com incidência no mapa judiciário. A terceira conclusão geral é que os caminhos de reforma debatem soluções organizacionais diferenciadas, embora a tendência geral vá no sentido de uma maior concentração da oferta judicial. Por razões de eficácia, mas também de qualidade da justiça, considera-se que os modelos organizacionais territorialmente dispersos devem ser abandonados. Uma última conclusão geral é que aquelas soluções integram uma agenda de reforma do sistema judicial que inclui outras reformas, designadamente de natureza processual e de administração e gestão, bem como outras que possam actuar sobre a procura judicial, como é o caso dos meios alternativos de resolução de litígios.

Em França, o actual modelo de organização judiciária está assente em duas ordens jurisdicionais distintas: a jurisdição comum e a jurisdição administrativa. A jurisdição comum divide-se em jurisdição civil, jurisdição criminal e jurisdição de menores, organizadas em três níveis de instância. Ao nível da primeira instância, a jurisdição civil é composta por tribunais de competência genérica (tribunais de grande instância, tribunais de instância e julgados de paz) e tribunais de competência especializada (tribunais de comércio, tribunais do trabalho, tribunais de arrendamento rural e tribunais de segurança social), com grandes diferenças no que respeita à sua composição, competência e formalismo processual. A jurisdição criminal é constituída por quatro tribunais: tribunais de polícia, tribunais correcionais, tribunais criminais e julgados de paz. A jurisdição de menores integra três tipos de tribunais específicos: o juiz de menores, o tribunal de menores e a *Cour d'Assises* para menores.

A judicialização da pequena conflitualidade e o crescente aumento do volume

processual obrigaram à recomposição do controlo social, levando ao aparecimento, ao lado da justiça “tradicional”, de novas formas de justiça mais próximas do cidadão. Em França, foram criadas as *Maisons de justice et du droit* e as “antenas de justiça”. Nesta recomposição do controlo social, surgem, também, novas formas de parcerias, designadamente com profissionais especializados. Os tribunais começaram a ver-se envolvidos em redes de acção pública ao nível local e “obrigados” a transformarem-se em parceiros. Exemplos desta transformação na actuação dos agentes judiciais sucederam, por exemplo, no âmbito do Ministério Público na área da justiça de menores, ao tentar-se “territorializar a acção” dos seus serviços com base nas *Maisons de Justice* e de experiências partilhadas com “grupos locais de tratamento da delinquência” e com a criação de um serviço de coordenação no Tribunal, com competência para proceder à distribuição do serviço de cada magistrado numa determinada área geográfica, no sentido de possibilitar uma colaboração próxima com outros interlocutores no terreno. Estas novas reconfigurações do papel dos tribunais e dos seus agentes têm acompanhado, segundo Commaille, o processo de reorganização do mapa judiciário em França: uma reforma cada vez mais distante da concepção do território como território do poder público e cada vez mais próxima da concepção do território como território dos poderes públicos.

Para aquele autor, a reorganização do mapa judiciário, quer globalmente (através de uma nova distribuição das jurisdições no território), quer parcialmente (através da criação ou extinção de algumas jurisdições), deve ter em atenção a expressão de vários tipos de interesses: o interesse político, o interesse dos funcionários judiciais, o interesse dos magistrados e os interesses locais.

Commaille dá, também, conta de um conjunto de critérios que, num estudo prévio à reforma do actual mapa judiciário francês, foram considerados relevantes para a manutenção ou criação de um tribunal numa determinada circunscrição. São eles: a população, atendendo ao número de habitantes da respectiva circunscrição e à perspectiva do seu crescimento; o volume processual do tribunal; os meios de comunicação existentes; a situação geográfica da circunscrição; os custos envolvidos com a extinção, criação ou reinstalação de um tribunal; a administração e gestão, considerando um melhor funcionamento do serviço judicial; a descentralização com

vista à protecção das pequenas cidades; os costumes e tradições da região; e os edifícios disponíveis ou a prever para a instalação de um tribunal.

Na Holanda, o plano Leemhuis, conhecido como “Administração da Justiça no Século XXI”, foi um dos grandes programas de reforma da administração da justiça, ocorrido entre 1998-2002. A sua implementação teve como objectivo central tornar mais acessível a justiça (abrir o sistema judicial à sociedade), num sentido procedimental, geográfico e financeiro. A reforma visava, assim, aumentar a acessibilidade dos cidadãos e das empresas à justiça através de medidas que implicassem alterações às leis processuais, introdução de novos métodos de trabalho, promoção da mediação e desburocratização de procedimentos, entre outras. Após a publicação da primeira agenda estratégica em 2002, uma segunda versão foi publicada em 2005, na qual foram estabelecidos novos objectivos para 2005-2008: o desenvolvimento das garantias de independência, imparcialidade e integridade do judiciário (código de conduta); a diferenciação de tratamento procedimental dos casos (introdução de normas *standards*); a especialização do judiciário através do princípio da concentração; e a melhoria da transparência do sistema judicial.

Quanto à reorganização do sistema de justiça, desenvolveu-se em três fases: a primeira (entre 1990-1994) centrou-se na integração dos tribunais administrativos e dos tribunais distritais nos tribunais distritais *new style*; a segunda, planeada para o ano de 1996, caracterizou-se, em especial, pela integração dos tribunais municipais nos tribunais distritais; e a terceira visava completar o sistema de apoio judiciário (*system of administrative legal protection*) e rever a jurisdição civil e penal.

No período entre 1992 e 1996, a organização judiciária foi novamente objecto de reforma, cuja principal consequência foi a integração da jurisdição administrativa na jurisdição comum. Os tribunais do trabalho, que também julgavam questões relacionadas com a segurança social, foram transformados em secções especializadas de direito administrativo dos *District Courts*, passando a dirimir também os conflitos de direito administrativo.

Uma outra medida prendeu-se com a extinção formal dos tribunais especializados, com base no entendimento de que a administração da justiça deveria ser acessível e clara, passando a organização judiciária a ter uma estrutura uniforme em todo o país.

Contudo, na prática assiste-se, não só à organização interna dos tribunais distritais de forma especializada, como a uma “especialização” de certos tribunais de competência genérica devido à concentração, quer de especialistas, em determinadas matérias, nesses tribunais, quer de áreas jurídicas especializadas.

Em 2004, foi criado um centro nacional de coordenação, responsável por avaliar todos os grandes e complexos casos criminais (mega-processos), que decide em que tribunal o processo vai ser julgado.

No que concerne ao Ministério Público, está em curso a discussão sobre a reforma da sua organização. Em cada distrito, existe um departamento do Ministério Público, em regra, instalado no mesmo edifício do tribunal. Todavia, as virtualidades desta organização paralela têm vindo a ser questionadas. A actual discussão tem mostrado uma orientação no sentido do afastamento do princípio da distribuição territorial paralela aos *District Courts*. A organização do Ministério Público está a discutir-se colocando em confronto duas tendências. Por um lado, uma tendência de desconcentração do Ministério Público, com a abertura de *front-offices* e de departamentos do Ministério Público em determinados bairros; por outro, uma tendência de sinal contrário, que apela à concentração da investigação de determinados crimes. Prevê-se, assim, a criação de mais departamentos a um nível territorial mais circunscrito para a investigação da criminalidade menos grave, departamentos a nível regional para a investigação da criminalidade plurilocalizada e grave e unidades especializadas para a investigação de crimes financeiros, económicos e ambientais.

Na Áustria, a jurisdição comum, com competência para matérias civis e criminais, está organizada em quatro tipos de tribunais: tribunais de primeira instância ou “*District Courts*” (*Bezirksgericht*); tribunais regionais ou “*Provincial Courts*” (*Landesgericht*); tribunais de recurso ou “*Courts of Appeal*” (*Oberlandesgericht*); e o Supremo Tribunal ou “*Supreme Court*” (*Oberster Gerichtshof*). A circunscrição territorial dos *District Courts* pode abranger a área territorial de um ou vários municípios, sendo, em regra, sobreposta à organização administrativa. Para além dos tribunais de competência genérica, integram, ainda, a organização judiciária alguns tribunais com competência apenas em determinadas matérias situados somente em Viena (nomeadamente em matéria comercial, civil, penal, social e laboral) e em Graz (em matéria civil, penal e,

ainda, um tribunal de menores com competência para os casos (civis e criminais) relacionados com menores).

Em 2002, foi reduzido, de 192 para 150, o número de *District Courts*. Os tribunais em que não existia volume de casos suficiente para a colocação a tempo inteiro de um juiz foram agregados. A principal motivação foi, para além da redução das despesas com rendas e equipamentos, a de possibilitar uma melhor gestão de recursos humanos, flexibilizando a substituição de juízes devido a doença e férias, o que permitia reduzir os períodos de inactividade judicial; permitir um maior grau de especialização dos juízes e, consequentemente, uma melhor qualidade da administração da justiça, designadamente reduzindo a duração dos processos.

Além das reformas no âmbito da organização judiciária, outro tipo de reformas, designadamente de carácter processual e no âmbito da avaliação do desempenho e da administração e gestão têm sido levadas a cabo neste país. Entre os novos temas de debate, destaca-se a implementação de um sistema judicial com três graus de jurisdição, em vez dos quatro existentes; a criação de instâncias de mediação para litígios decorrentes de acidentes de viação, com o objectivo de desviar a procura deste tipo de litígios dos tribunais judiciais; a utilização preventiva das “*task forces*” de juízes já existentes; a obrigação de comunicar, para eventuais efeitos disciplinares, os processos com uma duração excessiva; e a necessidade especialização dos juízes em áreas como direito comercial, laboral e da família.

Na Noruega, as instâncias jurisdicionais de resolução de conflitos estão organizadas em cinco tipos de instituições: instâncias de conciliação “*Conciliation Boards*” (*Forliksrådene*), tribunais de primeira instância ou “*District Courts*” (*Tingretten*), tribunais de recurso ou “*Courts of Appeal*” (*Lagmannsretten*), Supremo Tribunal ou *Høyesterett*, que contém o *Interlocutory Appeals Committee* (*Høyesteretts kjæremålsutvalg*) e tribunais especializados com competência para a resolução de determinados litígios, como são os casos do tribunal industrial ou “*Industrial Disputes Tribunal*” (*Arbeidsretten*) com competência para todo o território nacional, e dos “*Land Consolidation Courts*” (*Jordskifteretten*), que apreciam questões relacionadas com o direito de propriedade e que cobrem todo o território norueguês. Estes tribunais especializados são constituídos, na sua maioria, por juízes não profissionais.

Em 1997, foi iniciado na Noruega um processo de reforma da organização judiciária com a nomeação de um Comité dos Tribunais de Primeira Instância (*Court of First Instance Committee*). O Comité propôs, em 1999, a redução para 54 dos 93 tribunais de primeira instância existentes na altura, mantendo a competência genérica. A maioria dos membros que integravam o Comité era da opinião que o número mínimo de juízes por tribunal deveria ser cinco. Consideravam que a existência de um número mínimo de juízes por tribunal permitia uma maior eficácia do trabalho jurisdicional, possibilitando a troca de ideias e de experiências; uma maior flexibilidade na distribuição de processos em situações de doença, férias e períodos de formação; uma maior rotatividade do *staff* pelas várias tarefas; o desenvolvimento de procedimentos internos mais eficientes; e uma mais eficaz realização de julgamentos colectivos. O Comité propôs, ainda, a realização de um estudo específico para a estrutura judicial na região de Oslo, por ser a área geográfica que, de longe, tem o maior volume de processos de todo o território norueguês. Considerava-se que a diferença de volume processual exigia uma perspectiva organizacional diferente da utilizada para o resto do país. Em vez da necessidade de se determinar em que medida os vários tribunais poderiam ser fundidos, em Oslo, o que estava em causa era a questão da organização e eficácia de grandes tribunais.

O Governo apresentou, assim, uma proposta onde defendia a redução do número de tribunais de primeira instância para sessenta e cinco, baseando-se num conjunto de pressupostos, como a dimensão mínima de um tribunal, o tempo de deslocação do público em geral, a necessidade de ajustar os tribunais às transformações sociais e a importância da flexibilização das estruturas judiciárias de modo a permitir a libertação de recursos e a suportar novos investimentos. Após a discussão parlamentar, o número de tribunais de primeira instância foi fixado em sessenta e seis.

Na Suécia existem tribunais comuns, tribunais administrativos e tribunais especializados. Os tribunais comuns dividem-se em três instâncias: tribunais de 1ª instância, tribunais de recurso e o Tribunal Superior. Existem, ainda, comissões presididas por juízes, que podem ser consideradas corpos independentes, com funções jurisdicionais relativas a determinadas áreas do direito, nomeadamente, arrendamento, consumo e imigração. Defende-se, ainda, a criação de comissões com funções

jurisdicionais para os casos de litigação de “massa” ou de rotina.

Em 1995, o Governo criou uma Comissão no âmbito da reestruturação do judiciário. Esta Comissão considerou que os tribunais devem ter dimensão suficiente, que lhes permita, entre outros, uma administração própria; suportar variações de volume de trabalho (ou seja, gerir casos de grande dimensão e complexos sem interrupção de outras actividades); especializarem-se em determinadas matérias; minimizar o custo médio por processo; e ter uma estrutura que permita flexibilidade de gestão de recursos humanos de modo a dar andamento aos processos em caso de afastamento, temporário ou permanente, de um juiz.

A partir de 1999, o Governo Sueco intensificou o processo de reforma do judiciário, agregando trinta tribunais de primeira instância em doze tribunais. Essa agregação foi feita de duas formas diferentes: através da agregação pura e simples de dois ou mais tribunais, criando um tribunal maior; ou criando uma circunscrição territorial mais extensa, mantendo os tribunais existentes como partes de uma organização comum (o chamado *several places model*). Este modelo pretendia assegurar a proximidade e conexão geográficas dos tribunais existentes, mantendo o seu valor simbólico, não alterando as dinâmicas do mercado de trabalho afecto àqueles tribunais e, ao mesmo tempo, obter as vantagens organizacionais de um tribunal maior. No entanto, as desvantagens do *several places model* foram superiores às suas vantagens: por um lado, a flexibilidade na gestão de recursos não foi conseguida, pois não foram criados instrumentos de monitorização, quer da organização, quer da actividade dos seus membros; e, por outro, a distribuição do volume de trabalho entre os vários locais foi muito desigual, em grande medida devido à manutenção de um critério geográfico, gerando mais trabalho administrativo, duplicação de trabalho, desperdícios e erros desnecessários. A avaliação que foi feita considera, contudo, que as desvantagens poderiam ser eliminadas se houvesse uma maior eficiência na gestão dos recursos no conjunto dos vários tribunais.

Na Alemanha, a estrutura judiciária divide-se em jurisdição ordinária, jurisdições especializadas e jurisdição constitucional. A jurisdição ordinária (*die ordentliche Gerichtsbarkeit*) engloba a jurisdição civil e a jurisdição criminal, e organiza-se em três níveis hierárquicos: a primeira instância, que inclui os tribunais locais (*Amtsgericht*) e

os tribunais regionais ou “*District Courts*” (*Landgericht*); a segunda instância, ou jurisdição de recurso (*Berufungsgerichte*), que é composta pelos tribunais regionais e pelos tribunais regionais superiores; e a terceira instância, ou instância de revisão, que é constituída pelo Tribunal Federal de Justiça (*Bundesaerichtshof*). Tem, ainda, várias jurisdições especializadas: a Jurisdição do Trabalho, a Social, a Administrativa e a Fiscal.

Em 2002, por forma a responder ao crescente congestionamento dos tribunais civis, o Ministro Federal da Justiça propôs a integração dos tribunais locais nos tribunais regionais, a implementação de um sistema de juiz singular nos *District Courts* e a reformulação da estrutura dos recursos. A primeira proposta foi alvo de uma forte oposição, quer por parte da administração local (dos *Länder* e dos municípios), quer dos operadores judiciais. Devido a esta oposição, a reforma estrutural não foi efectuada. Assim, as únicas alterações que foram implementadas cingiram-se à introdução de um sistema de juiz singular nos *District Courts* e à concentração e simplificação do sistema de recursos. A tendência actual na estrutura judiciária alemã, devido à crescente complexidade do sistema legal, vai no sentido da especialização – das profissões judiciais e dos próprios tribunais.

CAPITULO II

1. Portugal - Justificação de uma Reforma

A sociedade portuguesa mudou muito nas últimas décadas. Embora as percepções sobre o âmbito e a intensidade dessas mudanças possam divergir, há mudanças estruturais que são comumente reconhecidas. Algumas com fortes repercussões no sistema de justiça, seja porque são por ele directamente protagonizadas, seja pelos reflexos que sobre ele podem produzir.

Foram muitas as transformações no Estado, na sociedade e na economia que provocaram profundas alterações, quer no perfil sociológico do desempenho dos tribunais, quer no contexto social da justiça. De facto, as mudanças quantitativas e qualitativas na estrutura da procura de tutela judicial a partir de meados da década de 80 do século passado (intensificando a procura de “velhos” litígios - como é o caso do dramático aumento do endividamento das empresas e das famílias, quer abrindo caminho para novos campos de litigação em vários domínios); uma maior visibilidade de certas formas de criminalidade (crime económico, tráfico de pessoas, de drogas e de armas); a mediatização da justiça; a globalização do direito; o agravamento das desigualdades sociais; a emergência de novos riscos públicos em domínios vários; e as exigências da economia ao funcionamento da justiça são mudanças, entre outras, que obrigam a repensar o sistema de justiça.

Mas, se é certo que o desempenho funcional do sistema de justiça pode ser afectado por factores vários, é a partir da procura efectiva de tutela judicial e na relação que o sistema de justiça estabelece com ela e com os seus mobilizadores que aquele desempenho mais se intensifica. São vários, e de natureza diversa, os factores indutores, em geral, daquela procura (transformações sociais, maior mobilização dos tribunais pelos cidadãos - o que implica consciência de direitos e a afirmação da capacidade para os reivindicar -, políticas públicas de promoção ou de restrição do acesso à justiça, proliferação de meios alternativos de resolução de litígios, etc.). Se nos situarmos ao nível de cada circunscrição territorial (actuais comarcas) e considerando a existência de regras rígidas de definição da jurisdição territorial dos tribunais, essa

procura, é, em primeira linha, determinada pela existência ou não de cidadãos ou pessoas colectivas (empresas, Estado, associações, etc.) que, de acordo com as regras processuais, mobilizem como autores/exequentes/queixosos/réus o(s) tribunal(ais) aí sedeados.

A não coincidência dos processos de desenvolvimento socio-económico e de mutação do território que provocaram significativas perturbações na geografia económica e social do país, em clara divergência com o princípio de consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentado, provocaram, igualmente, profundas assimetrias na procura judicial (por diminuição dos seus mobilizadores), criando o que se designa por vários “países judiciários” dentro de um mesmo país.

As principais manifestações daquelas mudanças são amplamente conhecidas: intensos movimentos inter-regionais; êxodo rural; crescimento de extensas áreas peri-urbanas, sobretudo na área de Lisboa; aumento das assimetrias regionais; intensificação do processo de metropolização territorial (Lisboa e Porto); e incremento da intensidade urbana em pequenas e médias cidades.

De entre as transformações socio-económicas mais marcantes da sociedade portuguesa, José Reis (2005) destaca quatro características que considera as mais relevantes na distinção entre o Portugal de hoje e de há duas décadas: uma maior urbanização; um maior cosmopolitismo de comportamentos; uma mais intensa relação com os mercados de trabalho; e uma maior territorialização das práticas quotidianas. Neste contexto, salienta-se o encurtamento das distâncias (por exemplo, que na Região Centro, “*3/4 da população reside a menos de meia hora dos centros que estruturam os cinco eixos ou constelações urbanas que asseguram o travejamento regional*”) que ajuda a estabelecer uma relação de maior proximidade contra uma relação de distância que então predominava; a influência dos *media* e das novas tecnologias de informação e comunicação; a proximidade dos meios rurais e de urbanização difusa ao centro urbano polarizador da vida local; o facto de, tal como acontece com comportamentos de consumo, de lazer ou de sociabilidade, também com os mercados de trabalho estarmos perante relações territorialmente construídas; e uma maior territorialização das relações sociais em consequência desse conjunto de processos. Pela sua especial relevância para esta reforma, vejamos alguns indicadores no que respeita à distribuição territorial da

população e ao sistema urbano.

Os movimentos migratórios, que começaram a assumir expressão significativa a partir da década de 80, concentrados, num primeiro momento, sobretudo na área Metropolitana de Lisboa, têm equilibrado o crescimento natural pouco expressivo da população portuguesa, não se registando, por isso, alterações significativas na dimensão da população residente. Mas, se é assim a nível nacional, a situação muda se analisada a nível regional. Enquanto que algumas regiões do país se transformaram em sistemáticos espaços de atracção; outras sofreram elevadas e continuadas perdas de população, o que se traduz em alterações muito assimétricas da estrutura da distribuição da população residente no território nacional. No seu lastro, está um processo muito diferenciado de desenvolvimento económico-social dos diferentes espaços territoriais agravado, nas últimas décadas, por perdas de competitividade de alguns sectores económicos.

Os espaços de atracção populacional são aqueles que revelam um maior dinamismo económico e os mais especializados na indústria e nos serviços de carácter urbano. De acordo com o Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 41/2006, publicado no Diário da República, de 17 de Abril de 2005, Série I- B, esses espaços significam fundamentalmente, no caso do território continental de Portugal, *“uma faixa litoral de escassas dezenas de quilómetros polarizada, em primeiro lugar e principalmente, pelas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e, em segundo lugar e complementarmente, por sistemas urbanos intermédios, que, do Noroeste ao Algarve, mantêm algum dinamismo próprio e uma certa autonomia em relação àquelas áreas, embora no quadro de uma estreita interdependência”*.

Em conformidade com aquele processo, a análise da distribuição da população portuguesa no continente mostra uma tendência do reforço das áreas da Grande Lisboa, Grande Porto, Península de Setúbal e Algarve. Ao contrário, o interior do Norte, do Centro e do Alentejo regista perdas populacionais significativas. Como cenário futuro, as NUTS III Douro e Alto Trás-os-Montes (as que registam maiores perdas do país), Beira Interior, Dão-Lafões, Serra da Estrela, Cova da Beira, Pinhal Interior e Alentejo (com excepção do Alentejo Litoral) têm uma previsão alta de perda de população em idade activa. De acordo com aquele documento, o cenário demográfico-base aponta

para uma diminuição muito elevada da população (17% para o conjunto dessas áreas até 2020).

A consolidação daquelas tendências acentuou o contraste litoral/interior e a divergência entre espaços urbanos e rurais, esta última reflectindo uma forte quebra do número de residentes nas áreas rurais com o consequente crescimento dos centros urbanos e o seu reforço no ordenamento e desenvolvimento do território nacional. As dinâmicas demográficas ocorridas têm, assim, como pano de fundo duas tendências complementares: despovoamento de vastas áreas marcadamente rurais e urbanização das populações. Em 2001, 3/4 da população residente concentrava-se em áreas com características predominantemente urbanas (cf. PNPOT).

As recentes dinâmicas territoriais traduziram-se, no que respeita ao sistema urbano, na afirmação de quatro grandes tendências: estabilização do peso das duas áreas metropolitanas (Lisboa e Porto) no total da população residente; reforço das cidades médias, com destaque para os centros urbanos do litoral; afirmação do dinamismo de alguns centros do interior em contexto de despovoamento rural; e reforço do policentrismo funcional e da suburbanização no interior das áreas metropolitanas, com as cidades de Lisboa e Porto a perderem população residente e alguns centros periféricos a reforçarem a sua capacidade polarizadora. Este fenómeno, aliado ao aumento da mobilidade, promoveu o alargamento das bacias de emprego e a afirmação de complementaridades funcionais favoráveis a um maior policentrismo.

Salienta-se, ainda, o facto de o peso de algumas cidades, localizadas fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, no total da população urbana, ter aumentado significativamente. De acordo com o PNPOT, entre 1991 e 2001, os subsistemas a norte da área Metropolitana de Lisboa, as da área de Leiria e Marinha Grande e os centros urbanos do Norte Litoral foram os que registaram um crescimento demográfico mais elevado. No interior, registou-se um aumento significativo da população de alguns centros urbanos, como Viseu, Guarda, Castelo Branco, Vila Real, Bragança e Évora. Num processo de influência mútua, estas áreas registam, também, a par do Algarve, uma expansão empresarial e de serviços.

Por outro lado, o alargamento da área de influência dos centros urbanos, aliado ao aumento da mobilidade, veio colocar as relações entre os pequenos lugares e os centros

regionais numa dimensão radicalmente diferente e abrir a possibilidade a novas formas de cooperação inter-urbana, podendo reforçar o papel dos sistemas urbanos sub-regionais. É nesse sentido que José Reis (2006) fala de maior territorialização das práticas socio-económicas em resultado da “*intensificação das relações quotidianas de proximidade (pelo trabalho, pelo consumo, pelo uso dos serviços públicos) com centros e eixos urbanos*”.

Para esta mudança contribuiu decisivamente as profundas mutações do território no que respeita às redes viárias com enormes ganhos das acessibilidades internacional, inter-regional e inter-urbana. Hoje, Portugal continental apresenta uma densa malha de acessibilidades concentrada sobre o litoral, com particular incidência nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e centros urbanos envolventes. Numa segunda dimensão, surgem os aglomerados urbanos de média e pequena dimensão. O interior do país, bem como todo o Alentejo, apresentam uma malha mais dispersa, mas revelando forte ligação com os principais centros urbanos.

O volume da procura judicial mostra a sua estreita relação com a densidade populacional, acentuando-se em áreas que economicamente têm ganho novos estímulos e funcionalidades. Com regras rígidas de definição da jurisdição territorial dos tribunais, a procura de tutela judicial seguiu as dinâmicas de concentração territorial da população e dos sectores económicos, verificando-se uma clara sobreposição entre a localização dos pólos socioeconomicamente mais desenvolvidos e a densificação da procura judiciária. De facto, a distribuição territorial da procura tem forte coincidência com a distribuição sócio-económica e demográfica do país. Identificam-se claramente a influência da litoralização a Norte a partir da Península de Setúbal; uma mancha de fluxo de procura que se expande desde o litoral do distrito judicial de Coimbra até ao eixo Guarda-Covilhã-Castelo Branco; alguns centros urbanos de média dimensão no distrito judicial de Évora; e parte do litoral algarvio. As assimetrias entre litoral e interior e entre norte-centro e sul acentuam-se quando se considera apenas o volume da litigação das acções relacionadas com a cobrança de dívidas, seja como acção declarativa, seja executiva, mas, sobretudo, como procedimento de injunção.

Comparando o princípio da década de 90 com o período 2000-2004, verifica-se que cerca de 170 comarcas registaram uma diminuição do número de processos entrados; e,

entre 2000 e 2004, verificou-se uma diminuição do volume de processos entrados em 40 das comarcas instaladas. Se é certo que tal facto é também induzido por outros factores, em especial, pelas alterações legislativas, que desviaram dos tribunais parte da procura e pela criação de novas comarcas, que afectou a procura nas comarcas contíguas, a transformação é, sobretudo, induzida pelas dinâmicas socio-económicas e demográficas.

Hoje, a maioria das comarcas apresenta uma média anual de processos entrados inferior a 1.000 processos (54%, 123 comarcas), sendo que 32% (73 comarcas) tem um número médio de processos entrados inferior a 500. Das 231 comarcas instaladas no país, apenas 26 têm um volume médio de processos entrados superior a 5.000 e 10, correspondente a 4%, superior a 10.000.

Uma análise mais pormenorizada da distribuição territorial da procura de tutela judicial permite identificar quatro “países judiciais”: grande parte do interior, costa alentejana e algarvia (com excepção das comarcas de Faro, Loulé, Albufeira e Portimão) e algumas zonas do litoral centro (como, por exemplo, Mealhada e Mira), com uma média anual de processos entrados inferior a 1.000 processos e uma parte significativa com menos de 500 processos; parte das comarcas do litoral norte e centro (com algumas excepções), as comarcas de Faro, Loulé, Albufeira e Portimão e os principais centros urbanos do interior, com um volume médio de processos entrados superior a 1.000 processos, mas inferior a 5.000 processos; as áreas peri-urbanas de Lisboa e Porto (como, por exemplo, Oeiras, Sintra, Vila Nova de Gaia e Maia) e alguns pólos mais industrializados com maior crescimento do sector terciário e/ou com maior concentração demográfica (como, por exemplo, Pombal, Viseu, Coimbra, Aveiro, Braga e Guimarães), com um número médio de processos entrados entre 5.000 e 15.000 processos; e as comarcas de Lisboa (303.139) e Porto (102.147) com um número médio de processos entrados largamente superior.

As assimetrias socio-económicas e demográficas do país e a consequente heterogeneidade do país judicial, quer no que respeita ao volume, quer à natureza da procura de tutela judicial obrigam a repensar profundamente o actual modelo de organização territorial da justiça de modo a dotá-lo de uma oferta institucional diferenciada, que tenha em conta, não só o volume e a natureza da litigação, mas

também as características sociais e económicas das localidades e regiões em causa.

Essa reforma é, também, justificada se considerarmos que os modelos estruturais de organização da justiça, não só têm resistido, sem grandes alterações às transformações económicas e sociais, como se têm revelado incapazes de assegurar uma resposta eficaz, eficiente e com altos padrões de qualidade à procura de tutela judicial que lhe é dirigida.

Se analisarmos o sistema de justiça nos últimos quinze anos, ressaltam quatro notas fundamentais. A primeira é que não foi um período de ausência de reformas. Tivemos várias reformas que podemos agrupar em três tipos: desjudicialização, meios alternativos de resolução de litígios e descriminalização de certas condutas; reformas processuais; e reformas organizacionais. A questão com que nos confrontamos relativamente a algumas delas é a de saber por que é que tais reformas tiveram tão pouco impacto positivo e, por vezes, tiveram mesmo impacto negativo, os chamados efeitos perversos.

A segunda nota é que, apesar de não ter havido uma deterioração dramática da justiça nos últimos anos, a verdade é que também não se assiste a melhorias de eficiência, eficácia e qualidade significativas e houve mesmo alguma degradação no domínio da duração processual. O sistema continua, na generalidade das comarcas, a não conseguir responder, de forma célere, à procura que lhe é dirigida, com elevados níveis de processos pendentes em muitos tribunais, em especial, nos tribunais dos grandes centros urbanos. Se é certo que a qualidade de resposta do sistema de justiça não pode ser medida apenas pelo volume de processos pendentes, a celeridade de resposta da justiça à procura social que lhe é dirigida é uma componente essencial da sua qualidade. A tendência das pendências indicia um padrão de ineficiência do sistema de justiça que não será alterável apenas com medidas que actuem sobre a procura, mas exige outras, designadamente de natureza processual que tornem a tramitação processual menos burocrática, e, sobretudo, medidas que permitam alterar profundamente o sistema de administração e gestão dos tribunais e o modelo de colocação dos magistrados. O modelo actual leva a que, hoje, os magistrados em início de carreira, sem experiência, sejam colocados em comarcas com maior dispersão da litigação, o que não pode deixar

de se reflectir no seu desempenho.

A terceira é que os tribunais portugueses estão, hoje, tal como no princípio da década de 90, muito ocupados com *litígios de baixa intensidade*¹, com muitos “falsos litígios” e com uma criminalidade de “massa”, constituída pelos crimes de condução de veículo sem habilitação legal, em estado de embriaguez e de emissão de cheque sem provisão. E, no âmbito da justiça cível, intensamente mobilizados por pessoas colectivas (para a cobrança de dívidas), na sua grande maioria litigantes frequentes (como operadores de televisão por cabo, operadoras de telemóveis, seguradoras, bancos, sociedades financeiras), ou seja, litigantes que repetidamente recorrem ao tribunal por causa de litígios similares. Aquele padrão de colonização e de mobilização do sistema de justiça afecta, naturalmente, o seu desempenho e constitui uma das razões que impede que uma parte da procura potencial, sobretudo dos cidadãos, mas também das empresas, se transforme em procura efectiva do sistema judicial.

Os dados do inquérito, realizado pelo Observatório Permanente da Justiça em finais de 2001, aos cidadãos sobre as representações sociais sobre os tribunais e o direito, vieram reforçar a análise de ineficácia e de défice de qualidade do sistema judiciário. Predomina a percepção de um sistema judicial social muito distante, lento, com défices de acessibilidade e que trata de forma desigual ricos e pobres.

A quarta nota é que um dos grandes problemas com que se confrontam os tribunais portugueses decorre de deficiências organizativas e de gestão. Diga-se, aliás, que as reformas de organização e gestão da justiça passaram a constituir uma das principais apostas das agendas de reforma de vários países. Também, entre nós, a actual organização e gestão do sistema de justiça, em especial dos tribunais, e a sua desadequação à realidade social e económica e ao volume e características da procura social que lhe é dirigida é comumente reconhecida com uma das principais causas de ineficiência do seu desempenho funcional. Uma mudança eficaz em matéria de administração e gestão, quer de recursos humanos e materiais, quer de processos, pressupõe a adopção de circunscrições alargadas.

É neste contexto que se insere a reforma de reorganização do mapa judiciário, também, consensualmente, considerada como uma das questões centrais do processo de reforma do sistema judicial.

Este é, também, um processo em curso em muitos países europeus. A redefinição dos territórios da justiça e da estrutura da organização judiciária passou a constituir questão central do debate sobre o sistema de administração da justiça em diversos países da Europa, onde estão em curso processos de discussão ou de reforma com incidência na organização territorial da justiça. No lastro daquelas medidas estão propósitos de racionalização de custos com infra-estruturas e equipamentos que se revelaram desnecessários em resultado dos descoincidentes processos de desenvolvimento sócio-económico do território, mas também de eficácia, de eficiência e de qualidade da administração da justiça.

A reforma do mapa judiciário não resolve, só por si, todos os bloqueios e problemas com que se confronta o sistema judiciário, globalmente considerado. Mas, se integrada numa estratégica agenda mais vasta de reforma, não só pode contribuir, de forma decisiva, para a sua solução, como pode mesmo ser a alavanca necessária desse processo estratégico de reforma.

A construção de um novo mapa judiciário é uma reforma complexa, quer no que respeita à definição do seu modelo estruturante, quer quanto à sua concretização. A reforma deve procurar uma melhor adequação da divisão e organização judiciárias às dinâmicas socio-económicas e demográficas do território e ao movimento processual existente.

Mas, deve, sobretudo, ter como objectivo central provocar uma melhor qualidade, eficiência e eficácia e maior acessibilidade do sistema de justiça, fomentando o recentramento das funções dos tribunais nos litígios *de alta intensidade*², na resposta à grande criminalidade e na promoção e defesa dos direitos dos cidadãos. Estes devem ser os seus vectores nucleares.

A reforma deve ainda permitir que a reestruturação do sistema de justiça, globalmente considerado, se faça de modo a responder, com eficácia e qualidade, quer ao novo perfil sociológico do desempenho dos tribunais (mudanças quantitativas e qualitativas na natureza da litigação, globalização e novas fronteiras do direito, exigências da economia ao funcionamento da justiça, novas formas de criminalidade, corrupção, mediatização da justiça, aumento da tensão entre o poder político e o poder judicial), quer ao novo contexto social da justiça induzido por factores como o agravamento das

desigualdades sociais, o aumento da diversidade cultural e religiosa, a emergência de novos riscos públicos no domínio do ambiente, na saúde, nas tecnologias de comunicação e informação.

A proposta de reorganização territorial da justiça que, à luz da investigação realizada no âmbito do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, é das principais linhas orientadoras, circunscreve-se ao processo de definição do novo modelo de mapa judiciário, e não da sua concretização, e diz respeito apenas à primeira instância da jurisdição comum, com exclusão dos tribunais do trabalho.

2. Tentativa de Reforma

Ao ler-se as exposições de motivos das leis e os preâmbulos dos decretos-leis que estiveram na base das sucessivas reformas, torna-se evidente a disjunção entre o processo de intenções que a eles presidiu e o que é efectivamente legislado. Já em 1978, o legislador reconhecia a necessidade de alterar e de redimensionar a divisão judicial do território. Contudo, apesar do reconhecimento da necessidade de inclusão no sistema de organização da justiça de critérios que permitissem uma melhor adequação da organização e divisão judiciais às dinâmicas sócio-económicas do território, a reforma, fundando-se em exigências de natureza política, social e económica, manteve intacto o modelo de proximidade geográfica da justiça face aos cidadãos, com a comarca como matriz territorial do sistema judicial, bem como o tradicional agrupamento das comarcas em círculos e em distritos judiciais. Mais, apesar de reconhecer que o país se encontrava espartilhado num número excessivo de circunscrições, algumas sem justificação, avançou para a criação de mais comarcas e mais círculos judiciais.

Mesmo durante o segundo período, em que se tentou implementar o círculo como matriz da divisão territorial, os órgãos jurisdicionais com competência territorial alargada (os tribunais de círculo) só julgavam os litígios de maior valor e os crimes mais importantes. A comarca continuou a determinar a competência dos centros de decisão judicial da maior parte dos litígios. As várias alterações àquela lei visaram, sobretudo, “levar” os tribunais de círculo às populações, nunca se conseguindo

introduzir uma administração coordenada, ao nível do círculo judicial, dos meios ao serviço da justiça

Em 1999, com a nova Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, que previu um tratamento excepcional para a comarca de Lisboa, extinguiram-se os tribunais de círculo. Mas, a tradicional divisão judicial em círculos e comarcas manteve-se. Os círculos passaram a definir, na maior parte dos casos, a competência territorial dos tribunais especializados, assim como a competência territorial dos juízes de círculo.

Esta reforma veio, ainda, criar uma grande diversidade de tipos de tribunais de competência específica e de competência especializada, o que, para alguns, constitui um problema para o sistema de organização judiciária. Na verdade, a organização judiciária evoluiu no sentido da especialização dos tribunais em determinadas matérias, como família e menores, comércio, instrução criminal e trabalho, com o objectivo de dotar a administração da justiça de mais eficácia e eficiência. Aqueles tribunais foram criados de acordo com os princípios que informavam os tribunais de círculo aquando da sua criação: ampla área de competência territorial e a obrigatoriedade de deslocação dos cidadãos às sedes do círculo judicial. Contudo, esta diversidade de juízos especializados é ainda residual, sendo o território nacional coberto, maioritariamente, por tribunais de competência genérica.

O legislador privilegiou, igualmente, a criação de tribunais de competência específica, (varas, juízos e juízos de pequena instância) em comarcas cujo volume processual o “justificasse”, mas não definiu critérios objectivos que permitissem determinar quais as comarcas, em que situações e a partir de quando se deveriam criar estes tribunais. Temos, por isso, hoje, não só uma grande disparidade da oferta judicial para responder à procura gerada, mas também comarcas comparativamente idênticas em termos de procura, com respostas muito diferenciadas, como é o caso das comarcas de Leiria e de Coimbra, que registam um número de processos entrados médio idêntico (8.963 e 9.460, respectivamente). No entanto, enquanto que na comarca de Leiria se encontram instalados 5 juízos cíveis e 3 juízos criminais, em Coimbra, encontra-se instalada uma vara mista, dividida em 2 secções, 5 juízos cíveis e 4 juízos criminais.

Também no Distrito Judicial de Lisboa se verificam situações semelhantes. Vejam-se

os casos das comarcas de Oeiras, Sintra e Loures, que registam um número de processos entrados médio de 16.301, 13.375 e 11.445, respectivamente. Na comarca de Oeiras, que regista o maior número de processos entrados, encontram-se instalados 5 juízos cíveis e 3 juízos criminais, enquanto que nas comarcas de Sintra e Loures, que registam números médios de processos entrados menores, o grau de especialização e a oferta são superiores (2 varas mistas, 6 juízos cíveis e 3 juízos criminais; e 2 varas mistas, 6 juízos cíveis, 4 juízos criminais e 2 juízos de pequena instância criminal, respectivamente).

No Distrito Judicial do Porto, refira-se o caso das comarcas de Santa Maria da Feira e de Guimarães, que registam um número de processos entrados médio idêntico (10.978 e 10.911, respectivamente). No entanto, na comarca de Santa Maria da Feira encontram-se instalados 4 juízos cíveis e 2 juízos criminais; enquanto que em Guimarães encontram-se instaladas 2 varas mistas, 5 juízos cíveis e 3 juízos criminais. Por outro lado, a comarca da Maia, que regista um número médio de processos entrados bastante próximo do das duas comarcas anteriores (10.586), não possui juízos de competência específica ou especializada, estando o tribunal dividido em 5 juízos de competência genérica.

Os litígios cíveis a tramitar nas varas são, comparativamente aos restantes, em número reduzido. Para termos uma ideia, basta considerar que, no período 2000-2004, o peso relativo das acções cíveis declarativas e das acções executivas para pagamento de quantia certa que tinham um valor igual ou superior a 14.969 Euros, o valor das acções que poderão entrar naqueles tribunais era de 8,4% e de 11,3%, respectivamente.

Assim, ao analisar-se a evolução da organização judiciária portuguesa, resulta de forma evidente a ausência de explicitação de critérios claros e objectivos, devidamente fundamentados e sistematizados, para grande parte das diversas alterações introduzidas com consequências no ordenamento judicial do território. Ao mesmo tempo que se considerava que a diminuição das distâncias geográficas em resultado do desenvolvimento das acessibilidades, a alteração da densidade demográfica e do desenvolvimento industrial, o congestionamento dos serviços, o movimento processual registado nas respectivas comarcas, o crescente aumento dos recursos humanos e materiais e a necessidade de rentabilização dos recursos disponíveis deveriam levar ao

reordenamento judicial do território, a verdade é que poucas consequências se retiravam daqueles pressupostos. E, hoje, o actual sistema de organização da justiça é resultado da contínua criação de mais comarcas, mais círculos e mais tribunais, seja de competência genérica, especializada ou específica, apesar de o legislador reconhecer que as dinâmicas territoriais, demográficas e sócio-económicas exigiam outro tipo de respostas organizacionais.

Nos últimos anos, os diferentes Governos começaram, também, a apostar na criação de instrumentos e soluções “alternativas” ao modelo formal e profissionalizado da justiça, concretizando-se em medidas como a criação de centros de arbitragem para diversos tipos de conflitos e de julgados de paz; conciliação e mediação; atribuição de competências aos conservadores de registo civil para a realização de divórcios por mútuo consentimento, e agora, recentemente, nos processos de inventário; atribuição aos solicitadores de execução de um conjunto de funções anteriormente da competência dos juízes; e a descriminalização de certas condutas, como a emissão de cheque sem provisão com função de garantia e a emissão de cheque sem provisão para pagamento de quantia certa inferior a 150 €, e do consumo de estupefacientes.

Hoje, é consensualmente reconhecido que o mapa judiciário não acompanhou as dinâmicas territoriais da população e dos sectores económicos, apresentando uma clara inadequação à realidade económica e social do país, cujos principais pólos de desenvolvimento se concentram nas regiões de Lisboa e Porto e no litoral a Norte da Península de Setúbal. Numa perspectiva territorial, seja demográfica, empresarial ou de serviços, podemos considerar três áreas em franca expansão: Litoral a Norte da Península de Setúbal; Região Centro: Coimbra, Aveiro, Leiria e Viseu; e o Litoral Algarvio. Em todo o território os centros urbanos de média dimensão têm ganho novas expressões, seja por novas funcionalidades, pela propagação da influência de grandes centros urbanos, ou pela capacidade de actores políticos locais/regionais/nacionais apostarem no estímulo desses centros urbanos.

A reforma que implique uma possível reestruturação da territorialização da justiça deve ter em conta a radiografia do país, na sua vertente demográfico-social e económico-empresarial. Mas, se é certo que as novas dinâmicas demográficas

determinam uma nova concepção de optimização de serviços, esta optimização não deve incorporar uma política “punitiva” das comunidades pelos seus constrangimentos territoriais, económicos ou sociais. Essa nova concepção deve, sempre que possível, incorporar processos de requalificação e nunca perder de vista o contexto económico e sócio-cultural e as necessidades das populações. É fundamental que se olhe para os territórios, mesmo que em processo de perda populacional, com uma visão de futuro, criando, ou reestruturando, nalguns lugares, condições de fixação de meios e recursos que tornem, em especial os centros urbanos de pequena e média dimensão, centros com dinâmicas funcionais que se destaquem dos centros urbanos próximos.

3. Resolução e recomendação do CEPEJ e OPJ

O estudo «**A Geografia da Justiça: Para um novo mapa judiciário**» do Observatório Permanente da Justiça, um estudo aprofundado sobre a realidade espacial, processual e dos recursos do sistema judicial nacional, e de experiências comparadas, apresentado em Outubro de 2006, lançou as bases para a Reforma do Mapa Judiciário.

Este estudo, entregue ao Ministério da Justiça, foi realizado pelo Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (OPJ) do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (CES) por solicitação do Ministério da Justiça e teve como principais objectivos:

- traçar, por comarca, o perfil da procura dos tribunais de primeira instância, bem como o tipo de oferta judicial e de recursos humanos;
- sistematizar as principais linhas de debate e as reflexões sobre esta matéria;
- trazer para a reflexão interna experiências de outros países e as principais linhas do debate em curso no âmbito da Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça (CEPEJ);
- apresentação de uma proposta sobre a reorganização territorial da justiça.

A realização deste projecto de investigação envolveu o tratamento de indicadores sócio-

económicos e de dados estatísticos dos tribunais de primeira instância (caracterização do volume e da natureza da procura judicial e dos seus mobilizadores), a recolha e análise de estudos, de legislação, das recomendações do Conselho da Europa, em especial da CEPEJ, de modelos de organização territorial da justiça em vários países (França, Holanda, Áustria, Noruega, Suécia e Alemanha), bem como a realização de três painéis de discussão com a intervenção (num total de 41 pessoas) de magistrados e advogados e de entrevistas a informadores privilegiados.

A análise dos dados permitiu, não só caracterizar a actual organização territorial da justiça, as suas raízes históricas, as suas incongruências, a influência que alguns factores económico-sociais (como os fluxos migratórios) têm na procura judicial, como ainda recolher e sistematizar um vasto conjunto de posições dos vários intervenientes do sistema judicial. Destaca-se, entre essas posições, o consenso generalizado em volta da necessidade de reorganização e redistribuição territorial da justiça, orientada por razões de racionalidade do sistema e de maior qualidade na administração da justiça.

Com base na investigação desenvolvida, foi possível apresentar duas propostas de modelos para uma nova organização territorial da justiça. Ambas as propostas têm como principais linhas orientadoras a reafirmação e promoção do princípio do acesso à justiça e ao direito para todos os cidadãos, o aprofundamento da qualidade da justiça, o aumento da eficiência, da eficácia e da transparência do sistema de administração da justiça e a modernização e reforço da capacidade de administração e gestão do sistema judicial e dos processos.

A justiça nos Estados-membros figura entre as principais preocupações do Conselho da Europa, tendo sido adoptado pelo Comité de Ministros um conjunto de recomendações e resoluções, designadamente no domínio da promoção da eficácia da justiça. A Comissão Europeia para a Eficácia da Justiça (CEPEJ) tem dado especial importância às questões relativas à jurisdição territorial, de que se destacam as principais conclusões do Relatório *Territorial Jurisdiction* (2003). O relatório considera, em síntese, que a distribuição dos tribunais pelo território nacional é uma questão importante, relacionada, principalmente, com o acesso à justiça e deve ser regularmente revista pelos Estados. Para reduzir o número de tribunais em cada país deve ser promovido o uso das novas tecnologias de comunicação e informação (ICT), incentivando a

apresentação via electrónica de peças processuais, bem como a distinção entre o conceito de *Front Office* e *Back Office*. As ICT tornarão possível criar organizações da justiça constituídas por um *Back Office* que irão, cada vez mais, tratar os casos susceptíveis de respostas mais padronizadas. Esse tipo de organização pressupõe uma forte utilização da Internet e de procedimentos informatizados. Defende-se, igualmente, a possibilidade de introdução de um sistema de “justiça móvel”, em que os juízes se desloquem aos locais, realizando aí os julgamentos.

Quanto à dimensão ideal dos tribunais, a CEPEJ entende que esta não pode ser fixada em abstracto, dependendo de vários factores, designadamente, da população residente, do volume médio e da complexidade dos processos, bem como da especialização dos juízes. A especialização dos juízes é uma das sugestões para dar resposta ao aumento da complexidade dos casos. Contudo, a especialização pode não significar, no futuro, a concentração física de várias jurisdições, em virtude da flexibilidade dos recursos humanos e do aumento de oportunidades da ICT (vídeo-conferência e novos sistemas de gestão de conhecimento). Sugere-se, ainda, que a especialização poderá, também, ser conseguida através da colaboração entre tribunais.

O recurso às ICT pode levar, assim, a dois movimentos inversos no que respeita à territorialização da justiça: um movimento na direcção da concentração dos tribunais em número limitado de locais; e, um outro, no sentido do alargamento da sua distribuição geográfica a um nível mais local através da criação de um *Front Office* associado a um *Back Office*, este responsável pelo apoio administrativo e pela tramitação dos processos.

CAPITULO III

1. Reforma Judiciária

A nova Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, que introduz um novo mapa judiciário no país, arrancou no dia 14 de Abril de 2009, numa cerimónia que contou com a presença do Primeiro-Ministro, José Sócrates e do Ministro da Justiça, Alberto Costa, na Comarca de Lisboa Noroeste, Juízos de Sintra.

O novo mapa judiciário entra em vigor durante um período experimental de dois anos, nas comarcas do Alentejo Litoral, Grande Lisboa Noroeste e Baixo Vouga e introduz uma nova matriz territorial, um novo modelo de competências e um novo modelo de gestão dos tribunais, assegurando maior qualidade da resposta judicial aos cidadãos e às empresas.

Esta proposta qualifica a solução judicial e melhora a capacidade de resposta através da extensão a todo o país de serviços de Justiça especializada, antes apenas concentrados nas principais zonas urbanas.

Início da Reforma Judiciária

O seu objectivo, é melhorar o acesso, servir melhor os cidadãos e empresas. É melhorar a capacidade de resposta. Melhor acesso, com mais igualdade territorial, em particular na justiça especializada. É situar a comarca a uma escala que permita maior racionalidade na gestão dos recursos e melhor oferta de soluções. Trata-se de uma reforma feita de uma forma prudente e gradual, de modo a permitir aprender com a realidade e introduzir aperfeiçoamentos no caminho. Iniciou-se por três circunscrições que são representativas das diferentes realidades do país judiciário por apresentarem um traço comum. A capacidade de resposta que os tribunais detêm, medida pelas taxas de resolução processual – ou seja, a relação entre processos entrados e concluídos – é, em todos os casos, a mais favorável em relação a todos os anos anteriores desta década, e tem vindo a crescer de forma consistente nos últimos anos. Mas está, em todas elas, abaixo da média nacional. Os progressos em todas verificadas não chegam, precisando de ser reforçados.

É necessário que as soluções do novo mapa venham ajudá-las a ultrapassar a situação actual e a superar as marcas insuficientes do presente.

As novas circunscrições, substituindo 17 antigas comarcas por 3 novas comarcas, vêm demonstrar, no concreto, as potencialidades dos critérios da reforma. Cria-se mais oferta de justiça especializada.

Áreas sensíveis, como o trabalho, a família e menores, o crime e a instrução criminal, o comércio, a execução, são reforçadas e colocadas mais próximas das pessoas, das empresas, das comunidades que servem. O mesmo se diga em relação à criação de novos DIAPs (Departamento de Investigação e Acção Penal).

Em termos de afectação de recursos humanos, as três comarcas piloto ficam agora com mais condições para melhorar as suas taxas de resolução processual. Mais 32 juízes e mais 43 procuradores em relação à situação anterior significa uma forte aposta não só na capacidade de julgar como também na de exercer com sucesso a investigação e a acção penal.

Nas comarcas-piloto entra em vigor um novo modelo de gestão.

Juiz Presidente, Procurador coordenador, Administrador e Conselho da Comarca são novos protagonistas e novos órgãos que vão responder, aos seus níveis próprios, aos desafios de mudança.

No Conselho de Comarca terá assento não apenas a comunidade forense, com realce para a presença dos advogados, solicitadores e funcionários, como também representantes da sociedade civil e autarquias. É um novo instrumento de comunicação entre o tribunal e a comunidade.

Para os que iniciam as suas funções cabe um papel fundamental na concretização das virtualidades da reforma, e também na identificação das soluções que justifiquem aperfeiçoamentos futuros, quando se tratar da generalização da reforma. O novo regime da acção executiva já entrou em vigor. A reforma de recursos cíveis começa a produzir aos seus efeitos, contribuindo para a redução da duração média dos processos.

A reforma penal esteve na origem de uma expansão acentuada das penas alternativas e duma taxa de encarceramento mais próxima da média europeia.

As políticas de combate ao congestionamento deram resultados positivos.

Desde a primeira metade dos anos noventa, os processos pendentes cresciam à razão de mais de cem mil por ano. Em 2006, 2007 e 2008 isso acabou. Em cada um desses anos, e em ritmo crescente, no total nacional, os tribunais resolveram sempre mais processos do que aqueles que entraram.

Estes são bons resultados, reconhecidos pelo Conselho da Europa.

Estão agora no terreno as ferramentas que permitirão dar continuidade a esses resultados. O processo electrónico estende-se a 74% dos processos da primeira instância. Advogados comunicam com o tribunal por via electrónica e os juízes e procuradores praticam os seus actos em suporte informático.

É agora a vez da reforma do mapa judiciário dar o seu contributo. Primeiro, nas comarcas piloto, depois generalizando-se a todo o País.

De novas salas de audiências a novos gabinetes, a novas acessibilidades e novos equipamentos de segurança, verificou-se um reforço considerável.

Destacam-se a renovação tecnológica que incide em especial nas três circunscrições piloto.

Todos os tribunais das três comarcas beneficiaram da substituição integral do parque informático, equipamento áudio, equipamento telefónicos, equipamentos de gravação integral e vídeo-conferência.

Todos esses tribunais estão agora equipados com plasmas informativos, pórticos detectores de metais, sistemas de videovigilância e segurança activa. A proposta de Lei de Política Criminal, há poucos dias aprovada pelo Conselho de Ministros, considerou os crimes praticados nas instalações de tribunais como crimes de prevenção e de investigação prioritárias e incluiu essas instalações e os serviços do Ministério Público nos programas de policiamento das forças e serviços de segurança. É de referir que, além de fisicamente, foram transferidos electronicamente nas três circunscrições 200.000 processos.

E começa também a funcionar uma nova aplicação electrónica do registo criminal, para transmissão electrónica de dados para o registo criminal.

Os processos de mudança de longo alcance exigem uma vontade sustentada e capaz de aprender com a realidade. Antes da generalização haverá a avaliação, em que participarão não só os Conselhos, como também a Ordem dos Advogados, a Câmara dos

Solicitadores e o Conselho dos Oficiais de Justiça, além de autarquias e entidades representativas de utentes. Esta é uma amostra expressiva. Está em causa o acesso à justiça de um décimo da população nacional, o trabalho de mais de duzentos juízes e procuradores e mais de seiscentos funcionários.

2. Nova Reforma dos Tribunais

Reforma do Mapa Judiciário. Abertura de novos Tribunais e Serviços

A nova organização dos tribunais nacionais foi publicada em Diário da República, confirmando o objectivo da modernização do sistema judicial nas áreas dos recursos humanos, gestão e qualidade do serviço público prestado aos cidadãos, numa iniciativa que começou experimentalmente, já no mês de Abril de 2009, nas comarcas piloto do Baixo-Vouga, Lisboa Noroeste e Alentejo Litoral. Com este novo modelo, cada Comarca passa a possuir juízos especializados de trabalho e de família e menores e, nas matérias cíveis e criminais, juízos de grande, média e pequena instância. Para a concretização desta reforma, o Ministério da Justiça ouviu o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Conselho Superior do Ministério Público e a Ordem dos Advogados, bem como sindicatos e outros representantes do sector. Este projecto do Ministério da Justiça garante o não encerramento de nenhum tribunal e, em alguns casos, a abertura de novos serviços da justiça em locais onde até agora não existiam.

Com o novo mapa assiste-se à especialização em matéria cível e criminal, com a criação de grandes, médias e pequenas instâncias cíveis e criminais; total cobertura especializada em matéria de família e menores, actualmente inexistente na área do Alentejo Litoral, em grande parte do Baixo Vouga e em Mafra; total cobertura especializada em matéria laboral, actualmente inexistente na área do Alentejo Litoral; nova oferta especializada em matéria de comércio na área do Baixo Vouga.

Passa a haver uma nova oferta especializada em matéria de instrução criminal na área do Baixo Vouga e da Grande Lisboa-Noroeste e nova oferta especializada em matéria de execuções na área do Baixo Vouga e da Grande Lisboa-Noroeste.

Serão, ainda, criados serviços do Departamento de Investigação e Acção Penal no Baixo Vouga e na Grande Lisboa-Noroeste.

Mais Investimentos nos Tribunais com Novo Mapa

O Ministério da Justiça tem a decorrer obras no valor de 8,1 milhões de euros para requalificar 16 tribunais nas três comarcas experimentais do novo Mapa Judiciário.

Estas intervenções de requalificação nas comarcas do Baixo-Vouga, Lisboa Noroeste e Alentejo Litoral vão reforçar as condições de segurança das instalações com o reforço e introdução de pórticos de controlo de entrada, raquetes detektoras de metais, botão de emergência, videovigilância, novas salas de audiência, para magistrados e advogados, bem como acessos para deficientes.

A digitalização dos processos cíveis, reduzindo ou mesmo eliminando o papel é outros dos objectivos do Ministério da Justiça, optando pela substituição de todo o material informático existente nos tribunais, num investimento de cerca de um milhão de euros.

A nova organização dos tribunais nacionais foi publicada em Diário da República, confirmando o objectivo da modernização do sistema judicial nas áreas dos recursos humanos, gestão e qualidade do serviço público prestado aos cidadãos, numa iniciativa que começou experimentalmente nas comarcas piloto do Baixo-Vouga, Lisboa Noroeste e Alentejo Litoral.

Proposta de Lei para a Reforma do Mapa Judiciário

O Programa do XVII Governo Constitucional assume que «a gestão racional do sistema judicial requer o ajustamento do mapa judiciário ao movimento processual e a adopção de um modelo de gestão assente na valorização do presidente e do administrador do tribunal».

Esta reforma estruturante da organização judiciária tem como principais objectivos aumentar a eficiência da organização judiciária com a implementação de um novo modelo de gestão do sistema, e adequar as respostas dos tribunais à nova realidade da procura judicial, com base numa matriz territorial que assegure os princípios da proximidade e da eficácia e celeridade da resposta aos cidadãos e às empresas.

Após um período de consultas e debate definiram-se as seguintes linhas de orientação:

a) Melhorar o acesso à justiça para todos os cidadãos e empresas;

- b) Reestruturar a organização judiciária de acordo com a nova matriz territorial;
- c) Aumentar a eficiência, eficácia e transparência do sistema de administração da justiça;
- d) Modernizar e reforçar a capacidade de administração e gestão do sistema judicial;
- e) Reforçar a independência do poder judicial e a intervenção do Conselho Superior de Magistratura materializada, nomeadamente, na nomeação do Juiz Presidente;
- f) Qualificar a resposta judicial e melhorar a capacidade de resposta através da criação de uma rede de serviços de Justiça diversificada com recursos humanos qualificados, com maior capacidade de intervenção junto de toda a extensão das novas comarcas;
- g) Apostar no reforço da justiça especializada no tratamento de matérias específicas, como sejam, família e menores, comércio trabalho, níveis diferenciados de criminalidade.

A nova organização judiciária, que o Governo propõe, assenta em três eixos fundamentais: uma nova matriz territorial; um novo modelo de competências; e, um novo modelo de gestão, sem colocar em causa a proximidade da justiça face aos cidadãos, assegurando a presença de tribunais e juízos onde estes já existem e criando novos onde se justifique.

A nova matriz territorial das circunscrições judiciais agrega as actuais comarcas, em circunscrições territoriais de âmbito geográfico mais alargado, tendo por base o modelo de organização territorial das Nomenclaturas de Unidade Territorial Para Fins Estatísticos III (NUTS III), ajustando-o em função das especificidades da litigiosidade, do volume processual, da população e da proximidade aos cidadãos e às empresas.

Passam a existir cinco distritos judiciais, delimitados a partir das NUTS II, e 39 circunscrições de base, em resultado da agregação das actuais 231 comarcas. O Tribunal de Comarca é, nesta nova matriz, constituído pela agregação organizacional e funcional dos actuais tribunais, com base num novo modelo de competências, assente:

- a) Na existência, em cada Comarca, de um Tribunal Judicial de 1ª instância;
- b) No desdobramento do Tribunal de Comarca em juízos de competência genérica ou especializada, solução amplamente reconhecida como factor indutor da qualidade da Justiça, em todos os seus vectores, procurando implementar-se ou ampliar-se a presença da especialização em todas as Comarcas;

c) No desdobramento, em função do volume ou da complexidade do serviço, dos juízos cíveis e criminais em três níveis de especialização – pequena, média e grande instância;

d) Na criação de uma ampla variedade de Juízos de Competência Especializada, eliminando-se, para uma maior simplificação e inteligibilidade, a distinção formal entre tribunais de competência específica e especializada (Juízos de Instrução Criminal, Família e Menores, Trabalho, Comércio, Propriedade Intelectual, Marítimos, Execução de Penas, Execução, Juízos de Instância Cível e Juízos de Instância Criminal).

A nova matriz territorial permite um novo modelo de competências dos tribunais, permitindo o acesso a uma Justiça mais especializada a todos, à qual até agora em regra apenas podiam aceder os cidadãos e as empresas dos grandes centros urbanos.

Visando ainda uma resposta judicial mais flexível, permite-se que aos juízos de competência especializada possa ser atribuída competência em mais do que uma Comarca.

A Comarca, redimensionada em função do novo modelo territorial, terá um novo modelo de gestão assente em três órgãos:

a) O Presidente do Tribunal, com funções de representação, direcção, gestão processual, administrativa e funcional, é escolhido e nomeado pelo Conselho Superior de Magistratura;

b) O Administrador do Tribunal, com funções de gestão hoje concentradas na Direcção-Geral da Administração da Justiça e no Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, é escolhido pelo próprio Presidente do Tribunal;

c) O Conselho de Comarca, com funções de participação e consulta e apoio ao Presidente e ao Administrador, reúne o Presidente do Tribunal, o Magistrado do Ministério Público Coordenador, representantes dos advogados, dos solicitadores e das autarquias bem como dos utentes dos serviços de justiça.

No que diz respeito ao novo modelo de gestão, de forma a elevar o desempenho operacional da organização e a reforçar a qualidade dos serviços prestados pelos tribunais estão previstos para o Presidente do Tribunal e para o Administrador programas específicos de formação na área da gestão judicial.

Para a implementação desta nova organização judiciária, propôs-se a sua entrada em vigor a partir do ano judicial em 2009, e a título experimental em três Comarcas-piloto.

Findo o período experimental, já em 31 de Agosto de 2010, tendo em conta a avaliação a efectuar, a reforma aplicar-se-á a todo o território nacional.

Foram seleccionados, para este período experimental, três Comarcas representativas da diversidade do Portugal judiciário, que traduzissem realidades sociológicas, económicas e demográficas multiformes e que apresentassem movimento processual diferenciado.

Cumprindo esses objectivos, foram escolhidas as Comarcas de:

- a) Baixo Vouga (englobando os municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos);
- b) Grande Lisboa Noroeste (englobando os municípios de Amadora, Mafra e Sintra);
- c) Alentejo Litoral (englobando os municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines).

Em suma, esta proposta introduziu, e introduzirá, um novo conceito de Comarca, o qual permite o alargamento da justiça especializada a todo o país e a uma maior flexibilidade das regras de competência territorial no âmbito da Comarca, permitindo-se em regra às partes a escolha do juízo competente nas áreas do direito civil, trabalho e comercial.

Este novo modelo prevê também uma gestão conjunta de todos os serviços e instalações da mesma Comarca, promove o envolvimento dos profissionais da justiça e da comunidade na gestão do tribunal e contribui para a homogeneização da resposta judicial em todo o país.

Em simultâneo, assegura a manutenção da proximidade da justiça aos cidadãos e empresas, do respeito pelos princípios constitucionais do juiz natural, da responsabilidade das funções jurisdicionais pelos Magistrados judiciais e da avaliação destes pelo Conselho Superior de Magistratura.

Foram ouvidos a Associação Sindical dos Juizes Portugueses, o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, a Associação dos Oficiais de Justiça, e o Sindicato dos Oficiais de Justiça e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

Foi promovida a audição do Conselho Superior da Magistratura, do Conselho Superior do Ministério Público, do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, da Ordem dos Advogados, da Câmara dos Solicitadores, do Conselho dos Oficiais de Justiça e do Sindicato dos Funcionários de Justiça.

3. Apresentação da Reforma do Mapa Judiciário:

A Proposta de Lei nº 124/2008, incidindo na Reforma do Mapa Judiciário, foi apresentada no dia 18 de Março de 2008, numa cerimónia que decorreu no Pavilhão de Portugal, no Parque das Nações. No discurso introdutório, apresentou-se a planificação do que significará esta Reforma. Assim, tal Reforma significa:

- uma nova opção territorial
- um novo conceito de tribunal
- um novo patamar tecnológico
- uma legitimação alargada
- um processo aberto de participação
- um método para avançar adequado a uma mudança de largo alcance: primeiro experimentar, avaliar e depois generalizar.

O primeiro objectivo é melhorar a justiça para todos, onde quer que residam; habitem nas grandes cidades ou em zonas pouco povoadas. Justiça com mais qualidade e com mais rapidez só a especialização o permite. Em vastas áreas no território nacional, os cidadãos quase só têm acesso a respostas genéricas, noutras é diferente. Esta reforma do mapa judiciário representa uma nova opção territorial.

Em meados do séc. XIX, Portugal tinha 115 comarcas.

No início do séc. XXI, estavam contabilizadas em 231. Serão no futuro 39.

Avança-se com uma solução que assegura, para lá de melhor gestão, mais equidade. Mais equidade territorial no acesso à justiça. Uma solução onde em cada uma das novas comarcas, para lá de melhores condições de gestão, existam soluções especializadas disponíveis.

O objectivo não é, como noutros países se está a fazer, fechar tribunais. Não só vão ser mantidos como se vão acrescentar valências. Essa é a intenção.

As comarcas que primeiro irão beneficiar da aplicação da reforma são: Alentejo Litoral, Grande Lisboa Noroeste e Baixo Vouga. Pretende-se que tenham uma justiça mais especializada – família e menores, trabalho, comércio, especializações na área cível e criminal, instrução criminal, execução, em função das necessidades de cada uma delas.

Assegurou, então, o Governo que, com tal reforma, um milhão e cem mil portugueses vão ter resultados concretos. A seguir, feito o balanço, será a vez de todos os outros.

Avança-se com novos conceitos para a organização e gestão do tribunal e para a sua inserção na comunidade. Aspira-se a um tribunal presente em vários pontos da nova comarca, salvaguardando elementos de proximidade e de especialização, com uma gestão de recursos mais integrada e flexível. Será um tribunal com condições para o exercício da liderança e da responsabilidade perante a comunidade. Será uma comarca dotada de uma presidência fortemente legitimada pela intervenção do Conselho Superior de Magistratura. Sem prejuízo da esfera da independência de cada julgador e no respeito de todos os princípios constitucionais. Será um espaço também para o reforço da intervenção do Ministério Público, com novas soluções de coordenação e de participação. Pela primeira vez, a coordenação ao nível da comarca poderá ser exercida por um Procurador-geral Adjunto, assegurando-se a paridade com a previsão legal do cargo de Juiz Presidente ser ocupado por um Desembargador. São portanto novos tribunais de comarca, com novas dimensões, com liderança, com rosto, com gestão em escala adequada – e também com um novo encontro marcado com as expectativas dos cidadãos. Haverá dentro do tribunal um conselho de comarca. Para além dos cargos e profissões jurídicas, farão aí ouvir a sua voz os representantes dos destinatários da justiça: municípios, associações empresariais e sindicais, associações de consumidores, utentes do sistema. É um instrumento ao serviço de uma nova relação e também um novo quadro de responsabilização entre a justiça e os seus destinatários. A reforma inclui também uma nova estrutura especialmente concebida para apoiar o seu trabalho do Ministério Público. Estas inovações vão funcionar apoiadas num novo patamar tecnológico, as peças e documentos, no domínio da justiça cível, serão entregues por via electrónica em todos os Tribunais de 1ª Instância, sem necessidade de papel. E os processos são também consultáveis por essa via, sem necessidade de deslocações. Em Sintra, em apenas dois meses, 30% das peças foram entregues por via electrónica. A partir de Setembro, os actos dos juízes passarão a ser praticados em suporte informático, e também por essa via acessíveis. O processamento das injunções - bem mais de duas centenas de milhar de procedimentos – foi desmaterializado e concentrado num “balcão único de injunções”, com tudo o que isso representa de alívio em relação às outras secretarias judiciais. Em

curto espaço de tempo, foram apresentados 8500 requerimentos de injunção e 97% foram entregues em suporte informático. Nas três grandes comarcas piloto vai proceder-se, com prioridade, à digitalização dos processos pendentes, com todos os ganhos que isso representa em matéria de acesso. É de um choque organizativo e tecnológico que se fala. Todas as reformas do mapa judiciário, de Mouzinho da Silveira para cá, foram reformas sobre o papel, reformas acerca do papel, com pesados processos a circular de sítio para sítio. Esta é a primeira reforma do mapa judiciário do tempo da desmaterialização, com tudo o que significa de facilidade de acesso, de economia de tempo e de transparência. Nas comarcas do passado começava sempre o reino do papel. Nas novas comarcas começam as condições para uma justiça à altura das expectativas dos nossos contemporâneos. Numa reforma para durar tão importante como a solução é o capital de legitimidade com que parte. Tão importante como a solução é a legitimação. As duas maiores forças parlamentares, representando no seu conjunto 85% dos mandatos, apoiaram e acordaram nos seus princípios e objectivos. Apoiaram expressamente:

- comarcas redimensionadas e alinhadas pelas NUTs 3 e obtidas por agregação das actuais
- distritos judiciais alinhados pelas NUTs 2
- centralidade do acesso à justiça especializada
- novo modelo organizativo valorizando o Juiz Presidente, o administrador e uma gestão integrada ao nível da nova comarca.

Foram muito aperfeiçoadas por numerosos contributos e participações de conselhos, universidades públicas e privadas, municípios, associação nacional de municípios, associações sindicais, comunidades urbanas, juntas de freguesia, governos civis, delegações da Ordem dos Advogados. Muito em especial juízes, magistrados do Ministério Público, advogados, solicitadores, oficiais de justiça, e também muitos professores de direito ajudaram a afinar o guião desta reforma. Esta reforma é para todos uma nova oportunidade para surpreender pela positiva. Nesta reforma pensou-se, em primeiro lugar, nos portugueses e na justiça a que têm direito.

4. Novo Modelo de Gestão

Assente em três órgãos:

- Presidente do Tribunal
- Administrador do Tribunal
- Conselho de Comarca



Presidente do Tribunal

Nomeado pelo Conselho Superior da Magistratura, de entre Juízes, Desembargadores ou Juízes de Direito com mais de 10 anos de carreira.

Administrador do Tribunal

Nomeado pelo Presidente do Tribunal, de entre indivíduos vinculados à Administração Pública designados pela DGAJ.

Conselho de Comarca

Constituído pelo Presidente do Tribunal, Magistrado do Ministério Público coordenador, representantes da Ordem dos Advogados, da Câmara dos Solicitadores, dos funcionários de justiça e dos Municípios integrados na comarca, e pelo Administrador do Tribunal (sem direito de voto).

Presidente do Tribunal

Competências de representação e de direcção, de gestão processual, administrativa e funcional.

Administrador do Tribunal

Competências delegadas pelo Presidente do Tribunal, pela DGAJ e pelo IGFIJ.

Conselho de Comarca

Competências consultivas e de apoio ao Presidente e ao Administrador do Tribunal

5. Novo Modelo de Competências

Em cada Comarca:

Existência de um Tribunal Judicial de 1.ª Instância (Tribunal de Competência Genérica sem prejuízo do desdobramento em função da especialização)

Desdobramento em Juízos de Competência Genérica ou Especializada (procurando maximizar-se a presença da especialização em todas as comarcas)

É eliminada:

A distinção entre Tribunais de Competência Específica e de Competência Especializada

Nas matérias Cíveis e Criminais:

Desdobramento, em função do volume ou da complexidade do serviço, dos Juízos em três níveis de especialização: Pequena, Média e Grande Instância.

É criada:

Uma ampla variedade de Juízos de Competência Especializada (Juízos de Instrução Criminal, Família e Menores, Trabalho, Comércio, Propriedade Intelectual, Marítimos, Execução de Penas, Execução, Juízos de Instância Cível e Juízos de Instância Criminal)

É criado:

Um Gabinete de Apoio aos Magistrados, constituído por especialistas com formação científica e experiência profissional adequada, e coordenado pelo Presidente do Tribunal, destinado a assegurar assessoria e consultadoria técnica aos magistrados .

6. Nova Matriz Territorial

Distritos Judiciais:

Alinhamento com as NUTE II

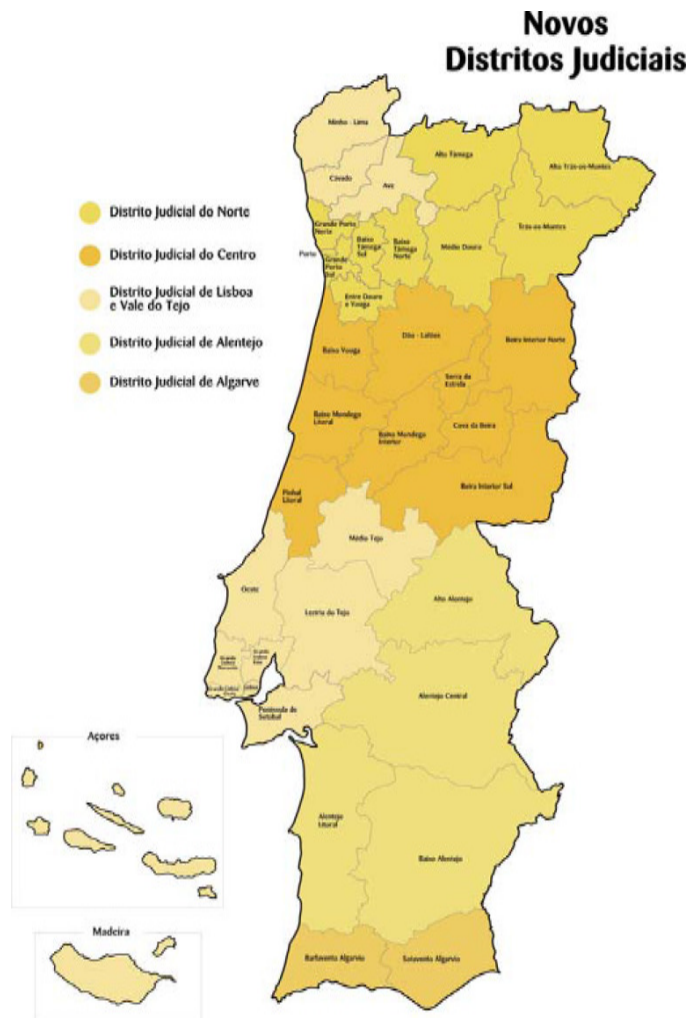
Norte [Porto]

Centro [Coimbra]

Lisboa e Vale do Tejo [Lisboa]

Alentejo [Évora]

Algarve [Faro]

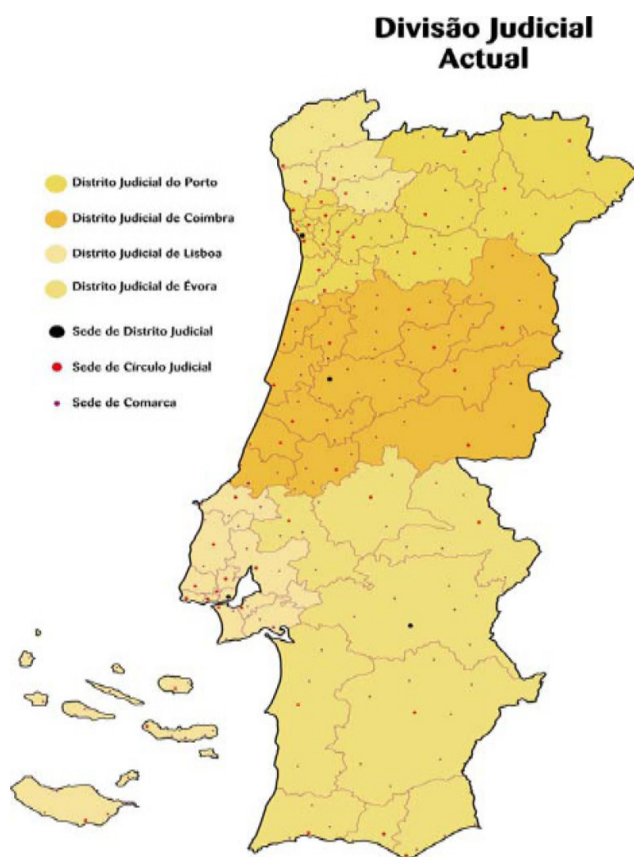


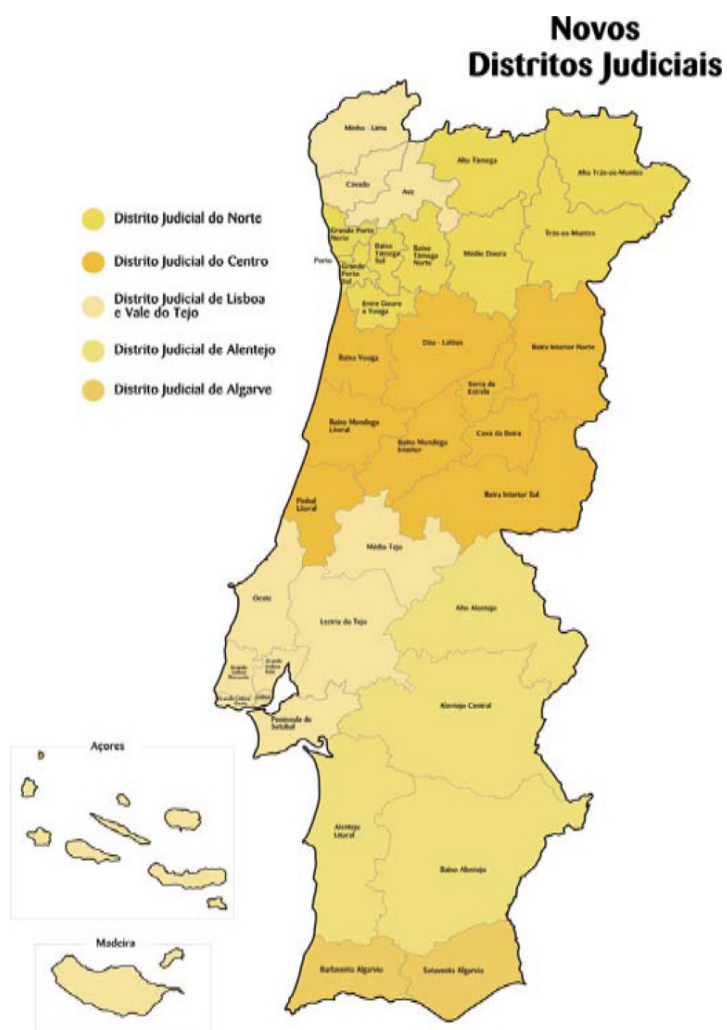
Comarcas [circunscrições de base]:

Criação de 39 comarcas com base nas NUTE III (em resultado da agregação das actuais 231 comarcas)

Manutenção dos actuais tribunais

Tribunal de Comarca constituído pela agregação dos actuais tribunais







Comarcas Piloto:

Implementação da Reforma do Mapa Judiciário (a partir de 2008)

Alentejo Litoral

Grande Lisboa Noroeste

Baixo Vouga


Comarca do Alentejo Litoral





ALCÁCER DO SAL

 Um Juízo de Média e Pequena Instância Cível

 Um Juízo de Média e Pequena Instância Criminal

GRÂNDOLA

 Um Juízo de Média e Pequena Instância Cível

 Um Juízo de Média e Pequena Instância Criminal

SANTIAGO DO CACÉM



Juízo de Grande Instância Cível
[toda a comarca]



Um Juízo de Média e Pequena Instância Cível



Juízo de Grande Instância Criminal
[toda a comarca]



Um Juízo de Média e Pequena Instância Criminal

SINES



Juízo Misto do Trabalho e de Família e Menores
[toda a comarca]

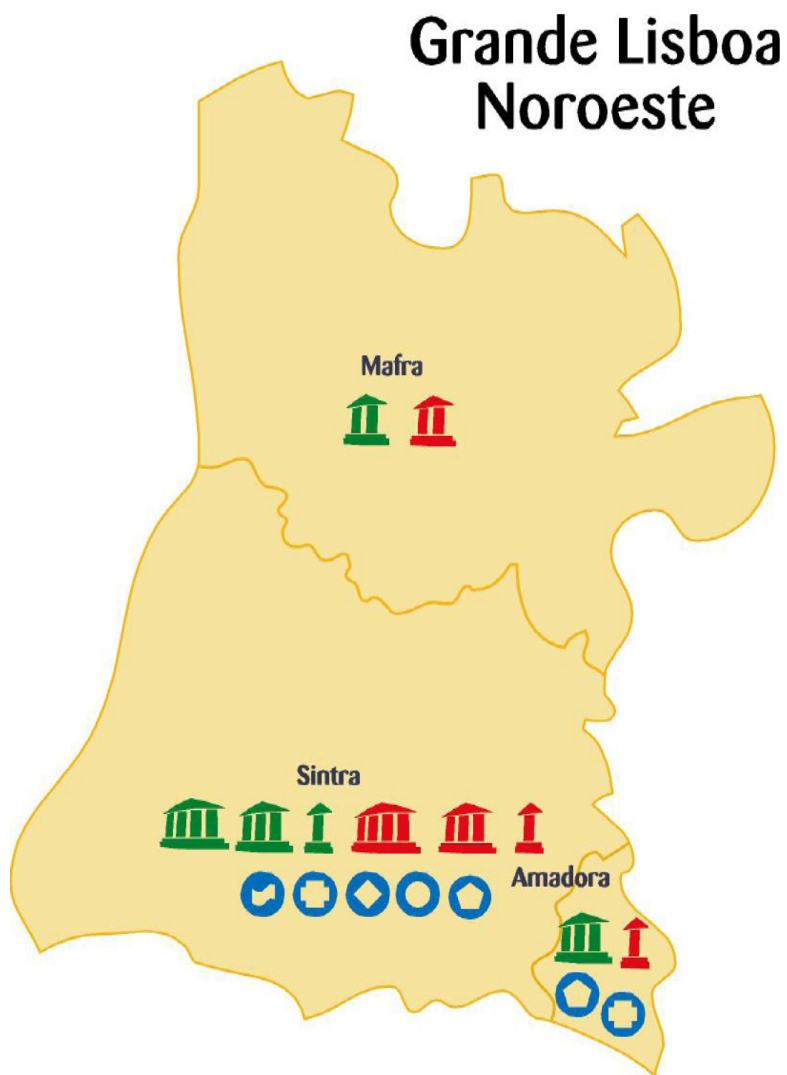
ODEMIRA



Um Juízo de Competência Genérica

Comarca de grande Lisboa Noroeste





MAFRA



Um Juízo de Média e Pequena Instância Cível



Um Juízo de Média e Pequena Instância Criminal

SINTRA



Juízo de Grande Instância Cível
[toda a comarca]



Juízo de Média Instância Cível



Juízo de Pequena Instância Cível

[Sintra e Amadora]



Juízo de Grande Instância Criminal
[toda a comarca]



Juízo de Média Instância Criminal
[Sintra e Amadora]



Juízo de Pequena Instância Criminal



Juízo de Comércio
[toda a comarca]



Juízo de Família e Menores
[Sintra e Mafra]



Juízo do Trabalho
[toda a comarca]



Juízo de Execução
[toda a comarca]



Juízo de Instrução Criminal
[Sintra e Mafra]

AMADORA



Juízo de Média Instância Cível



Um Juízo de Pequena Instância Criminal



Juízo de Instrução Criminal

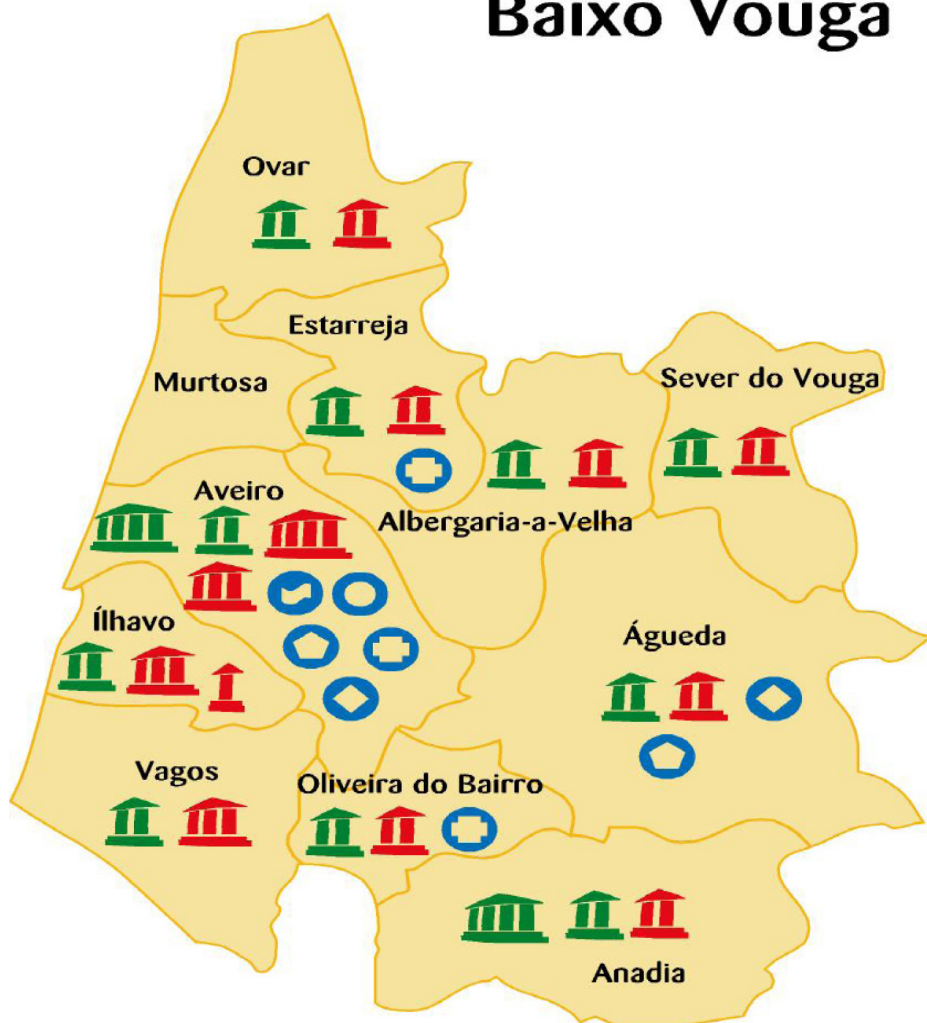


Juízo de Família e Menores

Comarca do Baixo Vouga



Baixo Vouga



OVAR



Dois Juízos de Média e Pequena Instância Cível



Dois Juízos de Média e Pequena Instância Criminal

ESTARREJA



Um Juízo de Média e Pequena Instância Cível



Um Juízo de Média e Pequena Instância Criminal



Juízo de Família e Menores

[Albergaria-a-Velha, Estarreja, Murtosa, Ovar e Sever do Vouga]

ALBERGARIA-A-VELHA



Um Juízo de Média e Pequena Instância Cível



Um Juízo de Média e Pequena Instância Criminal

SEVER DO VOUGA



Um Juízo de Média e Pequena Instância Cível



Um Juízo de Média e Pequena Instância Criminal

AVEIRO



Juízo de Grande Instância Cível
[Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Ovar e Vagos]



Dois Juízos de Média e Pequena Instância Cível



Um Juízo de Grande Instância Criminal
[toda a comarca]



Dois Juízos de Média Instância Criminal



Juízo de Comércio
[toda a comarca]



Juízo de Execução
[toda a comarca]



Juízo de Instrução Criminal
[Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa,
Ovar, Sever do Vouga e Vagos]



Juízo de Família e Menores



Juízo do Trabalho
[Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa,
Ovar, Sever do Vouga e Vagos]

ÁGUEDA



Um Juízo de Média e Pequena Instância Cível



Um Juízo de Média e Pequena Instância Criminal



Juízo do Trabalho
[Águeda, Anadia e Oliveira do Bairro]



Juízo de Instrução Criminal
[Águeda, Anadia e Oliveira do Bairro]

ÍLHAVO



Um Juízo de Média e Pequena Instância Cível



Um Juízo de Média Instância Criminal



Juízo de Pequena Instância Criminal
[Aveiro, Ílhavo e Vagos]

VAGOS



Um Juízo de Média e Pequena Instância Cível



Um Juízo de Média Instância Criminal

OLIVEIRA DO BAIRRO



Um Juízo de Média e Pequena Instância Cível



Um Juízo de Média e Pequena Instância Criminal



Juízo de Família e Menores
[Águeda, Anadia, Ílhavo, Oliveira do Bairro e Vagos]

ANADIA



Juízo de Grande Instância Cível
[Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Oliveira do Bairro e

Sever do Vouga]



Um Juízo de Média e Pequena Instância Cível



Um Juízo de Média e Pequena Instância Criminal

7. A reafirmação e promoção do princípio do acesso à justiça e ao direito para todos os cidadãos.

Este é um dos princípios, constitucionalmente consagrados, centrais do sistema de administração da justiça que, qualquer reforma do sistema de justiça, não só não deve restringir, como, pelo contrário, deve procurar aprofundar. Nesse sentido, a reforma do mapa judiciário, ao fazer o reordenamento judicial do território, deve, também, procurar eliminar assimetrias e constrangimentos sociais, económicos e culturais existentes, quer promovendo a consciência de direitos e a afirmação da capacidade para os reivindicar (por exemplo, através da disseminação de gabinetes de consulta jurídica ou de uma maior descentralização do serviço de atendimento do Ministério Público), quer a mobilização dos tribunais pelos cidadãos. A reforma não deve, por isso, agravar os custos de litigância, sobretudo para os cidadãos. A proposta é, então, de proporcionar, se devidamente executada, um maior acesso à justiça em áreas que, até agora, revelam graves constrangimentos de acessibilidade, de que são exemplo paradigmático os conflitos de família e menores. A construção de um novo figurino institucional de informação, consulta e patrocínio judiciário pode também ser articulado com esta reforma.

8. Reforma do CPC

A reforma do sistema judicial tem sido levada a cabo paulatinamente, com avanços e recuos, tentativas que inicialmente se afiguram como portadoras de esperança, e que no final ficam aquém... Mas na verdade, tem-se tentado alterar o que se considera não resultar da melhor forma. A tramitação de processos de baixa alçada, é efectivamente uma das preocupações. Nesse sentido, surgiu o novo Regime Experimental, no âmbito da reforma no Código Processo Civil. Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º

100/2005, de 30 de Maio, foi aprovado o «Plano de Acção para o Descongestionamento dos Tribunais» e, com ele, uma medida que visa assegurar um tratamento específico, no âmbito dos meios jurisdicionais, aos litigantes de massa.

Esta medida foi concretizada com a criação, através do Decreto-Lei n.º 108/2006, de 8 de Junho, do Regime Processual Civil Experimental (RPCE), que entrou em vigor no dia 16 de Outubro.

O RPCE tem 3 objectivos essenciais:

1. Promover a simplificação e flexibilidade do processo

- passa a existir uma única forma de processo, sem especialidades ou diferenças em função do valor da causa;
- o juiz passa a poder analisar as regras processuais e só as adoptar se forem adequadas ao processo quem em concreto tem a responsabilidade de julgar;
- as sentenças judiciais passam a poder ser mais simples e mais curtas.

2. Fomentar a colaboração entre as partes e destas com o tribunal

- as partes passam a poder apresentar a acção conjuntamente e a inquirir todas as testemunhas fora do tribunal, com benefícios no montante das custas processuais e no andamento do processo, que passa a ser tramitado como urgente.

3. Promover a celeridade processual

- para lidar especialmente com a litigância padronizada de massa, é criada a figura da agregação de acções, que permite ao juiz proceder à associação temporária de processos, tendo em vista praticar um ou mais actos ou realizar uma diligência que abranja vários processos;
- a distribuição dos processos passa a ser feita diariamente;
- a citação edital passa a ser feita através de anúncio em página da Internet (www.tribunaisnet.mj.pt)
- o juiz passa a poder decidir a causa principal logo no processo cautelar.

O RPCE vai ser aplicado, numa primeira fase, nos seguintes tribunais:

- a) Juízos de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Almada;
- b) Juízos Cíveis do Tribunal da Comarca do Porto;
- c) Juízos de Pequena Instância Cível do Tribunal da

Comarca do Porto;

d) Juízos de Competência Especializada Cível do Tribunal

da Comarca do Seixal.

9. Reforma da Acção Executiva

A acção executiva é, indubitavelmente, um dos basilares de qualquer sistema jurídico. A sua eficácia é uma das mais importantes condições para a confiança dos agentes económicos e, em geral, é um dos elementos fundamentais que contribui para a confiança dos cidadãos na justiça e nas instituições, *maxime*, nos Tribunais. É por via da acção executiva que os direitos, muitos deles já declarados por sentença transitada em julgado, se tornam efectivos.

Desde inícios da década de oitenta que se tem vindo a assistir a uma progressiva deterioração da eficácia da acção executiva. O tempo médio de duração das acções tem vindo, sucessivamente, a aumentar, a ineficácia do sistema acentua-se, de tal modo que essa ineficácia é voz corrente e muitos já contam com ela, nomeadamente os devedores, minando a confiança dos cidadãos e das empresas no sistema de justiça. A própria imagem de ineficácia do sistema, alimenta a ineficácia do sistema, na medida em que essa imagem é indutora do incumprimento das obrigações, o que tem necessariamente como consequência o aumento do número das acções executivas, o que, por sua vez, torna o sistema mais inoperante.

Em 2003 entrou em vigor a chamada Reforma da Acção Executiva, cuja principal inovação foi a criação da figura do solicitador de execução, que passou a ser o *dominus* do processo executivo, cabendo-lhe efectuar todos os actos do processo: citação, penhora, convocação de credores, venda, para citar os mais importantes.

Podemos afirmar que é sentimento generalizado junto dos profissionais forenses que a Reforma de 2003 não só não resolveu o problema fundamental que até então se faziam sentir e que era o da excessiva morosidade, como em muitas comarcas do país, principalmente nos grandes centros urbanos, essa morosidade aumentou.

Os bloqueios da acção executiva têm sido, indiscutivelmente, uma das principais causas do descrédito dos cidadãos na justiça. Não obstante a acção executiva estar, no que

respeita aos actos mais importantes, nas mãos dos solicitadores de execução, o que é certo é que os cidadãos continuam a atribuir aos Tribunais uma culpa que, de forma alguma, lhes pode ser assacada. Já antes da reforma, quando a execução corria integralmente nos Tribunais, a ineficácia da acção executiva derivava da falta de meios humanos e materiais que a Administração deveria ter posto à disposição dos Tribunais, coisa que nunca fez, tendo antes ido pelo caminho mais fácil de alterar a lei, como se o problema estivesse aí, sem alterar as estruturas de que depende a eficácia da execução.

Passados cerca de cinco anos sobre a entrada em vigor da Reforma avizinha-se uma nova alteração ao regime da acção executiva, tendo o Governo já apresentado para discussão pública um Projecto de Decreto-Lei Autorizado que altera o regime da acção executiva.

Olhando para os vários sistemas de execução vigentes na Europa, podemos ter os seguintes modelos quanto à forma como o processo executivo é tramitado e à entidade competente para o fazer:

- o modelo jurisdicional;
- o modelo extra-judicial;
- o modelo misto;
- o modelo administrativo.

O modelo jurisdicional baseia-se no princípio de que a acção executiva deve ser tramitada nos Tribunais Judiciais, cabendo aos funcionários judiciais a respectiva tramitação e a prática dos actos que se relacionam com a esfera patrimonial do executado, *maxime* a penhora, tudo sob a orientação do Juiz, a quem cabe também, naturalmente, a resolução de todas as questões de natureza declarativa ou não declarativa (mero expediente, requerimentos avulsos das partes ou de terceiros) que o processo suscite.

O modelo extra-judicial assenta na actuação de um agente, que geralmente é um profissional liberal, mas com um estatuto próprio para o exercício das funções no âmbito da acção executiva, a quem cabe a realização de todos os actos típicos da execução, como as citações e notificações, penhoras, vendas, graduação de créditos. A intervenção do Juiz está reservada para situações em que existe um conflito e, em especial, para a apreciação de questões incidentais de natureza declarativa. A própria execução não é tramitada no Tribunal, sendo o processo a ele remetido unicamente no caso de ser necessário para

apreciação das questões da competência do Juiz. Este é o sistema que vigora em França, sendo o agente de execução designado de *Huissier de Justice*.

O modelo misto é, como o próprio nome indicia, uma mistura dos dois anteriores sistemas, sendo o processo tramitado no Tribunal, sob a orientação do Juiz, mas a prática dos actos que no sistema judicial cabem ao funcionário judicial, são, neste modelo, da competência de um agente de execução, que acaba por ter competências mais alargadas, pois pode, e deve, levar a efeito uma série de actos sem dependência de despacho prévio do Juiz, podendo até apreciar e decidir questões que lhe sejam apresentadas pelas partes.

O modelo administrativo é semelhante ao modelo extra-judicial. A execução é tramitada fora do Tribunal, mas, em vez de ser um profissional liberal com estatuto próprio para o exercício das funções a realizar os actos típicos do processo, a execução é tramitada numa entidade administrativa, por funcionários públicos, sendo o processo igualmente remetido a Tribunal para a apreciação das questões da competência do Juiz. Este é o sistema que vigora nos Países Nórdicos.

Fazendo uma análise dos vários regimes da acção executiva desde o período anterior à reforma de 2003 até ao presente, tendo já em conta o novo regime que consta do Projecto de Decreto-Lei Autorizado que foi apresentado pelo Governo para discussão pública, temos que antes da reforma de 2003 o sistema vigente era o sistema jurisdicional. Os bloqueios que existiam não podiam, contudo, ser imputados aos Tribunais. De facto, as causas da morosidade na tramitação do processo executivo radicavam na falta de meios, humanos e materiais (mais funcionários judiciais e depósitos públicos para os bens penhorados), e também no excessivo número de acções executivas pendentes, existindo até situações absurdas, como aquelas em que, apesar de o próprio exequente saber que a execução não iria ter qualquer sucesso, era obrigado a intentá-la por razões fiscais, pois só dessa forma conseguia recuperar o IVA que havia sido pago na altura da emissão da factura (uma acção que desde o início estava condenada ao fracasso, era intentada, tramitada, introduzida no sistema, contribuindo desnecessariamente para a sua inoperância).

A reforma de 2003 veio adoptar o sistema misto, criando a figura do solicitador de execução, a quem passou a caber a prática dos actos típicos da execução. No pensamento do legislador estaria a ideia de que este novo modelo resolveria o problema da

morosidade, provavelmente por julgar que a morosidade tinha a sua causa no facto de o processo executivo ser tramitado no Tribunal. Mas a retirada parcial da execução do Tribunal terá também sido uma opção política, talvez por razões financeiras, pois desse modo evitar-se-ia o investimento nos tais meios humanos e materiais. Ora, uma vez que, como se referiu, a morosidade não estava, de forma alguma, relacionada com a tramitação jurisdicional da acção executiva, é óbvio que o remédio não serviu de maneira nenhuma para curar a doença. Serviu unicamente para resolver o segundo objectivo apontado, o financeiro, o que foi conseguido à custa das partes, principalmente dos exequentes, que ficaram onerados com mais despesas e encargos, pois actualmente as despesas e remunerações cobradas pelos solicitadores de execução são muito elevadas (o que tem constituído um factor desincentivador da instauração de acções executivas). E porque se continuou sem meios materiais (não foram criados depósitos para os bens penhorados) e sem meios humanos (os solicitadores de execução são manifestamente poucos para o números de processos pendentes), o problema não só se manteve, como se agravou, até se chegar ao ponto de a acção executiva, em algumas comarcas, estar simplesmente paralisada.

E, para além de todos estes aspectos, perdeu-se, no actual regime, grande parte do rigor que no sistema anterior existia a nível das citações e notificações (que eram realizadas pelos funcionários judiciais e davam mais garantias quanto à defesa dos direitos dos executados), muitos vezes fruto de alguma inexperiência e falta de conhecimentos dos solicitadores de execução. Ou seja, com o actual sistema sacrificaram-se garantias e direitos processuais dos executados, sem que, no entanto, tal tivesse significado um ganho em termos de eficácia.

O novo regime da acção executiva³ proposto pelo Governo pretende adoptar o sistema extra-judicial. A execução é remetida a Tribunal, mas é logo encaminhada para o solicitador de execução, sem que haja autuação, cabendo-lhe decidir se deve ou não remeter o processo ao Juiz, nomeadamente nos casos em que há lugar ao despacho liminar. O solicitador de execução passa a ficar na dependência do exequente, sendo por ele livremente destituído. Aumentam-se as competências do solicitador de execução, cabendo-lhe apreciar requerimentos das partes, nomeadamente o requerimento do executado para diminuição ou isenção da parte penhorável do salário. Pretende-se aumentar o número de solicitadores de execução, permitindo-se o acesso à profissão de advogados. Ou seja, o regime proposto constitui a evolução do actual sistema para a finalidade última da "extrajudicialização" da execução. Esta finalidade é levada ao extremo de se prever a criação de "centros de arbitragem voluntária com competência para a resolução de litígios resultantes do processo de execução e para a realização das diligências de execução previstas na lei" (artº 10º do Projecto de Decreto-Lei Autorizado). Temos aqui consagrado a criação de Tribunais privados para o processo executivo, o que se afigura anómalo. Por um lado, os Tribunais arbitrais só fazem sentido para a resolução de conflitos de interesses, naturalmente de natureza declarativa, e, por outro lado, consagrando-se o princípio de que a execução corre fora dos Tribunais Judiciais, parece que, tratando-se de Tribunais arbitrais, o processo já pode correr termos nesses Tribunais, prevendo-se que "nos processos de execução submetidos ao centro de arbitragem, os actos do processo de execução da competência do agente de execução

³ A proposta de alteração do regime da acção executiva vem no seguimento das concepções que hoje em dia parecem estar em voga, segundo as quais a melhor justiça é a que se faz fora dos Tribunais. O actual sistema da acção executiva parece vir desmentir esta concepção. A execução hoje em dia corre fora dos Tribunais, mas, mesmo assim, o sistema funciona pior do que antes da reforma. Presumindo que o legislador está bem informado acerca das razões da inoperância do actual regime (que nada têm a ver com o facto de existir ainda algum controle jurisdicional), a aposta em levá-lo às últimas consequências só pode significar uma opção política no sentido de esvaziar os Tribunais das suas competências, sacrificando os direitos dos cidadãos, que têm direito a uma justiça que, para além de célere, tem essencialmente que ser aplicada por juízes isentos, imparciais e, fundamentalmente, independentes dos vários poderes que existem na sociedade, sejam eles políticos, sociais, culturais ou económicos.

podem ser a competência do próprio centro de arbitragem ou de agentes de execução" (artº 13º/2 do Projecto de Decreto-Lei Autorizado), o que é absolutamente contraditório. Este novo regime da acção executiva consagra, um modelo que, para o nosso país, se afigura pouco adequado. Uma das críticas que é feita ao actual regime é exactamente o facto de permitir que a actuação do solicitador de execução seja feita com pouco controlo, o que permite não só desleixo e inércia, mas também abusos, nomeadamente quanto à penhora de bens, existindo vários casos em que penhoraram imóveis de elevado valor para pagamento de dívidas de algumas centenas de euros. Daí que o controlo do Juiz, pelo menos até a figura do solicitador de execução estar sedimentada na sociedade e passar a existir mais rigor na actuação e na selecção desses profissionais, se revela essencial. Acresce igualmente que o regime proposto pelo Governo contém soluções que se afiguram inconstitucionais, nomeadamente a possibilidade de o solicitador de execução apreciar requerimentos das partes que envolvem um litígio, por violação do princípio da reserva de juiz. Também a criação de Tribunais arbitrais para a prática de actos típicos do processo executivo viola a norma constitucional que apenas permite a criação desses Tribunais para a resolução de conflitos de natureza material (os Tribunais arbitrais só existem para declarar o direito, não para o aplicar de forma coercitiva).

Capítulo IV

1. Resolução Alternativa de Litígios

A adopção de meios alternativos de resolução de litígios está associada a processos e movimentos de informalização e desjudicialização da justiça, à sua simplificação e celeridade processual, através do recurso a meios informais para melhorar os procedimentos judiciais e à transferência de competências para instâncias não judiciais. São processos que têm vindo a ser promovidos num grande número de países, quer do continente americano quer da Europa, especialmente desde os anos setenta e oitenta do século XX.

As medidas que se vêm desenvolvendo são medidas que visam facilitar o acesso à justiça, tanto fora como durante os processos judiciais, em áreas quer do direito civil quer do direito penal e em vários domínios:

litígios de consumo

direito de família

direito do trabalho

direito administrativo, etc

Assim, melhorar o acesso à justiça é uma exigência que encontra resposta no desenvolvimento de procedimentos complementares dos processos jurisdicionais, estando estes muitas vezes melhor adaptados à natureza dos litígios.

Os meios alternativos de resolução de litígios podem ser utilizados em diferentes áreas do direito. Podem ser utilizados em diferentes contextos, quer no âmbito de processos judiciais quer enquanto mecanismos voluntários.

A diversidade dos meios alternativos de resolução de litígios abrange diversas formas:

Diferentes formas de composição:

Mediação

Conciliação

Arbitragem

Diferentes tipos de litígios:

Comerciais

Familiares

Laborais

Sociais

Penais

Outros

Diferentes tipos de promotores:

entidades públicas

sociedade civil

poder judicial

O poder judicial assume também uma função de promotor dos meios alternativos. Em vários países, são os juízes que aconselham ou impõem o recurso prévio a formas de resolução alternativa dos litígios.

Os modelos consensuais de resolução de conflitos têm-se propagado como alternativa aos modos clássicos de confrontação.

Promove-se assim uma justiça negociada, de consenso e reparadora.

Arbitragem

A arbitragem voluntária é uma forma privada de resolução de litígios, em que as partes, voluntariamente, escolhem pessoas – árbitros - para decidirem por elas as suas divergências, através de uma sentença de natureza vinculativa e de cumprimento obrigatório. A arbitragem é, assim, um meio alternativo de resolução de litígios, em que um terceiro imparcial, o árbitro, escolhido pelas partes, decide o conflito que as opõe. Assemelha-se a um processo litigioso, porque a decisão é estranha às partes.

A decisão do árbitro tem a mesma força executiva que uma sentença proferida por um juiz de direito de um tribunal judicial de primeira instância, dela cabendo recurso para o Tribunal da Relação, salvo se as partes a ele tiverem renunciado ou se tiverem dado autorização ao árbitro para julgar segundo a equidade.

Conciliação

A conciliação é um meio alternativo de resolução de litígios, que utiliza um terceiro imparcial, interveniente, que conduz o processo em conjunto com as partes, para que estas cheguem voluntariamente a um acordo.

O conciliador observa os aspectos objectivos do conflito, estimula uma resolução rápida da questão, e assiste as partes, promovendo e propondo soluções para que estas alcancem um acordo da sua responsabilidade.

Mediação

A mediação é um meio alternativo de resolução de litígios, com carácter confidencial e voluntário, em que a responsabilidade pela construção das decisões cabe às partes envolvidas.

A mediação é um processo não adversarial de resolução de litígios, em que as partes, auxiliadas por um terceiro imparcial - o mediador - procuram chegar a um acordo que resolva o litígio que as opõe. Ao contrário de um juiz ou de um árbitro, o mediador não decide sobre o resultado da contenda. O mediador, como terceiro imparcial, guia as partes, estabelece a comunicação entre elas, para que encontrem, por si mesmas, a base do acordo, que porá fim ao conflito.

A resolução dos litígios através da mediação permite a manutenção das relações entre as partes, pelo que se mostra especialmente adequada nos conflitos familiares e de vizinhança.

Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios

Missão

O Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, abreviadamente designado por GRAL, é um serviço central da administração directa do Estado, dotado de autonomia técnica e administrativa, que funciona na dependência do Ministro da Justiça.

O GRAL tem por missão promover o acesso ao direito, aos meios extrajudiciais de resolução de conflitos, aos tribunais arbitrais e aos julgados de paz.

O GRAL prossegue as seguintes atribuições:

- Assegurar os mecanismos adequados de acesso ao direito, designadamente nos domínios da informação e consultas jurídicas e do apoio judiciário;
- Apoiar a criação e o funcionamento dos meios extrajudiciais de composição de conflitos, designadamente a mediação, conciliação e a arbitragem;
- Conceber, operacionalizar e executar projectos de modernização no domínio dos meios extrajudiciais de resolução de conflitos, em todas as suas dimensões.

Promover a criação e apoiar o funcionamento de centros de arbitragem, julgados **de** paz e sistemas de mediação.

Serviços

A organização interna dos serviços obedece ao seguinte modelo estrutural misto:

- Nas áreas de actividade do acesso à justiça, dos serviços de apoio aos meios de resolução alternativa de litígios e de gestão administrativa e financeira, o modelo de estrutura hierarquizada;

Nas áreas de actividade relacionadas com projectos de desenvolvimento, promoção e dinamização de mecanismos de mediação, conciliação e arbitragem, o modelo de estrutura matricial.

Lei Orgânica

O GRAL tem por missão promover o acesso ao direito, aos meios extrajudiciais de resolução de conflitos, aos tribunais arbitrais e aos julgados de paz.

O GRAL prossegue as seguintes atribuições:

- Assegurar os mecanismos adequados de acesso ao direito, designadamente nos domínios da informação e consultas jurídicas e do apoio judiciário;
- Apoiar a criação e o funcionamento dos meios extrajudiciais de composição de conflitos, designadamente a mediação, conciliação e a arbitragem;
- Conceber, operacionalizar e executar projectos de modernização no domínio dos meios extrajudiciais de resolução de conflitos, em todas as suas dimensões.

Promover a criação e apoiar o funcionamento de centros de arbitragem, julgados de paz e sistemas de mediação.

2. Mediação

A MEDIAÇÃO é um dos meios alternativos de resolução de litígios, o que significa que na MEDIAÇÃO os litígios são resolvidos extra-judicialmente.

Na MEDIAÇÃO as partes, auxiliadas por um terceiro imparcial que é o mediador, procuram chegar a um acordo que resolva o litígio que as opõe. Ao contrário de um juiz ou de um árbitro, o mediador não tem poder de decisão, pelo que não impõe qualquer deliberação ou sentença. Enquanto terceiro imparcial, o mediador guia as partes, ajuda-as a estabelecer a comunicação necessária para que elas possam encontrar, por si mesmas, a base do acordo que porá fim ao conflito. As partes são assim responsáveis pelas decisões que constroem com o auxílio do mediador.

A actividade do mediador é de grande importância, uma vez que ao auxiliar as partes a construir o acordo contribui para a manutenção e, em certos casos, reposição da paz social. A MEDIAÇÃO tem carácter voluntário e confidencial, não podendo o conteúdo das sessões de MEDIAÇÃO ser divulgado nem utilizado como prova em Tribunal. Podem ser mediadores os indivíduos que hajam frequentado um dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Justiça e que integrem as listas nacionais de mediadores organizadas pelo mesmo Ministério.

A MEDIAÇÃO é um meio de resolução alternativa de litígios célere, que dura, em média, 3 meses.

Existem três sistemas públicos de MEDIAÇÃO, concretamente, familiar, laboral e penal. Acresce a MEDIAÇÃO civil que existe nos JULGADOS DE PAZ e que pode ter lugar tanto no âmbito de um processo que corra termos nos Julgados de Paz como nos casos em que o litígio esteja excluído da sua competência.

Sistema de Mediação Familiar (SMF)

O SMF foi criado através do Despacho n.º 18 778/2007, de 13 de Julho, publicado no Diário da República, II Série, de 22 de Agosto, tendo entrado em funcionamento em 16 de Julho de 2007.

O SMF tem competência para mediar litígios surgidos no âmbito de relações familiares, abrangendo, nomeadamente, as seguintes matérias:

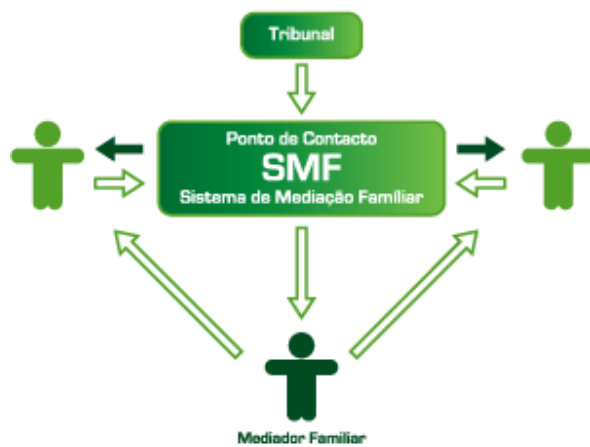
- Regulação, alteração e incumprimento do exercício das responsabilidades parentais;
- Divórcio e separação de pessoas e bens;
- Conversão da separação de pessoas e bens em divórcio;
- Reconciliação dos cônjuges separados;
- Atribuição e alteração de alimentos, provisórios ou definitivos;
- Privação do direito ao uso dos apelidos do outro cônjuge e autorização do uso dos apelidos do ex-cônjuge;
- Atribuição de casa de morada da família.

As partes que tenham um litígio no âmbito das relações familiares podem, voluntariamente e através de decisão conjunta, submeter o litígio a MEDIAÇÃO. Também o Juiz pode, a requerimento das partes ou oficiosamente depois de obtido o consentimento delas, determinar a intervenção da MEDIAÇÃO, designadamente nos processos de regulação do exercício das responsabilidades parentais, como determina o artigo 147.º – D do Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de Outubro, que aprova a Organização Tutelar de Menores (OTM). Sempre que da MEDIAÇÃO resultar um acordo o Juiz tem obrigatoriamente de verificar se ele satisfaz o interesse do menor e, em caso afirmativo, homologa-o. Para que os restantes acordos obtidos através de MEDIAÇÃO possam valer em Tribunal, é necessário que sejam homologados pelo Juiz ou apresentados na Conservatória, consoante os casos.

A utilização do SMF tem um custo de 50 € para cada uma das partes, independentemente do número de sessões de MEDIAÇÃO. Pode não haver lugar ao pagamento dessa taxa quando o Juiz decida pela intervenção da MEDIAÇÃO nos termos do artigo 147.º-D da OTM ou quando seja concedido apoio judiciário a uma ou a ambas as partes.

Actualmente, o SMF funciona em todo o território nacional.

a) **Diagrama de Funcionamento**



1

Pedido de mediação ao ponto de contacto por qualquer das partes em conflito ou pelo Tribunal.

2

O ponto de contacto contacta as partes para viabilizar a mediação.

3

O ponto de contacto indica um mediador familiar que contacta as partes para a marcação da primeira sessão de mediação.

4

Se as partes aceitarem a mediação, são realizadas as sessões de mediação para tentar obter um acordo.

5

Se as partes chegarem a um acordo, esse acordo é reduzido a escrito e assinado.
Se as partes não chegarem a acordo, mantém-se a possibilidade de utilizar a via judicial ou, no caso de o processo ter sido remetido para mediação pelo Tribunal, o processo segue a via judicial.

b) Mapa



Sistema de Mediação Laboral (SML)

O SML foi criado através de um Protocolo celebrado em 5 de Maio de 2006 entre o Ministério da Justiça e a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), Confederação do Turismo Português (CTP), Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP - IN) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT). Desde o início de funcionamento do SML, em 19 de Dezembro de 2006, mais de 80 entidades aderiram a esta forma de MEDIAÇÃO, designadamente associações profissionais, entidades empregadoras e sindicatos de referência no panorama nacional.

Assim, o SML é um serviço promovido pelo Ministério da Justiça, que permite aos trabalhadores e empregadores utilizar a mediação laboral para resolver litígios laborais. O SML tem competência para mediar litígios surgidos no âmbito do contrato individual de trabalho, com excepção das matérias relativas aos direitos indisponíveis, abrangendo, nomeadamente:

- Pagamento de créditos decorrentes da cessação do contrato de trabalho;
- Promoções;
- Mudança do local de trabalho;
- Rescisão do contrato de trabalho;
- Marcação de férias;
- Procedimento disciplinar;
- Natureza Jurídica do Contrato de Trabalho.

Exemplos de situações que podem ser levadas ao SML:

- O empregador pretende reduzir a carga horária do trabalhador e consequentemente reduzir o seu vencimento;
- O trabalhador recusa exercer funções de categorias profissionais diferentes da contratada;
- O empregador solicita ao trabalhador que exerça as suas funções num outro local onde a empresa desenvolve a sua actividade;
- O trabalhador recusa prestar o trabalho suplementar que lhe é solicitado pelo empregador;
- O empregador recusa dar formação profissional ao trabalhador;
- O trabalhador não cumpre as regras do Sistema de Higiene e Segurança no Trabalho (SHST) impostas pela empresa;
- O empregador pretende ceder o trabalhador a outra empresa;
- O trabalhador exerce outra actividade em concorrência com a empresa;
- O empregador recusa reconhecer o estatuto de trabalhador-estudante ao trabalhador;
- O trabalhador pretende exigir do empregador o pagamento de subsídios (de férias, de Natal ou outros) que admite estarem em dívida.

O empregador e o trabalhador que tenham um litígio podem, voluntariamente e através de decisão conjunta, submeter o litígio a MEDIAÇÃO. Também o Juiz pode, nos termos do disposto no artigo 279.º – A do Código de Processo Civil, determinar a intervenção da MEDIAÇÃO, salvo quando alguma das partes expressamente se opuser a tal remessa.

É voluntário e de âmbito nacional, vocacionado para a resolução de litígios em matéria laboral, quando não estejam em causa direitos indisponíveis ou não resultem de acidente de trabalho. Neste sistema, o mediador de conflitos é um terceiro neutro que ajuda as partes em litígio a alcançar por si mesmas um acordo para o diferendo que as opõe, devendo, no desempenho da sua

função, proceder com imparcialidade, independência e diligência.

A utilização do SML tem um custo para os mediados no valor de 50 € para cada uma das partes, independentemente do número de sessões de MEDIAÇÃO. Pode não haver lugar ao pagamento dessa taxa quando seja concedido apoio judiciário a uma ou a ambas as partes.

A MEDIAÇÃO laboral tem um limite temporal de 3 meses para a obtenção do acordo, no entanto as partes, com o acordo do mediador, poderão prorrogar a duração da mediação se assim o entenderem. Em média, um processo no SML tem a duração de 28 dias. No momento presente o SML funciona em todo o território continental.

a) **Diagrama de Funcionamento**



- 1**
Pedido de mediação ao ponto de contacto pelo empregador ou trabalhador.
- 2**
O ponto de contacto contacta o empregador e o trabalhador para viabilizar a mediação.
- 3**
O ponto de contacto indica um mediador laboral que contacta o empregador e o trabalhador para a marcação da primeira sessão de mediação.
- 4**
Se o empregador e o trabalhador aceitarem a mediação, são realizadas as sessões de mediação para tentar obter um acordo.
- 5**
Se o empregador e o trabalhador chegarem a um acordo, esse acordo é reduzido a escrito e assinado.
Se as partes não chegarem a acordo, mantém-se a possibilidade de utilizar a via judicial.

Sistema de Mediação Penal (SMP)

A Mediação Penal foi introduzida no ordenamento português, através da Lei n.º 21/2007, de 12 de Junho. O XVII Governo Constitucional executa assim o disposto no artigo 10.º da Decisão Quadro n.º 2001/220/JAI, do Conselho da União Europeia, relativa ao estatuto da vítima em processo penal, que determina que os Estados-Membros se devem esforçar por promover a MEDIAÇÃO, no âmbito de processos de natureza criminal.

O SMP tem competência para mediar litígios resultantes da prática de determinados crimes.

Para haver lugar a MEDIAÇÃO é necessário, designadamente:

- Que exista um processo-crime;

- Que estejam em causa crimes que dependam de acusação particular – crimes particulares - ou crimes contra as pessoas ou o património cujo procedimento penal dependa de queixa – crimes semi-públicos;
- Que estejam em causa crimes contra as pessoas ou contra o património;
- Que o tipo de crime em causa preveja pena de prisão até 5 anos ou pena de multa;
- Que o ofendido tenha idade igual ou superior a 16 anos;
- Que não estejam em causa crimes contra a liberdade ou contra a autodeterminação sexual;
- Que a forma de processo em causa não seja a forma de processo sumário ou a forma de processo sumaríssimo.

Exemplos de crimes susceptíveis de MEDIAÇÃO:

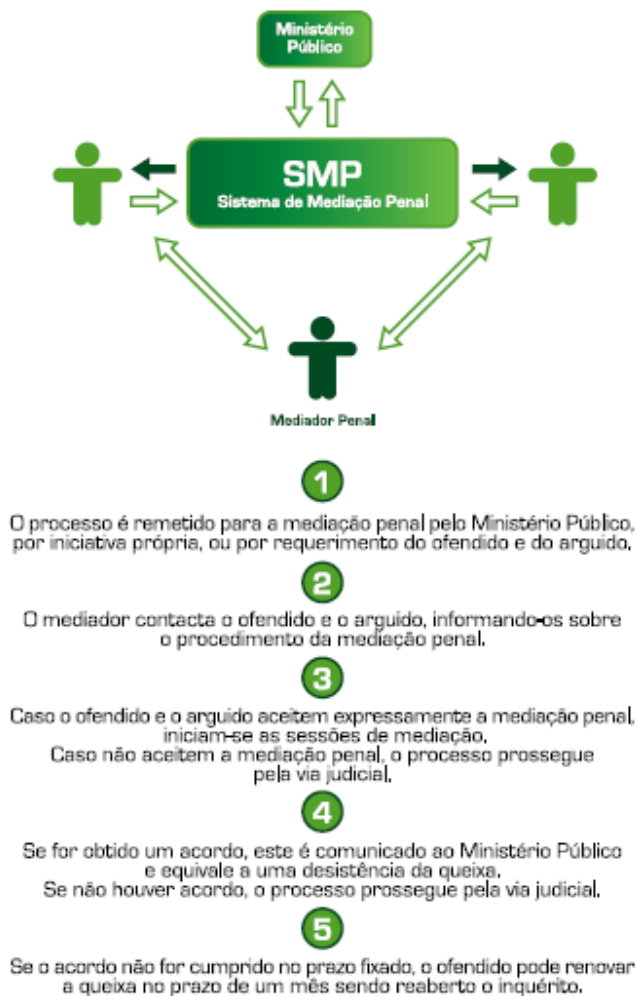
- Ofensas à integridade física simples ou por negligência;
- Ameaça;
- Difamação;
- Injúria;
- Violação de domicílio ou perturbação da vida privada;
- Furto;
- Abuso de Confiança;
- Dano;
- Alteração de marcos;
- Burla;
- Burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços;
- Usura.

Durante a fase de inquérito, fase processual em que se investiga a prática de um crime, o arguido e o ofendido podem, voluntariamente e através de decisão conjunta, requerer ao Ministério Público a remessa do processo para MEDIAÇÃO. Também o Ministério Público pode, durante a mesma fase de Inquérito, e caso tenha recolhido indícios da prática do crime e de quem foi o agente que o praticou, remeter o processo para MEDIAÇÃO, se entender que desse modo se pode responder às exigências de prevenção que no caso se façam sentir. Nesse caso, só haverá MEDIAÇÃO se o arguido e o ofendido concordarem. Sempre que da MEDIAÇÃO resulte um acordo o Ministério

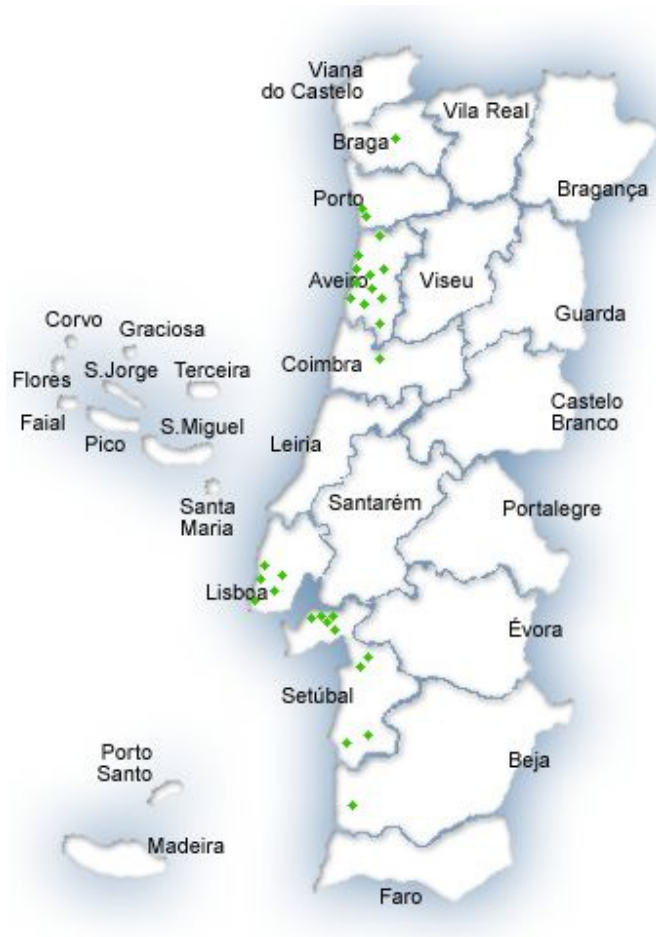
Público tem obrigatoriamente de verificar se ele é legal e, em caso afirmativo, esse acordo equivale a desistência de queixa por parte do ofendido e à não oposição do arguido, findando deste modo o processo de mediação penal. Caso o acordo não seja cumprido no prazo fixado, o ofendido pode renovar a queixa no prazo de um mês e o Inquérito é reaberto.

A utilização do SMP é gratuita, independentemente do número de mediações. O SMP está em funcionamento nas comarcas de Barreiro, Braga, Cascais, Coimbra, Loures, Moita, Montijo, Porto, Santa Maria da Feira, Seixal, Setúbal e Vila Nova de Gaia e ainda nas comarcas-piloto de Alentejo Litoral, Baixo Vouga e Grande Lisboa Noroeste.

a) Diagrama de Funcionamento



b) Mapa



c) Queixa Electrónica

O Sistema de Queixa Electrónica, destina-se a facilitar a apresentação à Polícia de Segurança Pública (PSP), à Guarda Nacional Republicana (GNR) e ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) de queixas e denúncias por via electrónica. Os crimes que podem ser objecto de queixa ou de denúncia por via electrónica estão previstos na Portaria n.º 1593/2007, de 17 de Dezembro.

Desse elenco de crimes, quatro podem ser objecto de Mediação Penal. São eles:

- Ofensa à integridade física simples (143.º, n.º 1 do Código Penal, CP[AS1]);
- Furto (artigo 203.º, n.º 1 CP);
- Dano (artigo 212.º, n.º 1 CP); e

- Burla (artigo 217.º, n.º 1 CP).

Para que a mediação penal tenha lugar é necessário a apresentação da queixa electrónica pelo ofendido, a instauração do Inquérito pelo Ministério Público e o requerimento de remessa do processo para a mediação penal dirigido ao Ministério Público pelo arguido e pelo ofendido.

3. Arbitragem

A Arbitragem voluntária, prevista na Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto, é uma das formas de resolução alternativa de litígios.

Na Arbitragem, as partes, através de um acordo de vontades que se designa por convenção de arbitragem, submetem a decisão a árbitros por elas escolhidos, desde que o litígio não esteja exclusivamente atribuído a tribunal judicial ou a arbitragem necessária e não respeite a direitos indisponíveis.

A convenção de arbitragem pode ser de dois tipos. Designa-se por compromisso arbitral quando a convenção de arbitragem tem por objecto um litígio actual, ainda que se encontre afecto a tribunal judicial. Será cláusula compromissória sempre que abarque os litígios eventuais (futuros) emergentes de uma determinada relação jurídica contratual ou extracontratual.

As entidades que pretendam promover a realização de arbitragens voluntárias com carácter institucionalizado devem requerer ao Ministro da Justiça a criação dos respectivos Centros, de Arbitragem, respeitando para o efeito, em especial, o disposto no Decreto-Lei n.º 425/86, de 27 de Dezembro.

Os Centros de Arbitragem são entidades que, para além de prestarem informações, disponibilizam aos cidadãos mediação e conciliação e, caso não se chegue a acordo por uma dessas vias, Arbitragem, sob a forma de Tribunal Arbitral. Os Centros de Arbitragem operam em função da sua competência territorial (área geográfica), em função da matéria (tipo de litígios que podem resolver) e, em regra, em função do valor (limite do valor dos litígios).

O prazo legal de duração dos processos não deve exceder os 6 meses, embora possa ser superior se as partes assim o convencionarem.

O GRAL, por razões de ordem predominantemente social e atendendo à particular importância de certas áreas, apoia determinados Centros de Arbitragem, concretamente sete Centros de Arbitragem na área do consumo, dois no sector automóvel, um outro que é o Centro de Arbitragem para a Propriedade Industrial, Nomes de Domínio, Firmas e Denominações – ARBITRARE e, por último, o Centro de Arbitragem Administrativa – CAAD.

Assim, a criação de Centros de Arbitragem observa sempre os mesmos procedimentos e regras legais, sendo a criação de todos autorizada pelo Ministro da Justiça. De entre os que foram já autorizados, onze, como se explicou no parágrafo anterior, são apoiados pelo GRAL.

Apoiados

O Ministério da Justiça apoia, técnica e financeiramente, através do GRAL, determinados Centros de Arbitragem em áreas de sensível importância social e dado o interesse público prosseguido. São onze os Centros de Arbitragem apoiados pelo GRAL. Sete na área do consumo, dois no sector automóvel, um outro que é o Centro de Arbitragem para a Propriedade Industrial, Nomes de Domínio, Firmas e Denominações – ARBITRARE e, por último, o Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD).

Nestes Centros de Arbitragem os litígios podem ser resolvidos por meio de informação, mediação e arbitragem. A mediação é o meio preferencial para a resolução dos litígios. A mediação é dirigida por um mediador, terceiro imparcial, que auxilia as partes desavindas a, por si, alcançarem um acordo.

O tempo médio de duração dos processos nos Centros de Arbitragem apoiados pelo GRAL é de 3 meses.

Centros de Arbitragem de Conflitos

Os Centros de Arbitragem de conflitos de consumo são sete. Seis têm competência territorial delimitada e o sétimo funciona supletivamente em todo o território nacional, nas zonas não abrangidas pelos restantes Centros de Arbitragem de Conflitos de Consumo.

Os conflitos de consumo decorrem da aquisição de bens ou de serviços por um consumidor e por isso destinam-se a um uso não profissional. Os bens e os serviços podem ser fornecidos por pessoa singular ou colectiva, no exercício da respectiva actividade económica, que tem que visar a obtenção de lucros. Reunidos estes requisitos, estaremos perante um conflito de consumo.

Os conflitos de consumo abrangem, a título exemplificativo, os seguintes conflitos:

- Compra e venda de bens a retalho (por exemplo litígios surgidos no âmbito de serviços prestados por lavandarias ou com a aquisição de equipamentos informáticos, electrodomésticos de linha branca, como é o caso de frigoríficos, ou de linha castanha, como sucede com os televisores);
- Prestação de serviços de telecomunicações (designadamente televisão por cabo, serviço de Internet, serviços fornecidos por operadores da rede telefónica móvel);
- Vendas agressivas;
- Serviços públicos essenciais (empresas municipalizadas de fornecimento de água, de tratamento de esgotos, gás ou electricidade);
- Compra de produtos financeiros e litígios surgidos nas relações existentes entre os consumidores e os bancos, como encargos originados por contas à ordem);
- Aquisição de pacotes de férias (agências de viagens);
- Conflitos relacionados com a expedição de correio normal e encomendas.

Centros de Arbitragem do sector Automóvel

Os Centros de Arbitragem do sector automóvel são dois e as matérias sobre as quais versam são distintas.

Assim, o Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Seguros Automóveis – CIMASA abrange os conflitos emergentes de acidentes de viação, dos quais resultem unicamente danos materiais.

Já o Centro de Arbitragem do Sector Automóvel – CASA abarca os litígios decorrentes de conflitos de consumo relativos aos serviços de reparação automóvel, revenda de combustíveis, óleos e lubrificantes, compra e venda de peças ou de quaisquer materiais

destinados a serem aplicados a veículos automóveis e compra e venda de veículos novos e usados.

Centro de Arbitragem para a Propriedade Industrial, Nomes de Domínio, Firmas e Denominações – ARBITARE

O Centro de Arbitragem para a Propriedade Industrial, Nomes de Domínio, Firmas e Denominações – ARBITARE resolve litígios entre dois ou mais particulares e entre um particular e os serviços públicos competentes para registar marcas, patentes e firmas (INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial e IRN – Instituto de Registos e Notariado), abrangendo, nomeadamente:

- No âmbito da propriedade Industrial (marcas e patentes) uma empresa pode entender que outra empresa está a comercializar um produto utilizando uma fórmula química protegida pela sua patente registada. Nesse caso, pode exigir-lhe uma indemnização no ARBITARE.
- A propósito de firmas e denominações (nomes de empresas e associações) um cidadão a quem foi recusado pelo IRN o registo da firma que pretendia registar para a sua empresa pode utilizar o ARBITARE para resolver o litígio com esse serviço público.
- No contexto de nomes de domínio (designações de sítios na internet e e-mails) alguém que tenha uma marca registada, quando pretende registar o seu nome de domínio, verifica que este já está a ser utilizado por outra entidade. Neste caso, pode utilizar o ARBITARE para resolver o conflito.

Centro de Arbitragem Administrativa – CAAD

O Centro de Arbitragem Administrativa – CAAD resolve litígios relacionados com matéria administrativa, concretamente no âmbito do funcionalismo público e dos contratos celebrados com entidades públicas, que podem aceitar de modo prévio a jurisdição do CAAD, por matérias definidas, para litígios futuros. As mesmas entidades podem igualmente aderir ao CAAD para a resolução de litígios que respeitem a casos concretos. Exemplos de casos abrangidos pela jurisdição do CAAD:

- Um fornecedor de uma entidade pública que considere que o contrato celebrado não está a ser cumprido pode exigir o seu cumprimento no CAAD;
- Um funcionário público que pretenda reagir contra uma sanção disciplinar que lhe haja sido aplicada por entender que a mesma é ilegal, pode igualmente utilizar o CAAD para resolver o litígio com o serviço público em causa.

a) Procedimentos

A resolução de litígios
nos Centros de Arbitragem apoiados pelo GRAL
compreende em regra três fases

1

Informação e Apoio Jurídico

Informações, promoção dos contactos tendentes
à aproximação das posições das partes, instrução dos processos.

2

Mediação e Conciliação

Procura-se a obtenção de um acordo entre as partes,
através da mediação e conciliação.

3

Tribunal Arbitral

O Tribunal Arbitral é, na generalidade,
constituído por um único árbitro designado nos termos
do regulamento do Centro de Arbitragem.

Os árbitros julgam segundo o direito constituído ou,
em caso de acordo entre as partes, segundo a equidade.

b) Mapa



4. Julgados de Paz

Os JULGADOS DE PAZ foram criados através da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho, aprovada por unanimidade na Assembleia da República. São tribunais dotados de características de funcionamento e organização próprias.

Os primeiros JULGADOS DE PAZ abriram em Janeiro e Fevereiro de 2002 a título de projecto experimental, num contexto de promoção de novas e diferentes formas de resolução de litígios, assentes em modelos agilizados e eficazes de administração da Justiça, em estreita colaboração com o Poder Local (autarquias) e numa perspectiva de proximidade entre a Justiça e os cidadãos. Os JULGADOS DE PAZ são, desta forma, uma parceria pública/pública entre o Ministério da Justiça e as autarquias, sendo o respectivo financiamento partilhado entre essas duas entidades.

Nos JULGADOS DE PAZ a tramitação processual é simplificada, podendo mesmo as partes apresentar as peças processuais oralmente. Os litígios podem ser resolvidos através de mediação, conciliação ou por meio de sentença. A mediação só tem lugar quando as partes estejam de acordo e visa proporcionar às partes a possibilidade de resolverem as suas divergências através de uma forma amigável que conta com a intervenção do mediador, que é um terceiro imparcial. Ao contrário de um juiz ou de um árbitro, o mediador não tem poder de decisão, pelo que não impõe qualquer deliberação ou sentença. Enquanto terceiro imparcial, o mediador guia as partes, ajuda-as a estabelecer a comunicação necessária para que elas possam encontrar, por si mesmas, a base do acordo que porá fim ao conflito. As partes são assim responsáveis pelas decisões que constroem com o auxílio do mediador. Caso a mediação não resulte em um acordo, o processo segue os seus trâmites e o Juiz tenta a conciliação. Caso não se alcance conciliação há lugar à audiência de julgamento, presidida pelo juiz, sendo ouvidas as partes, produzida a prova e, finalmente, proferida a sentença pelo juiz.

Os JULGADOS DE PAZ têm competência para apreciar e decidir acções declarativas cíveis, com excepção das que envolvam matérias de direito da família, direito das sucessões e direito do trabalho, cujo valor não ultrapassasse os € 5.000. As acções que podem ser resolvidas nos JULGADOS DE PAZ, nos termos do disposto no artigo 9.º da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho, são as seguintes:

- Acções destinadas a efectivar o cumprimento de obrigações, com excepção das que tenham por objecto prestação pecuniária e de que tenha sido credor originário uma pessoa colectiva (exemplo: contratos, negócios unilaterais, gestão de negócios, etc.)
- Acções de entrega de coisas móveis (exemplo: acções para entrega de documentos);
- Acções resultantes de direitos e deveres dos condóminos, sempre que a respectiva Assembleia não tenha deliberado sobre a obrigatoriedade de compromisso arbitral para a resolução de litígios entre condóminos ou entre condóminos e o administrador (exemplo: pagamento das obras dos telhados, instalações gerais de água, elevadores);
- Acções de resolução de litígios entre proprietários de prédios relativos a passagem forçada momentânea, escoamento natural de águas, obras defensivas das águas, comunhão de valas, regueiras e valados, sebes vivas; abertura de janelas, portas, varandas

e obras semelhantes; estilicídio, plantação de árvores e arbustos, paredes e muros divisórios;

- Acções possessórias, usucapião e acessão;
- Acções que respeitem ao direito de uso e administração da compropriedade, da superfície, do usufruto, de uso e habitação e ao direito real de habitação periódica (exemplo: acção de divisão de coisa comum);
- Acções que digam respeito ao arrendamento urbano, excepto as acções de despejo (exemplo: acção de condenação para pagamento das rendas);
- Acções que respeitem à responsabilidade civil contratual e extracontratual (exemplo: acções decorrentes de acidentes de viação, acções decorrentes de danos causados por coisas, animais ou actividades);
- Acções que respeitem ao incumprimento civil contratual, excepto contrato de trabalho e arrendamento rural;
- Acções que respeitem à garantia geral das obrigações (exemplo: acção de declaração de nulidade, acção de impugnação pauliana, etc.);
- Acções relativas a pedidos de indemnização cível, quando não tenha sido apresentada participação criminal ou após desistência da mesma, emergente dos seguintes crimes: ofensas corporais simples, ofensa à integridade física por negligência; difamação; injúrias; furto simples; dano simples; alteração de marcos; burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços.

A utilização dos JULGADOS DE PAZ está sujeita a uma taxa única no valor de € 70 a cargo da parte vencida, sendo que o juiz também pode decidir repartir esse valor entre o demandante e o demandado. Caso haja acordo durante a mediação, o valor a pagar é de € 50, dividido por ambas as partes. Nos casos previstos na lei, pode haver lugar a Apoio Judiciário nos processos que corram os seus termos nos JULGADOS DE PAZ. No Julgado de Paz o processo dura em média 2 meses até ao seu termo.

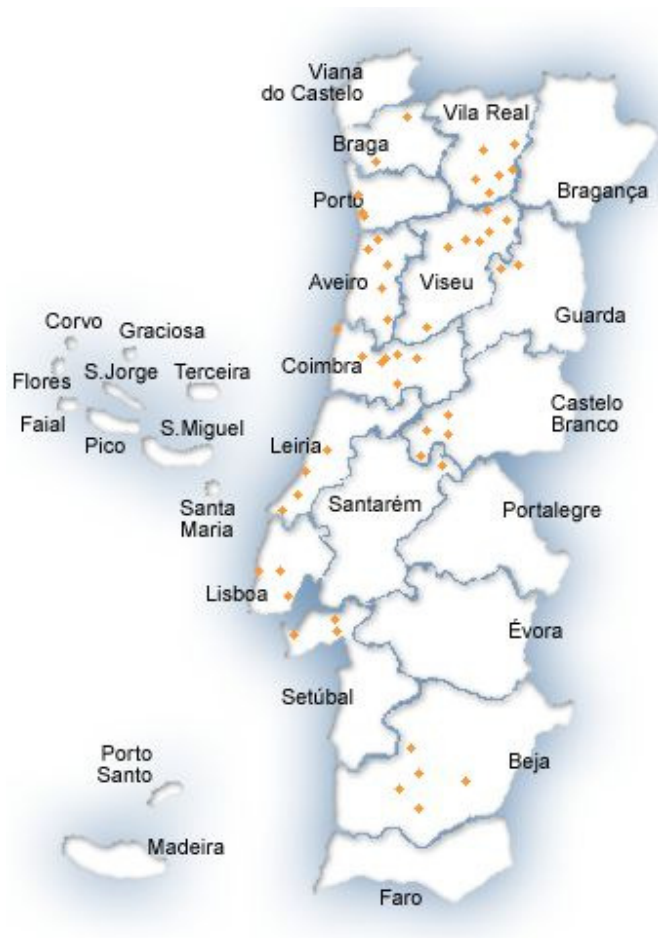
Os horários de funcionamento dos JULGADOS DE PAZ estão ajustados às necessidades e hábitos locais, estando alguns abertos aos Sábados. Nos JULGADOS DE PAZ não existem férias judiciais.

Actualmente estão em funcionamento 22 JULGADOS DE PAZ que abrangem 55 concelhos.

a) **Diagrama de processos**



b) Mapa



c) Alargamento da Rede

O Projecto dos Julgados de Paz iniciou-se com a aprovação por unanimidade na Assembleia da República da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho, tendo os primeiros Julgados de Paz sido instalados em Janeiro e Fevereiro de 2002.

Os Julgados de Paz são uma parceria pública/pública entre o Ministério da Justiça e as autarquias.

Com vista à sustentabilidade do projecto dos Julgados de Paz, foi elaborado um estudo a nível nacional, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), que determinou o Plano de Desenvolvimento da Rede de Julgados de Paz que apresenta a

metodologia a seguir para o alargamento da rede dos Julgados de Paz, através da criação de Julgados de Paz co-financiados pelo Ministério da Justiça.

O Plano de Desenvolvimento da Rede de Julgados de Paz elaborado com base em critérios científicos e não casuísticos serve para que sejam adoptadas decisões cientificamente alicerçadas acerca da localização mais adequada para a criação de novos Julgados de Paz e quais são mais prioritários através da divisão do projecto em várias fases.

A proposta constante do Plano elaborado pelo ISCTE estabelece 12 fases para o projecto, cada uma envolvendo a criação de Julgados de Paz em vários municípios.

Os critérios utilizados pelo ISCTE foram critérios científicos como a população residente, o volume de litigância verificado e o factor de afastamento das populações aos serviços de justiça.

O Plano de Desenvolvimento da Rede dos Julgados de Paz entrou em acção em Setembro de 2007 com apresentação de propostas para a criação de quatro novos Julgados de Paz co-financiados ainda em 2007. Neste momento, encontra-se em curso a apresentação de candidaturas para os concelhos consagrados na 2ª fase do Plano de Desenvolvimento da Rede dos Julgados de Paz.

O Ministério da Justiça, actualmente tem capacidade financeira para co-financiar a criação de 4 novos Julgados de Paz por ano. Por essa razão, após ter procedido à criação de quatro novos Julgados de Paz em 2007, através da aceitação de candidaturas de municípios que se encontravam na 1ª fase, encontra-se neste momento analisar as propostas apresentadas pelos municípios da 1ª e 2ª fase para a criação de 4 novos Julgados de Paz co-financiados já em 2008, estando para breve o anuncio do prazo para as candidaturas aos novos Julgados de Paz a serem criados em 2009.

Tal situação, quer dizer que os municípios incluídos na fases de prioridade, e aberto o prazo de apresentação de candidaturas à criação de um Julgado de Paz, devem apresentar propostas para a criação de Julgados de Paz no seu concelho, por forma a poderem candidatar-se ao co-financiamento, após ponderação da proposta por parte do Ministério da Justiça, sendo um dos factores relevantes, de entre outros, a apresentação de candidaturas por parte dos concelhos inseridos no agrupamento.

Os municípios não inseridos nas fases abertas a co-financiamento, também podem criar um Julgado de Paz no seu concelho. Nestes casos, o Ministério da Justiça, pode viabilizar propostas apresentadas pelos municípios, mas não co-financia os projectos.

d) Candidaturas a co-financiamento

Criação dos Julgados de Paz

O Ministério da Justiça sempre informou as autarquias que eventuais propostas de criação de um Julgado de Paz deveriam ser apresentadas e apreciadas ao abrigo de um plano científico de desenvolvimento da rede dos Julgados de Paz.

Os critérios científicos que estabeleceram as prioridades no Plano de Desenvolvimento da Rede dos Julgados de Paz, que foram objecto de ponderação de múltiplos factores como o número de processos do tribunal da área abrangida, o potencial de processos que possam ser julgados no Julgado de Paz, a população residente e o afastamento das populações dos serviços de justiça, determinaram o desenvolvimento do projecto dos Julgados de Paz em 12 fases, cada uma envolvendo a criação de Julgados de Paz em vários municípios.

A concretização do Plano de Desenvolvimento da Rede dos Julgados de Paz, que é um Plano a longo prazo, envolve a realização de investimento público, mas de forma faseada e sustentada, traduzindo-se na criação de uma parceria pública/pública entre o Ministério da Justiça e as autarquias, estabelecida através da celebração de Protocolos que determinam as competências de cada uma das entidades em relação ao Julgado de Paz.

Co-financiamento

O co-financiamento é definido no âmbito de protocolos celebrados, cabendo ao Ministério da Justiça assegurar o pagamento da actividade desempenhada pelos Juízes de Paz e mediadores, dar formação aos funcionários municipais indicados pelas autarquias, instalar o sistema informático que permita a gestão integrada do Julgado de Paz, bem como proceder ao acompanhamento da instalação e funcionamento. Cabe aos Municípios disponibilizar as respectivas instalações, que têm de ser consentâneas com a dimensão e realidade inerente aos próprios municípios, suportar as obras destas instalações, com o

mobiliário e equipamento e ainda disponibilizar os meios humanos para os Serviços de Atendimento e de Apoio Administrativo e suportar os encargos inerentes à sua remuneração.

Esquemáticamente, o co-financiamento estabelece-se nos seguintes termos:

<u>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</u>	<u>MUNICÍPIOS</u>
Proceder ao acompanhamento de instalação e funcionamento do Julgado de Paz.	Disponibilizar as instalações necessárias ao regular funcionamento do Julgado de Paz.
Promover a formação dos meios humanos que integram os Serviços de Atendimento e de Apoio Administrativo.	Realizar e suportar os encargos com a execução das obras das instalações afectas ao Julgado de Paz, dotando-as de dignidade, privacidade, climatização e insonorização, consentâneas com a utilização que delas é feita.
Suportar os encargos relativos à remuneração dos Juízes de Paz e deslocações em serviço.	Dotar as instalações de mobiliário e equipamentos informáticos assegurando a sua manutenção.
Elaborar e actualizar, nos termos da lei, a lista dos Mediadores que prestam serviço no Julgado de Paz.	Dotar as instalações com os meios de segurança adequados a proteger as instalações do Julgado de Paz.
Suportar os encargos decorrentes da actividade dos Mediadores.	Fornecer os bens consumíveis e documentação técnica necessária.
Proceder ao acompanhamento pós formativo dos meios humanos.	Suportar encargos com abastecimento de água, fornecimento de electricidade e despesas de comunicação.
Instalar o sistema informático que permita a gestão integrada do Julgado de Paz.	Assegurar a manutenção e limpeza das instalações.
Proceder à divulgação do Julgado de Paz.	Disponibilizar os meios humanos para os Serviços de Atendimento e Apoio Administrativo e suportar os encargos referentes à remuneração.
	Suportar os encargos com a aquisição de módulos ou passes de transportes públicos ou facultar o meio de transporte necessário, de forma a permitir a prática do acto de citação ou notificação pessoal das partes ou outras deslocações em serviço que se revelem necessárias.

	Apoiar a divulgação do Julgado de Paz
--	---------------------------------------

Apresentação de candidaturas

As candidaturas apresentadas pelos Municípios incluídos nas fases de prioridade abertas ao co-financiamento para a criação de Julgados de Paz, deverão ser dirigidas ao Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios (GRAL), dentro dos prazos previstos pelo Ministério da Justiça, que ponderará sobre as propostas apresentadas, sendo factor relevante, de entre outros, a apresentação de candidaturas por parte dos concelhos inseridos no agrupamento, nos casos em que seja composto por mais do que um concelho.

Relativamente aos documentos que devem instruir a candidatura apresentada pelos Municípios, a mesma deverá ser feita através de ofício dirigido ao Director do GRAL, no qual é formalizada a candidatura ao co-financiamento, dela devendo constar os seguintes elementos:

- Deliberação do órgão camarário que aprova candidatura do Município ao co-financiamento para a criação do Julgado de Paz;
- Informação o mais detalhada possível, sobre a localização prevista para as instalações do Julgado de Paz, dimensões (área do espaço), acessibilidades e envolvente;
- Indicação da data prevista para a abertura do Julgado de Paz, no caso de ser aprovado o co-financiamento.

Os municípios não inseridos nas fases abertas a co-financiamento, também podem criar um Julgado de Paz no seu concelho. Nestes casos, o Ministério da Justiça pode viabilizar propostas apresentadas pelos municípios, mas não co-financia os projectos, cabendo aos Municípios suportar todos os encargos decorrentes da instalação, organização e funcionamento dos Julgados de Paz.

5. O acesso ao direito – Patrocínio Judiciário.

O direito de acesso ao direito e aos tribunais é fundamental e está previsto no artigo 20.º da Constituição da República Portuguesa. A Lei de Acesso ao Direito e aos Tribunais consagra, como formas de acesso ao direito e aos tribunais, a informação jurídica e a protecção jurídica, a qual abrange as modalidades de consulta jurídica e de apoio judiciário.

A informação jurídica mostra-se essencial para que todos possam conhecer os seus direitos e deveres, cabendo ao Estado um papel essencial na divulgação do Direito aplicável aos cidadãos.

A protecção jurídica é concedida para questões ou causas judiciais concretas ou susceptíveis de concretização, em que o utente demonstre estar em situação de insuficiência económica e tenha um interesse próprio, e que versem sobre direitos directamente lesados ou ameaçados de lesão. A protecção jurídica abrange as modalidades de consulta jurídica e de apoio judiciário. A consulta jurídica consiste no esclarecimento técnico sobre o direito aplicável a questões ou casos concretos, apreciando da existência ou não de fundamento legal para a pretensão do utente. O apoio judiciário deve em regra ser requerido antes da primeira intervenção processual e pode compreender as seguintes modalidades: dispensa de taxa de justiça e demais encargos com o processo, nomeação e pagamento da compensação de patrono, pagamento da compensação de defensor oficioso, pagamento faseado de taxa de justiça e demais encargos com o processo, nomeação e pagamento faseado da compensação de patrono, pagamento faseado da compensação de defensor oficioso e atribuição de agente de execução.

Têm direito a protecção jurídica os cidadãos nacionais e da União Europeia, bem como os estrangeiros e os apátridas com título de residência válida num Estado membro da União Europeia que demonstrem estar em situação de insuficiência económica. As pessoas colectivas com fins lucrativos e os estabelecimentos individuais de

responsabilidade limitada não têm direito a protecção jurídica. As pessoas colectivas sem fins lucrativos têm apenas direito à protecção jurídica na modalidade de apoio judiciário.

Como se afere a situação de insuficiência económica?

Encontra-se em situação de insuficiência económica aquele que, tendo em conta factores de natureza económica e a respectiva capacidade contributiva, não tem condições objectivas para suportar, pontualmente, os custos de um processo.

A apreciação da situação de insuficiência económica do requerente deve ser feita de acordo com determinados elementos objectivos, tais como o rendimento, o património e a despesa do agregado familiar. Cabe ao requerente fazer a prova da sua situação económica. O simulador de cálculo do valor do rendimento, relevante para efeitos de protecção jurídica, também está disponível no sítio da Internet da Segurança Social e da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial. Mediante a aplicação da fórmula de cálculo do rendimento relevante para efeitos de protecção jurídica, qualquer requerente pode saber se tem ou não direito ao benefício e em que modalidade e medida.

A insuficiência económica das pessoas colectivas sem fins lucrativos, deve ser aferida nos mesmos moldes que as pessoas singulares, tendo em conta o rendimento, o património e a despesa.

O que é necessário para requerer Protecção Jurídica?

Para requerer a protecção jurídica deverá dirigir-se a qualquer serviço de atendimento da Segurança Social.

Os formulários de requerimento são gratuitos e podem ser apresentados pessoalmente em qualquer serviço de atendimento ao público dos serviços de segurança social, enviados por fax, por correio ou por correio electrónico, neste caso através do preenchimento do respectivo formulário digital.

Consulta Jurídica

A consulta jurídica consiste no esclarecimento técnico sobre o direito aplicável a questões ou casos concretos nos quais avultem interesses pessoais legítimos ou direitos próprios lesados ou ameaçados de lesão. Compreende também a realização de diligências extrajudiciais que decorram directamente do conselho jurídico prestado e que se mostre essencial para o esclarecimento da questão colocada. O Ministério da Justiça em cooperação com a Ordem dos Advogados e com as Autarquias Locais garante a existência de Gabinetes de Consulta Jurídica, com vista à gradual cobertura territorial do País.

Mapa



CAPÍTULO V

Orçamento da Justiça 2008 versus Orçamento de Justiça 2009

Orçamento para 2008

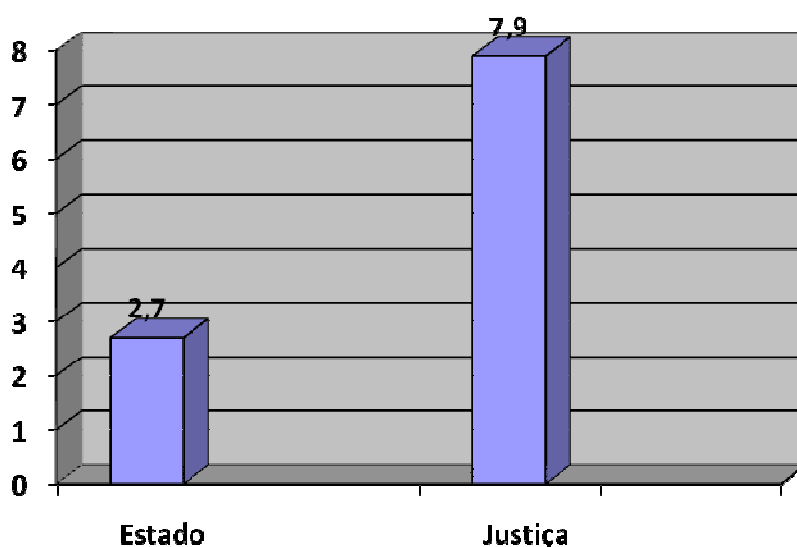
1. Justiça ao serviço do Desenvolvimento

Em 2008 materializam-se em quatro eixos de intervenção:

- Modernizar o Sistema Judicial;
- Reforçar o Combate ao Crime, a Justiça Penal e a Cooperação Internacional;
- Promover a Desburocratização, a Desjudicialização e a Resolução Alternativa de Litígios;
- Impulsionar a Inovação Tecnológica na Justiça e Qualificar a Resposta Judicial.

2. A Justiça no Contexto do Orçamento de Estado de 2008

- O orçamento do Estado em 2008 cresce 2,7%;
- No mesmo ano, o orçamento da Justiça cresce 7,9%.



Orçamento por Finalidades

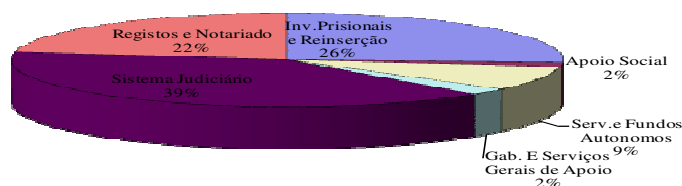
- O orçamento de funcionamento [1.269.606.707 euros] corresponde a 91,4% do total, apresentando um crescimento de 4,3% face a 2007;
- O orçamento de investimento [119.096.236 euros] corresponde a 8,6% do total, apresentando um crescimento de 106,7% face a 2007.

Orçamento por Fontes de Financiamento

- As receitas gerais do orçamento do Estado [516.744.000 euros] correspondem a 37,2% do orçamento da Justiça;
- As receitas próprias do sistema de Justiça [847.708.378 euros] correspondem a 61% do orçamento da Justiça;
- O financiamento comunitário [24.250.565 euros] corresponde a 1,7% do orçamento da Justiça.

Orçamento de Funcionamento por Áreas

- A missão específica do sistema de Justiça absorve cerca de 90% do orçamento de funcionamento;
- A maior fatia do orçamento de funcionamento – quase 40% – destina-se ao sistema judiciário.



3. Sistema Judicial / Reformas Legislativas e Orgânicas

O ano de 2008 é o ano de implementação de diversas reformas legislativas e organizacionais, e de reforço da política de investimento.

Como reformas legislativas e Orgânicas salienta-se:

- Implementação da nova orgânica, dotada de autonomia administrativa e financeira, do Conselho Superior de Magistratura;
- Entrada em vigor do novo Código de Custas Judiciais;
- Entrada em vigor da nova Lei do Acesso ao Direito;
- Experiência-piloto da reforma do mapa judiciário em, pelo menos, três das novas circunscrições territoriais;
- Continuação da implementação do Programa de Acção para a Modernização da Justiça Tributária e do Programa Intercalar de Modernização da Jurisdição Comum, com a criação de 22 novos Juízos.

O novo Modelo de Organização e Gestão dos Tribunais consiste em:

- Criação de postos de atendimento nos tribunais;
- Adopção de uma plataforma única de gestão documental;
- Implementação continuada e alargamento do âmbito dos programas de desmaterialização processual CITIUS e h@bilus.

4. Requalificação das Infra-estruturas

- Novas instalações de 4 tribunais;
- Início do programa de criação de campus de Justiça, com prioridade para os Campus de Lisboa, Porto e Coimbra;
- Conversão de espaços nos tribunais em 20 novas salas de audiências.

5. Modernização Tecnológica

- Instalação de postos de atendimento em 20 tribunais;

- Aquisição de 2200 novos computadores e 700 novas impressoras;
- Substituição integral da gravação em cassette por gravação digital com a instalação de equipamentos em 230 salas de audiências;
- Instalação de 180 novos equipamentos de video-conferência nos tribunais e renovação de 70% dos existentes;
- Instalação de sistemas de segurança por vídeo-vigilância em 20 tribunais;
- Aquisição e instalação de 5000 novos telefones VoIP nos tribunais, substituindo 50% dos existentes de forma a melhorar as comunicações e a reduzir os respectivos custos.

No sector da Investigação Criminal foram aprovados os meios legislativos necessários – Código Penal, Código do Processo Penal e Lei-Quadro da Política Criminal – o Ministério da Justiça reforça os meios humanos, financeiros e materiais dos organismos competentes, adequando-os ao eficaz cumprimento das acções de prevenção e de investigação criminal.

6. Mais Recursos Financeiros

- Aumento da dotação orçamental da Procuradoria-Geral da República em 10,6% no funcionamento e em 236,7% no PIDDAC;
- Reforço em 40,8% dos programas de aquisição de equipamento de telecomunicações e de desenvolvimento dos sistemas de informação, no PIDDAC da Polícia Judiciária;
- Dotação de 7.931.500 euros em PIDDAC para a ampliação e remodelação do edifício da directoria nacional da Polícia Judiciária.

7. Mais Meios

- Implementação do Sistema de Informação do Ministério Público, com a criação, na Procuradoria-Geral da República, de bases de dados agregadas para a gestão dos meios, dos inquéritos e da actividade do Ministério Público, nomeadamente em matéria de inquéritos, mandados de detenção, medidas de diversão e dispensa de pena;
- Reforço do desenvolvimento do Sistema de Informação Automatizada da Polícia Judiciária;

- Reforço do desenvolvimento do Sistema Integrado de Informação Criminal da Polícia Judiciária.

8. Descongestionamento de Tribunais e Resolução Alternativa de Litígios

O desenvolvimento dos mecanismos de resolução alternativa de litígios é uma prioridade para o cumprimento do direito fundamental de acesso ao Direito e para aliviar a pressão processual sobre os tribunais judiciais.

- Reforço da rede dos centros de arbitragem institucionalizados, nomeadamente, os centros de arbitragem de conflitos do consumo e do sector automóvel;
- Alargamento da rede de julgados de paz com a instalação de 8 novos julgados e a selecção e formação dos novos juízes de paz.
- Criação de novos centros de arbitragem, com competência em matéria de acção executiva e de propriedade industrial;
- Instalação do centro de arbitragem em matéria administrativa, destinado à resolução, por via arbitral, de litígios no âmbito da contratação e do funcionalismo público;
- Alargamento dos sistemas de mediação, com o novo impulso transmitido ao sistema de mediação familiar e com a entrada em funcionamento do sistema de mediação laboral e, a título experimental, do sistema da mediação penal.

9. Sistema Prisional

O Ministério da Justiça continuará, no ano de 2008, a desenvolver o plano de reforma do parque penitenciário, o qual conduzirá, simultaneamente, à redução do número de estabelecimentos prisionais e ao aumento da capacidade prisional total, bem como ao reforço da segurança e da dignidade das condições de reclusão.

10. Actualização Legislativa; Promoção da Reabilitação

- Elaboração do Código de Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade, em consonância com os novos Códigos Penal e do Processo Penal, substituindo a Lei de Execução das Penas e a Lei dos Tribunais de Execução de Penas.

- Implementação do Plano Individual de Reabilitação em todos os estabelecimentos prisionais;
- Dinamização de protocolos, com entidades públicas e privadas, tendo em vista o aumento da empregabilidade da população prisional.
- Implementação do Sistema Integrado de Detecção Perimétrica em mais 7 estabelecimentos prisionais;
- Implementação em diversos estabelecimentos prisionais de sistema VoIP, bem como de sistemas de vídeo-conferência para ligação aos tribunais e para visitas;
- Reforço do desenvolvimento do Sistema de Informação Prisional, cuja dotação em PIDDAC cresce 111,9%.
- Investimento superior a 53 milhões de euros na construção, remodelação e reforço das condições de segurança e sanitárias dos estabelecimentos prisionais, consubstanciando um crescimento de 902,6%;
- Do investimento em infra-estruturas, cerca de 95% serão dirigidos à construção dos novos estabelecimentos prisionais de Angra do Heroísmo, Castelo Branco, Coimbra, Elvas, Grândola, Leiria, Linhó, Ponta Delgada e Vale do Tejo;
- Crescimento de 352,5% da dotação de PIDDAC destinada ao reforço das condições de segurança dos estabelecimentos prisionais.

Com a alteração do Código Penal, 2008 é o ano de alargamento do âmbito de aplicação da vigilância electrónica e da consolidação e reforço das medidas de trabalho a favor da comunidade.

O âmbito de aplicação da vigilância electrónica, até aqui aplicável apenas a arguidos, foi alargado como pena substituta da pena de prisão nos seguintes casos:

- i) penas até 1 ano;
 - ii) penas até 2 anos, tratando-se de indivíduos em situação de gravidez, idade inferior a 21 anos ou superior a 65 anos, doença ou deficiência graves, existência de menor a seu cargo ou de familiar exclusivamente ao seu cuidado;
 - iii) o remanescente não superior a um ano da pena de prisão efectiva que exceder o tempo de privação da liberdade a que o arguido esteve sujeito em regime de detenção, prisão preventiva ou obrigação de permanência na habitação.
- Adequação organizacional e logística das unidades operativas para uma capacidade de

aplicação da medida a 2000 indivíduos;

- Continuação da reinstalação das unidades operativas de vigilância electrónica, e do centro nacional de acompanhamento de operações, dotando-os de instalações e adequadas;
- Investimento superior a 6 milhões de euros na contratação de serviços técnicos e aquisição de equipamentos específicos para vigilância electrónica;
- Reforço da frota automóvel e dos equipamentos informáticos e de telecomunicações das unidades operativas de vigilância electrónica

O âmbito de aplicação da prestação de serviços gratuitos ao Estado, a outras pessoas colectivas de direito público ou a entidades privadas cujos fins o tribunal considere de interesse para a comunidade, foi alargado pelo aumento da pena máxima substituível de 1 ano para 2 anos.

- Adequação organizacional das equipas de reinserção social para um aumento previsto de 30% da utilização de medidas de trabalho a favor da comunidade.

Em 2008 deu-se continuidade à reorganização do mapa de centros educativos, orientada pelos princípios da economia de escala e da proximidade, com objectivos de racionalização de custos e melhoria da qualidade de oferta educativa e formativa direccionada à reinserção social plena dos jovens.

- Encerramento de 2 centros educativos, com concentração e ampliação do número de unidades residenciais;
- Abertura do novo Centro Educativo de Santa Clara (Vila do Conde).
- Intensificar a cooperação entre centros educativos da mesma área geográfica, optimizando os recursos e a oferta educativa e formativa;
- Reforçar, em articulação com o Ministério da Saúde os cuidados de saúde dirigidos aos menores em medida tutelar educativa;
- Obras de renovação, readaptação e requalificação em 3 centros educativos;
- Reinstalação, segundo princípios de racionalidade económica e de adequação funcional, de 9 equipas de reinserção social e de uma direcção regional;
- Reforço dos meios de transporte ao serviço das equipas de reinserção social.

Inovação Tecnológica e Modernização

A prestação de serviços de Justiça mais qualificados, cómodos e céleres para os cidadãos e empresas exige uma constante inovação tecnológica e modernização dos serviços e dos sistemas de informação.

Desmaterialização Processual

- Expansão e alargamento a todas as espécies processuais dos projectos CITIUS e h@bilus;
- Expansão da utilização da assinatura electrónica pelos operadores judiciários.

Simplificação Administrativa

- Continuação do alargamento territorial faseado dos projectos Documento Único Automóvel, Casa Pronta, Balcão das Heranças, Associação na Hora, Regius, Nascer Cidadão e Empresa na Hora;
- Alargamento a todo o território nacional e aos consulados portugueses do Cartão do Cidadão;
- Disponibilização de novos serviços *on-line* no sector dos registos.

Melhor Informação

- Desenvolvimento de novas funcionalidades aplicacionais destinadas à investigação criminal;
- Disponibilização aos tribunais e aos órgãos de polícia criminal de sistemas de acesso às bases de dados da Segurança Social, dos Serviços Prisionais e dos Registos e Notariado;
- Reestruturação da rede de comunicações;
- Implementação do novo sistema de informação do Registo Criminal e de Contumazes;
- Desenvolvimento continuado do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça e da infra-estruturas de referência espacial dos dados relativos ao sistema de justiça.

Novas Técnicas Forenses

- Expansão territorial da telemedicina forense – Medleg;

- Criação da base dados de perfis ADN, para fins de identificação civil e de investigação criminal.

11. Cooperação Internacional

Num mundo global e numa Europa em que a área da Justiça sai reforçada pelo Tratado de Lisboa, é crescente o investimento do Ministério da Justiça na cooperação internacional, nomeadamente no que respeita ao combate à criminalidade.

12. No Espaço Europeu

- Adesão ao sistema europeu de intercâmbio electrónico dos registos criminais dos Estados-membros da União Europeia;
- Adesão ao sistema Alerta de Rapto de crianças;
- Implementação do Tratado de Pim e da Decisão do Conselho da União Europeia relativa ao aprofundamento da cooperação transfronteiras na luta contra a criminalidade, designadamente no domínio dos perfis de ADN e das impressões digitais;
- Implementação da Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária da CPLP;
- Apoio à formação de quadros dos países da CPLP, nomeadamente da magistratura judicial, do Ministério Público, da investigação criminal, dos serviços prisionais e de reinserção social;
- Apoio à produção legislativa na área da Justiça e à qualificação da investigação criminal, designadamente em parceria com as Nações Unidas.

13. Adequação às Actuais Necessidades

Com a reestruturação efectuada no âmbito do PRACE, pela qual os serviços e organismos, e respectivos recursos humanos, foram reajustados às actuais necessidades do sistema de Justiça, o Ministério da Justiça⁴:

- Reduziu em 29% os cargos de dirigentes superiores;
- Reduziu em 25% os cargos de dirigentes intermédios;

⁴ Não contempla ainda a reestruturação da Polícia Judiciária e dos Centros de Estudos Judiciários, cujas propostas de lei orgânica se encontravam na Assembleia da República.

- Declarou desnecessários 327 postos de trabalho, das carreiras administrativa, auxiliar e operária, cujos funcionários deverão transitar para o regime de mobilidade especial;
- Nos últimos quatro anos, o efectivo de funcionários do Ministério da Justiça decresceu 8,9%, ou seja, menos 2552 funcionários.

Orçamento de Justiça 2009

1. Justiça ao Serviço do Desenvolvimento

Garantir a efectividade dos direitos e deveres, e tornar o sistema de justiça um factor de desenvolvimento económico e social.

2. Políticas de Programação Estratégica

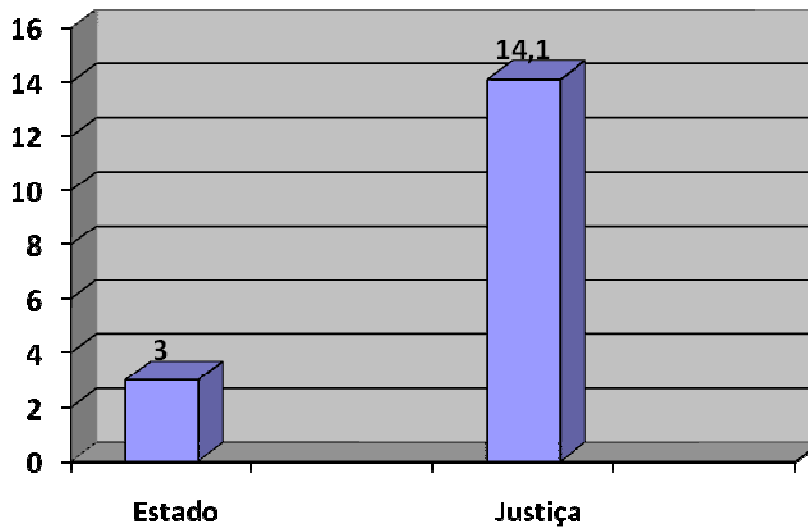
Em 2009 foram três os eixos de intervenção:

- Promover a Desburocratização, a Desjudicialização e a Resolução Alternativa de Litígios;
- Impulsionar a Inovação Tecnológica na Justiça e Qualificar a Resposta Judicial;
- Promover o Combate ao Crime e a Justiça Penal e Reforçar a Cooperação Internacional.

3. A Justiça no Contexto do Orçamento de Estado de 2009

- O orçamento do Estado em 2009 cresce 3,0%;
- No mesmo ano, o orçamento da Justiça cresce 14,1%. A contabilização de activos financeiros, no valor de 650 milhões de euros, dando integral cumprimento às bases da contabilidade pública e aos princípios do enquadramento orçamental, traduzem-se num aumento da despesa total do ministério de 60,5%.

- O Efeito do Gasto Público na Justiça em Portugal -



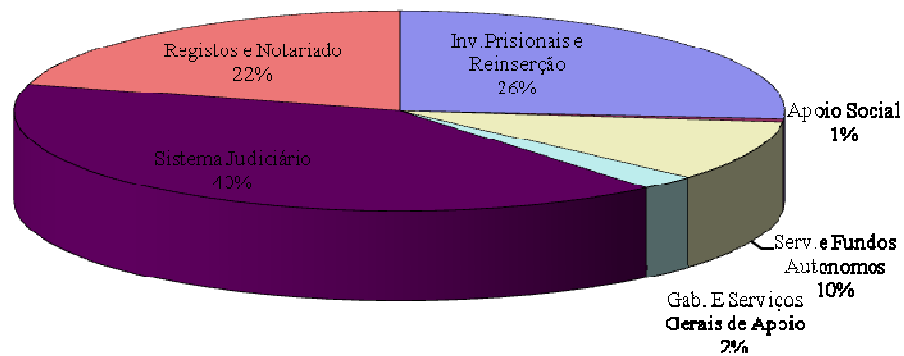
- O orçamento de funcionamento [1.376.934.498 euros] corresponde a 86,1% do total, apresentando um crescimento de 8,5% face a 2008;
- O orçamento de investimento [222.110.979 euros] corresponde a 13,9% do total, apresentando um crescimento de 86,5% face a 2008.

Orçamento por Fontes de Financiamento

- As receitas gerais do orçamento do Estado [545.562.000 euros] correspondem a 34,1% do orçamento da Justiça;
- As receitas próprias do sistema de Justiça [1.027.238.895 euros] correspondem a 64,2% do orçamento da Justiça;
- O financiamento comunitário [26.244.582 euros] corresponde a 1,6% do orçamento da Justiça.

Orçamento de Funcionamento por Áreas

- A missão específica do sistema de Justiça absorve cerca de 90% do orçamento de funcionamento, sendo que cerca de 40% destinam-se ao sistema judiciário.



4. Reorganização dos Tribunais

- Implementação do novo modelo de gestão, com a nomeação do Presidente do Tribunal, do Administrador do Tribunal e a entrada em funcionamento dos Gabinetes de Apoio;
- Digitalização total dos processos pendentes.

Requalificação das Infra-estruturas

- Abertura de 3 novas instalações [Águeda, Amadora e Sines];
- Remodelação de 13 tribunais, criando-se mais 5 salas de audiência.

Apetrechamento dos Tribunais

- Renovação total do parque informático e de fotocopiadoras;
- Renovação total dos sistemas de vídeo-conferência;
- Instalação de comunicações VoIP.

5. Sistema Judicial

Em 2009, prosseguiu-se a forte aposta na modernização do parque judiciário, com a edificação de Campus de Justiça e de novos tribunais, e com a requalificação das instalações existentes, bem como com o investimento em novos equipamentos informáticos e no reforço da segurança.

Como Reformas Legislativas e Orgânicas salientam-se:

- Entrada em vigor do novo Regulamento das Custas Processuais;
- Entrada em funcionamento do TAF (Tribunal Administrativo e Fiscal) de Aveiro.

6. Requalificação das Infra-estruturas

- Novas instalações de 3 tribunais;
- Entrada em funcionamento do Campus de Justiça de Lisboa, estando a decorrer os procedimentos para a criação dos Campus de Justiça de Coimbra, Faro, Leiria, Nazaré, Porto e Valongo;
- Conversão de espaços nos tribunais em 35 novas salas de audiências.
- Obras de requalificação em 55 Tribunais;
- Eliminação de barreiras arquitectónicas em 6 Tribunais;
- Renovação de mobiliário.

7. Modernização Tecnológica

- Conclusão da renovação integral do parque informático;
- Instalação de 300 novos equipamentos de video-conferência nos tribunais;
- Aquisição e instalação de 300 novos equipamentos áudio nas salas de audiência.

8. Reforço da Segurança

- Instalação de alarmes de intrusão em 30 edifícios;
- Instalação de pórticos detectores de metais em 54 edifícios;
- Instalação de video-vigilância em 60 Tribunais;

- Instalação do Centro de Controle Nacional de Segurança dos Tribunais, no Campus de Justiça de Lisboa;
- Extensão dos serviços de segurança activa a mais 8 Tribunais de Família e Menores, 26 Tribunais de Comarca de média/grande dimensão e um Tribunal de Trabalho.

No sector da Investigação Criminal serão realizados reforços dos meios humanos, financeiros e materiais dos organismos competentes, adequando-os ao eficaz cumprimento das acções de prevenção e de investigação criminal.

9. Mais Recursos Financeiros; Humanos e Materiais

- Aumento em 7,5% do orçamento de funcionamento dedicado à Investigação Criminal [Procuradoria-Geral da República, Polícia Judiciária e Magistratura do Ministério Público];
- Previsão de reforço financeiro da Polícia Judiciária, para eventuais necessidades da Investigação Criminal, em oito milhões de euros.
- Admissão de 150 Inspectores Estagiários e de 50 funcionários para apoio à Investigação Criminal.
- Ampliação e remodelação do edifício da directoria nacional da Polícia Judiciária;
- Construção ou remodelação dos edifícios da Polícia Judiciária de Coimbra, Faro, Loures e Portimão;
- Renovação da frota automóvel da Polícia Judiciária
- Aquisição de 200 terminais portáteis e de 150 terminais para viaturas, no âmbito da rede SIRESP.

10. Inovação Tecnológica

- Reforço tecnológico das actividades científicas e periciais da Polícia Judiciária;
- Entrada em funcionamento da Base de Dados de Perfis de ADN para fins de identificação civil e de investigação criminal.

11. Descongestionamento de Tribunais e Resolução Alternativa de Litígios

O desenvolvimento dos mecanismos de resolução alternativa de litígios, a par da tomada de medidas de descongestionamento processual, constitui prioridade no sentido de facilitar o acesso ao Direito, aliviar a pressão processual sobre os tribunais judiciais reduzir a pendência e a morosidade processuais.

- Alargamento da rede de Julgados de Paz, com a instalação e a criação de 4 novos Julgados de Paz;
- Formação específica dos técnicos autárquicos designados para os novos Julgados de Paz;
- Alargamento do Sistema de Mediação Penal a mais de 10 circunscrições.
- Instalação de centro de arbitragem no domínio da acção executiva, com especial atenção ao fenómeno do sobre endividamento;
- Lançamento de novas ferramentas electrónicas para o sistema de resolução alternativa de litígios.
- Identificação e criação de novas medidas de descongestionamento processual, monitorização do regime processual civil experimental, consolidação do projecto Leis da Justiça e concretização das medidas de simplificação da acção executiva.

12. Sistema Prisional

Em 2009, arrancou o plano de reforma do parque penitenciário, cujos intuitos foram o de optimizar recursos e reforçar a segurança e a dignidade das condições de reclusão. Em simultâneo, apostou-se na melhoria da qualidade do tratamento penitenciário, intensificando a adopção de programas específicos, visando a ressocialização da população reclusa e a sua integração plena na sociedade, obstaculizando à reincidência no crime.

- Plano integrado de formação do Corpo da Guarda Prisional com o propósito de desenvolver as suas competências profissionais e pessoais para uma gestão mais humanista na relação com os reclusos;

- Desenvolvimento de programas estruturados e específicos orientados para factores envolvendo alterações comportamentais, directamente relacionados com a problemática comportamental;
 - Melhoria da qualidade na prestação de cuidados de saúde aos reclusos;
 - Dinamização de Protocolos, com entidades públicas e privadas, tendo em vista o aumento da empregabilidade da população reclusa, e promoções de iniciativas de empreendedorismo e de recurso ao micro credito.
 - Aperfeiçoamento de novos métodos e técnicas de dinamização no âmbito do Plano Individual de Readaptação, à luz do novo Código de Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade.
 - Elaboração do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais;
 - Apetrechamento dos estabelecimentos prisionais com equipamentos complementares de segurança electrónica;
 - Intervenção em seis estabelecimentos prisionais, no domínio da segurança perimétrica, portaria e alojamento para o Corpo da Guarda Prisional;
 - Plano integrado de formação dirigido ao pessoal do corpo da Guarda Prisional sobre novas técnicas de buscas, revistas e imobilização e respectivo Apetrechamento com novo material de defesa e segurança.
 - Início do projecto e construção do 10 novos estabelecimentos prisionais: Algarve-Silves, Angra do Heroísmo, Castelo Branco, Coimbra, Elvas, Leiria, Litoral Norte, Ponta Delgada, Sado-Grândola, Vale do Tejo-Almeirim;
 - Grande requalificação de 3 estabelecimentos prisionais: Alcoentre, Izeda e São José do Campo.
- Continuada aposta no alargamento da aplicação da vigilância electrónica e das medidas de trabalho a favor da comunidade, como alternativas ao encarceramento, no intuito da reabilitação dos indivíduos.
- Alargamento do sistema de vigilância electrónica à fiscalização da pena acessória de proibição de contacto com a vítima em contexto de violência doméstica;
 - Adopção de outros meios tecnológicos de vigilância electrónica designadamente a verificação biométrica da voz;

- Recrutamento e qualificação de técnicos para as Unidades Operativas de Vigilância Electrónica;
- Apetrechamento e renovação dos equipamentos informáticos e de telecomunicações, bem como da frota automóvel, das Unidades Operativas de Vigilância Electrónica.

13. Mais Trabalho a Favor da Comunidade

- Qualificação continuada dos técnicos das equipas de Reinserção Social de modo a corresponderem de forma adequada ao aumento da utilização de medidas de trabalho a favor da comunidade.

Reinserção Social

Em 2009 prosseguiu-se a política de reorganização e requalificação dos centros educativos, visando a respectiva racionalização, o reforço da segurança e uma mais eficaz reinserção social dos jovens.

Reorganização Territorial

- Abertura de três novos centros educativos - Santa Clara [Vila do Conde], Açores e Madeira.

Requalificação das Infra-Estruturas e Equipamentos

- Obras de renovação, readaptação e requalificação em 3 centros educativos;
- Apetrechamento e renovação informática dos centros educativos;
- Reforço dos meios de transporte ao serviço dos centros educativos.

Aposta na Qualidade

- Forte investimento e qualificação técnica dos técnicos de reinserção social.

Reforço da Segurança

- Instalação ou requalificação do sistema de videovigilância em todos os centros educativos;

- Reforço dos dispositivos de segurança passiva.

Inovação Tecnológica e Modernização

A prestação de serviços de Justiça mais qualificados, cómodos e céleres para os cidadãos e empresas exige uma constante inovação tecnológica e modernização dos serviços e dos sistemas de informação.

Desmaterialização

- Reforço da implementação do Projecto CITIUS, alargando o programa de desmaterialização dos processos judiciais a novas espécies processuais e consolidando a prática de actos por via informática, com a inerente simplificação dos processos internos e rotinas de trabalho nos tribunais;
- Reformulação da arquitectura do CITIUS e do H@bilus, dotando-os de mais funcionalidades, maior flexibilidade, melhor gestão e mais segurança;
- Continuação do processo de desmaterialização das comunicações entre as Polícias e o Ministério Público, no âmbito da aplicação CITIUS-MP;
- Formação na utilização de aplicações informáticas, sobretudo na área dos tribunais;
- Entrada em funcionamento do MedLeg.Net e expansão territorial da videoconferência e da telemedicina nos serviços médico-legais.

Simplificação Administrativa

- Alargamento da rede de balcões únicos Casa Pronta, Documento Único Automóvel, Nascer Cidadão, Balcão das Heranças e Divórcio com Partilha, Associação na Hora, Empresa na Hora e Sucursal na Hora, a novos locais de atendimento nos serviços de registo, e instalação do novo modelo de atendimento dos serviços de registo em novos locais;
- Continuação do processo de digitalização e digitação dos registos prediais existentes em suporte papel para carregamento da respectiva base de dados;
- Identificação e concepção de novas medidas de simplificação, desmaterialização e eliminação de actos e procedimentos;

- Integração dos registos on-line da propriedade industrial com os sistemas informáticos dos grandes utilizadores para permitir a pratica de actos em massa.

Fiabilidade e Segurança

- Instalação de um centro alternativo em caso de desastre que, em caso de catástrofe, garanta e assegure a continuação do funcionamento dos sistemas informáticos essenciais do Ministério da Justiça;
- Melhoria das condições de comunicações de voz e de dados, bem como, do acesso à Internet;
- Melhoria das infra-estruturas de suporte e aumento da robustez dos sistemas informáticos.

Melhor Informação

- Desenvolvimento do novo sistema de Estatísticas da Justiça;
- Disponibilização de informação relativa à obtenção de licenças de utilização de patentes e tradução e retroversão automáticas de Inglês/Português dos dados essenciais das patentes.

Cooperação Internacional

Num mundo global, numa efectiva e intensa cooperação internacional é crucial na área da justiça, seja na defesa dos Direitos Humanos e na promoção do acesso à justiça, seja no combate à criminalidade.

14. No Espaço Europeu

- Aposta continuada na internacionalização de boas práticas nacionais no sector da justiça, em particular nos projectos que incorporam uma dimensão tecnológica e de inovação;
- Desenvolvimento do projecto-piloto do portal *e-justice* da União Europeia.

15. No Espaço Ibero-Americano

- Projectos de cooperação ao abrigo do programa de cooperação da União Europeia EUROsociAL;
- Organização da Reunião da Comissão Delegada da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos.

16. Na Comunidade de Países de Língua Portuguesa

- Programas Indicativos de Cooperação com os PALOP e com Timor Leste;
- Acompanhamento das actividades multilaterais de cooperação em curso na Guiné-Bissau (PAOSED, PESD), em Timor Leste (PNUD), em Moçambique (UE/PNUD);
- Preparação do 1º Encontro da “Iniciativa Lusófona para a Inovação na Justiça”.

17. Menos Funcionários

Nos últimos cinco anos, o efectivo de funcionários do Ministério da Justiça decresceu 10,1%, ou seja, menos 2.907 funcionários.

CAPÍTULO VI

Inquérito

Objectivos

Objectivo geral

Identificar os factores que mais contribuem para a ineficiência da Justiça em Portugal mediante a análise de frequência dos conteúdos mais relevantes enunciados pelos participantes.

Métodos e participantes

Procedimento

Os participantes que constituem a amostra deste estudo preliminar foram previamente contactados no sentido de responderem a um questionário sobre os factores subjacentes à ineficiência da Justiça em Portugal, garantindo-se o anonimato e a confidencialidade dos dados. Em seguida, foram enviados os questionários por *e-mail* e por carta para os respectivos locais de trabalho – tribunais, escritórios de advogados e universidades. As respostas foram obtidas por *e-mail*, por carta e em último recurso por telefone. O período entre o contacto inicial e a obtenção das respostas durou aproximadamente 9 meses, entre Maio de 2008 e Janeiro de 2009, compreendendo somente as três regiões geográficas de Portugal continental – Norte, Centro e Sul⁵.

Participantes

A amostra deste estudo foi constituída por 80 pessoas pertencendo às três classes profissionais mais relevantes no funcionamento do sistema judicial – juiz, advogado e oficial de justiça e cobrindo três grandes regiões geográficas – Norte, Centro e Sul. Das 80 pessoas inicialmente contactadas, 48 (60% da amostra) responderam totalmente ao questionário, 26 (32,5%) recusaram-se a responder e 6 (7,5%) responderam de forma incompleta ao questionário.

⁵ Portugal Insular

Material

O instrumento utilizado para a recolha das respostas foi construído pela autora deste estudo (cf. Anexo A). Trata-se de um questionário que foi especificamente concebido para o levantamento sistematizado dos factores que mais contribuem para a ineficiência do Sistema de Justiça Português, contemplando duas partes. A primeira é constituída pelas seguintes variáveis sócio-demográficas: profissão, região, idade, sexo e remuneração. A segunda consiste numa pergunta aberta, à qual os participantes poderão enunciar quais os factores que mais contribuem para a ineficácia da Justiça em Portugal, enumerando-os por ordem de importância.

Análise de conteúdo

Para o desenvolvimento da análise de conteúdo utilizou-se a técnica descrita por Bardin (1988) sob a designação de análise temática ou categórica, que consiste na decomposição de textos em unidades e depois classificação por reagrupamento. Trata-se de um método construtivista na medida em que vão ser construídas as categorias que interessam para tentar circunscrever o objecto de estudo que se pretende conhecer (Epstein, 1986).

De acordo com Bardin (1977) a organização da análise de conteúdo envolve as seguintes etapas:

- (i) **pré-análise** – consiste na organização do material, operacionalização e sistematização, escolha dos documentos, formulação de hipóteses, objectivos e elaboração de indicadores e, leitura flutuante;
- (ii) **exploração do material** – análise exploratória que consiste em codificações e classificações, caracterizando-se por ser uma fase longa e fastidiosa e exigindo o trabalho de uma equipa, na qual os seus membros actuam como juizes do trabalho de codificação e classificação temática;
- (iii) **tratamento dos resultados obtidos e interpretação** – que consiste na tabulação e aplicação de técnicas descritivas de análise.

As respostas obtidas à questão aberta foram submetidas a uma análise de conteúdo com o objectivo de identificar os conteúdos subjacentes à ineficiência da justiça em Portugal (i. e., motivos, elementos, factores, características ou dimensões).

O sistema de subcategorias utilizado foi totalmente construído *a posteriori*, através da leitura flutuante e levantamento dos conteúdos contidos no *corpus* provenientes de uma pré-categoria, a qual corresponde à questão formulada no instrumento utilizado. Partindo desta categoria, emergiram 18 subcategorias de acordo com os conteúdos expressos pelos participantes (cf. Anexo B):

- **Burocracia** – agrega os itens relacionados com aspectos de índole administrativa
- **Produção legislativa excessiva** – agrega os itens relacionados com aspectos de índole legislativo
- **Morosidade** – agrega os itens relacionados com o tempo
- **Falta de pessoal** – agrega os itens relacionados com a escassez de recursos humanos
- **Falta de condições de trabalho** – agrega os itens relacionados com a falta de meios físicos e materiais
- **Falta de preparação/formação dos agentes de justiça** – agrega os itens relacionados com aspectos de índole formativa
- **Inadequação dos meios informáticos ao sistema judicial** – agrega os itens relacionados com aspectos relacionados com a informatização do sistema.
- **Excesso de processos** – agrega os itens relacionados com a quantidade de processos
- **Legislação desadequada à realidade** – agrega os itens relativos ao desajustamento legislativo face à realidade quotidiana

- **Fraca colaboração entre os agentes judiciais** – agrega os itens relativos à colaboração entre os diversos actores do sistema judicial
- **Falta de incentivos laborais** – agrega os itens relativos à promoção de maior produtividade
- **Uso excessivo de procedimentos dilatórios** – agrega os itens relativos ao uso de expedientes legislativos no sentido de provocar maior morosidade
- **Pouca utilização de meios alternativos de resolução de conflitos**
- **Desresponsabilização completa dos profissionais da justiça** – agrega os itens relativos à não responsabilização pelo incumprimento das regras ou dos prazos estabelecidos
- **Desigualdade de acesso à justiça** – agrega os itens relativos à desigualdade no acesso à Justiça por parte dos cidadãos
- **Politização do sistema judicial** – agrega os itens relativos à politização do sistema judicial ou política legislativa
- **Aceitação do sentido de justiça da decisão** – agrega os itens relativos à aceitação das decisões
- **Desconhecimento do acesso à justiça** – agrega os itens relativos ao desconhecimento no acesso à Justiça

Foram contabilizados mais 13 itens, mas que não são passíveis de serem agrupados em nenhuma das outras categorias supracitadas. Os itens são: *falta de poder hierárquico dos magistrados sobre os funcionários judiciais (1)*; *atitude cultural de desrespeito face à Justiça (1)*; *distribuição dos tribunais a nível de área de comarca (2)*; *horário restrito de funcionamento (2)*; *complexidade de meios de prova válidos (2)*; *sensacionalismo da*

comunicação social e pouco rigor técnico (2); cidadãos (1); mentalidade/educação (1); e todo o sistema (1).

Métodos estatísticos

Foram usados testes descritivos (tabela de frequências) para a caracterização da amostra e análise de frequências das subcategorias identificadas, testes comparativos (teste de comparação de médias, *t*-Student e *one-way Anova*) para comparação de médias entre grupos e testes de cruzamentos de variáveis (crosstabs) para realizar análises percentuais entre variáveis. Para a análise estatística foi utilizado o SPSS 15 *for Windows*.

Resultados

Das 80 pessoas previstas inicialmente a serem contactadas para esta fase, apenas 48 (60% dos contactados) responderam totalmente ao questionário. Dos restantes 40%, 26 pessoas recusaram-se a responder (32.5%) e 6 (7.5%) responderam de forma incompleta ao questionário.

Caracterização da amostra

Apenas se teve em conta os 48 participantes que responderam na íntegra ao questionário, sendo que 27 (56.3%) pertenciam ao sexo feminino e 21 (43.8%) pertenciam ao sexo masculino (cf. Figura 1).

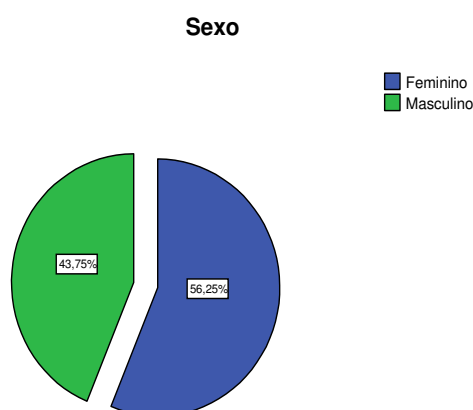


Figura 1. *Percentagem de pessoas segundo o sexo*

No que respeita à categoria profissional, conforme se pode ver na Tabela 1, verificou-se uma maior taxa de adesão por parte dos advogados (45.8%), comparativamente aos oficiais de justiça (29.2%) e aos juízes (25%). Esta discrepância de valores poderá prender-se com a maior acessibilidade que a classe profissional dos advogados demonstrou em ser abordada relativamente às outras duas classes profissionais.

Tabela 1. *Caracterização dos respondentes por categoria profissional*

Categoria Profissional	n	%
Juiz	12	25
Advogado	22	45.8
Oficial de Justiça	14	29.2
Total	48	100

Relativamente à região demográfica não se verificou grande discrepância entre os valores encontrados nas três regiões. É possível observar no entanto uma percentagem ligeiramente maior na região Norte (37.5%; n = 18) comparativamente às regiões Centro (33,3%; n = 16) e Sul (29,2%; n = 14) (cf. Figura 2), facto que poderá estar directamente relacionado com a área de residência da autora deste estudo.

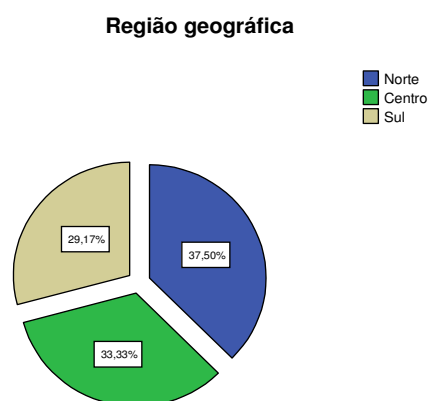


Figura 2. *Percentagem dos respondentes segundo a região demográfica*

A média de idades dos respondentes é de 37.88 ($SD = 8.35$), apresentando uma amplitude de 36 anos de idade (mínimo = 25; máximo = 61). Apresenta uma assimetria (0.54) e um coeficiente de kurtose (0.04) dentro dos critérios da normalidade, indicando assim que os valores desta variável se distribuem com normalidade. Ao analisar a média de idades por sexo, verificou-se que a média de idades dos homens ($M = 40.24$) foi ligeiramente superior às das mulheres ($M = 36.04$), não havendo no entanto diferenças estatisticamente significativas entre os dois sexos ($\text{sig.} = 0.08$; $\text{gl} = 46$). Por sua vez a análise da média de idades por categoria profissional revelou diferenças estatisticamente significativas ($\text{Sig.} = 0.02$; $F = 3.96$; $\text{gl} = 2$) entre os três grupos, sendo a mais elevada a dos oficiais de justiça (cf. Tabela 2). Após a análise *post-hoc* com o Teste de *Scheffe* apenas se verificou uma diferença na média de idades estatisticamente significativa entre o grupo dos oficiais de justiça e o grupo dos advogados ($\text{df} = 7.21$; $\text{Sig.} = 0.03$ para um $\text{IC} = 95\%$). Finalmente no que respeita à média de idades por região demográfica, apesar de não haver diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos, o Sul foi a região que apresentou uma média de idades superior ($M = 40.07$) e uma maior dispersão de idades ($SD = 11.34$) comparativamente às outras duas regiões (cf. Tabela 2).

Tabela 2. Média de idades dos respondentes de acordo com o sexo, categoria profissional e região demográfica

Características sócio-demográficas	Idade	
	M	SD
Sexo		
Feminino	36.04	7.46
Masculino	40.24	9.01
Categoria profissional		
Juiz	39.58	10.68
Advogado	34.50	7.32
Oficial de Justiça	41.71	5.59
Região demográfica		
Norte	37.44	7.63
Centro	36.44	5.85
Sul	40.07	11.34

Relativamente à remuneração, é possível observar que os salários mais baixos (≤ 2000 euros) ocorrem mais frequentemente no grupo das mulheres (20 mulheres *vs* 11 homens). Já os salários mais elevados (≥ 2001 euros) ocorrem tendencialmente com maior frequência no grupo dos homens (10 pessoas) quando comparados com o grupo das mulheres (7 pessoas) (cf. Tabela 3).

Tabela 3. Remuneração Média dos respondentes de acordo com o sexo, categoria profissional e região demográfica

Tabela 3: Remuneração Média dos Respondentes de acordo com o Sexo, categoria profissional e Região geográfica									
Características sócio-demográficas	Remuneração mensal								Total %
	≤ 1000 euros		1001-2000 euros		2001-3000 euros		≥ 3000 euros		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Sexo									
Feminino	8	29.6%	12	44.4%	3	11.1%	4	14.8	100%
Masculino	3	6.3%	8	16.7%	5	10.4%	5	43.8%	100%
Categoria Profissional									
Juiz	0	0%	3	25%	3	25%	6	50%	100%
Advogado	5	22.7%	9	40.9%	5	22.7%	3	13.6%	100%
Oficial de Justiça	6	22.9%	8	41.7%	0	0%	0	0%	100%
Região geográfica									
Norte	8	44.4%	6	33.3%	4	22.2%	0	0%	100%
Centro	2	12.5%	8	50%	2	12.5%	4	25%	100%
Sul	1	7.1%	6	42.9%	2	14.3%	5	37.5%	100%

Se tivermos em conta a classe profissional, os salários mais elevados pertencem às classes dos juízes (9 pessoas) e dos advogados (8 pessoas), não se registando nenhum caso na classe dos oficiais de justiça e, o número de juízes que ganha mais de 3000 euros é o dobro daquele apresentado pelos advogados (6 pessoas *vs* 3 pessoas). Por sua vez, ao analisar-se as remunerações por categoria salarial é possível observar que as remunerações que se encontram compreendidas entre 1001 e 2000 euros são as que ocorrem com maior frequência (20 pessoas).

No que concerne às subcategorias identificadas que mais poderão contribuir para a ineficiência da Justiça em Portugal, as que têm um maior peso contributivo para os 48 participantes constituintes da amostra são a *burocracia*, a *produção legislativa excessiva*, a *morosidade*, a *falta de pessoal*, a *falta de condições de trabalho*, a *inadequação dos meios informáticos ao sistema judicial*, a *falta de preparação/formação dos agentes da justiça*, o *excesso de processos*, e a *legislação desadequada à realidade* (cf. Tabela 4).

Tabela 4. *Frequência das subcategorias referidas pelo nº total de respondentes e respectivas percentagens*

Subcategorias	N = 48	
	N	%
Burocracia		
Sim	36	75.0
Não	12	25.0
Produção legislativa excessiva		
Sim	28	58.3
Não	20	41.7
Morosidade		
Sim	26	54.2
Não	22	45.8
Falta de pessoal		
Sim	26	54.2
Não	22	45.8
Falta de condições de trabalho		
Sim	25	52.1
Não	23	47.9
Inadequação dos meios informáticos ao sistema judicial		
Sim	21	43.8
Não	27	56.3
Falta de preparação/formação dos agentes de justiça		
Sim	21	43.8
Não	27	56.3
Excesso de processos		
Sim	13	27.1
Não	35	72.9
Legislação desadequada à realidade		
Sim	10	20.8
Não	38	79.2
Fraca colaboração entre os agentes judiciais		
Sim	9	18.9
Não	39	81.3
Falta de incentivos laborais		
Sim	7	14.6
Não	41	85.4
Uso excessivo de procedimentos dilatórios		
Sim	7	14.6
Não	41	85.4
Pouca utilização de meios alternativos de resolução de conflitos		
Sim	6	12.5
Não	42	87.5
Desresponsabilização completa dos profissionais de justiça		
Sim	6	12.5
Não	42	87.5
Desigualdade de acesso à justiça		
Sim	6	12.5
Não	42	87.5
Politização do sistema judicial		
Sim	5	10.4
Não	43	89.6
Aceitação do sentido de justiça da decisão		
Sim	5	10.4
Não	43	89.6
Desconhecimento do acesso à justiça		
Sim	4	8.3
Não	44	91.7

Por outro lado, as subcategorias com menor peso contributivo para a ineficiência foram aquelas cujos valores percentuais (assinalados a vermelho na Tabela 4) foram inferiores a 20% do número total da amostra. Quer isto dizer que mais de 4/5 da amostra não expressaram qualquer conteúdo relativamente a essas subcategorias, constituindo por isso um indicador bastante significativo sobre o peso contributivo efectivo que as mesmas têm para os participantes.

Ao proceder-se a uma análise das subcategorias tendo por base o número total de unidades de análise (261 registos) é possível observar que as subcategorias mais representativas são a *burocracia* com 36 registos (13.79%), a *produção legislativa excessiva* com 28 registos (10.72%), a *morosidade* e a *falta de pessoal* – ambas com 26 registos (9.96%), a *falta de condições de trabalho* com 25 registos (9.57%), a *falta de preparação/formação dos agentes de Justiça* e a *inadequação dos meios informáticos ao sistema judicial* com 21 registos (8.04%) respectivamente, o *excesso de processos* com 13 registos (4.98%) e, por fim, a *legislação desadequada à realidade* 10 registos (3.83%) (cf. Tabela 5, Figura.3 e Figura. 4).

Figura 3. Subcategoria/Percentagem

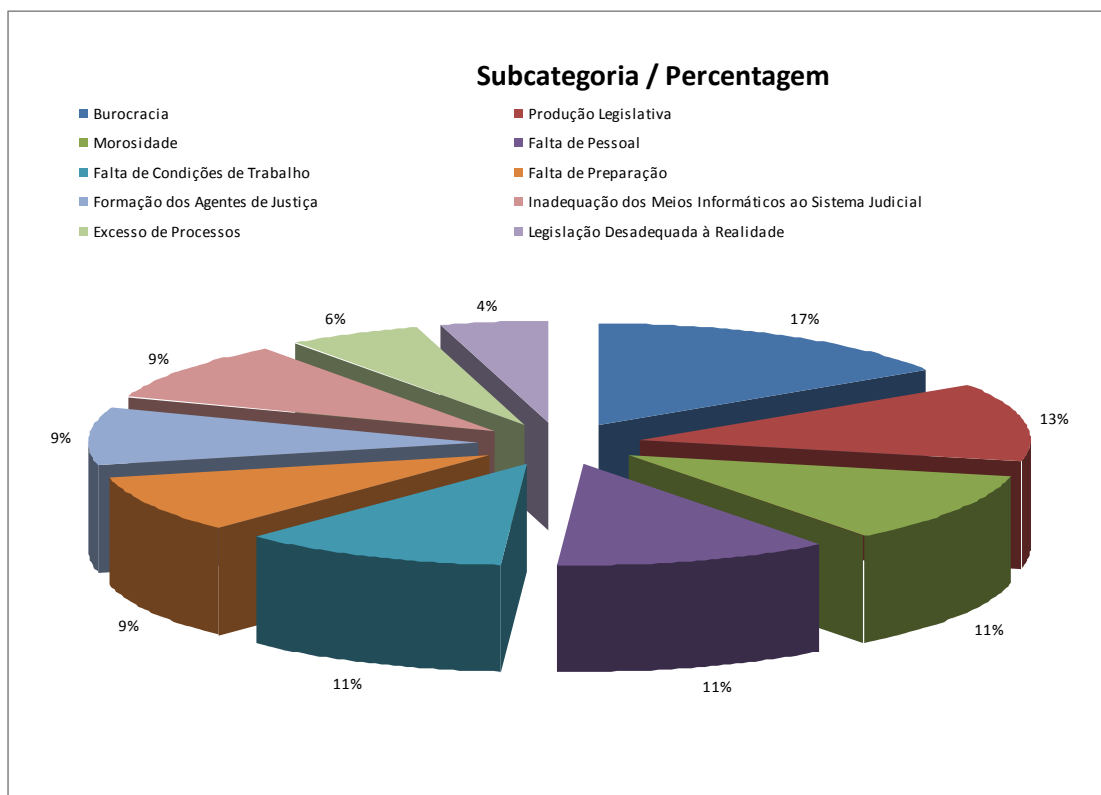
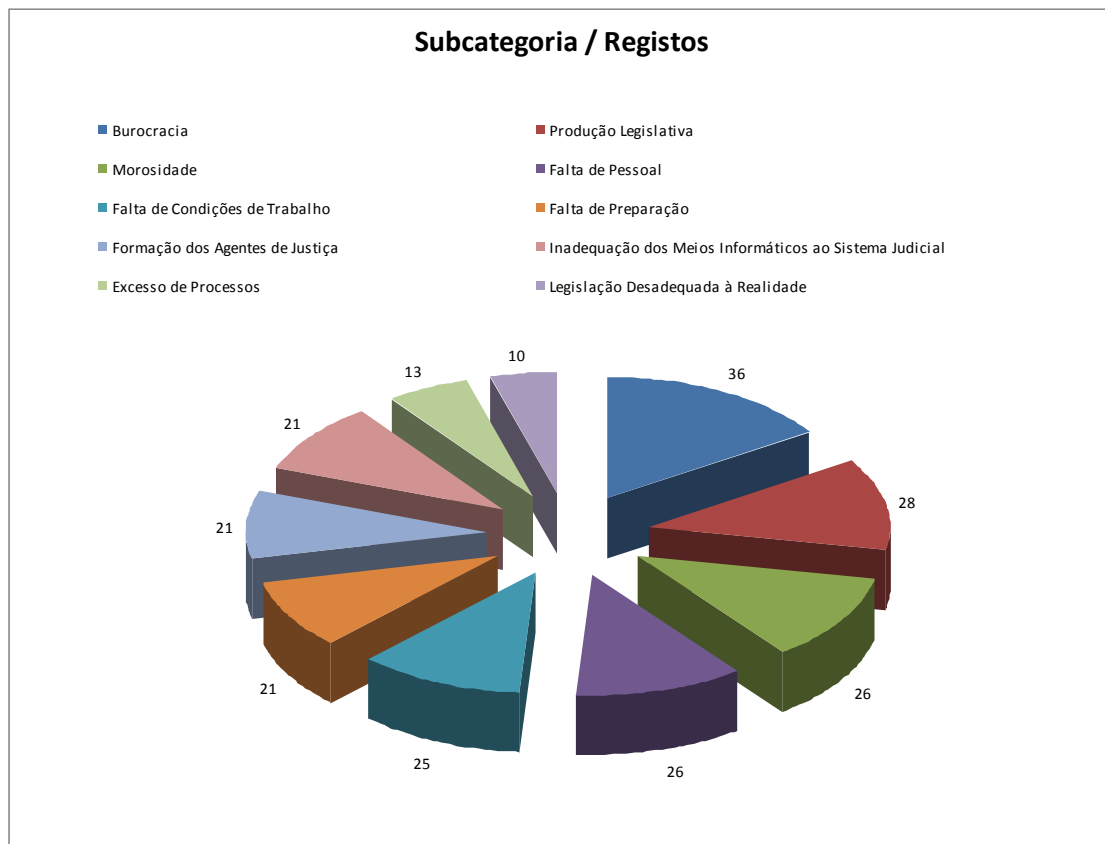


Figura 4. Subcategoria/Percentagem

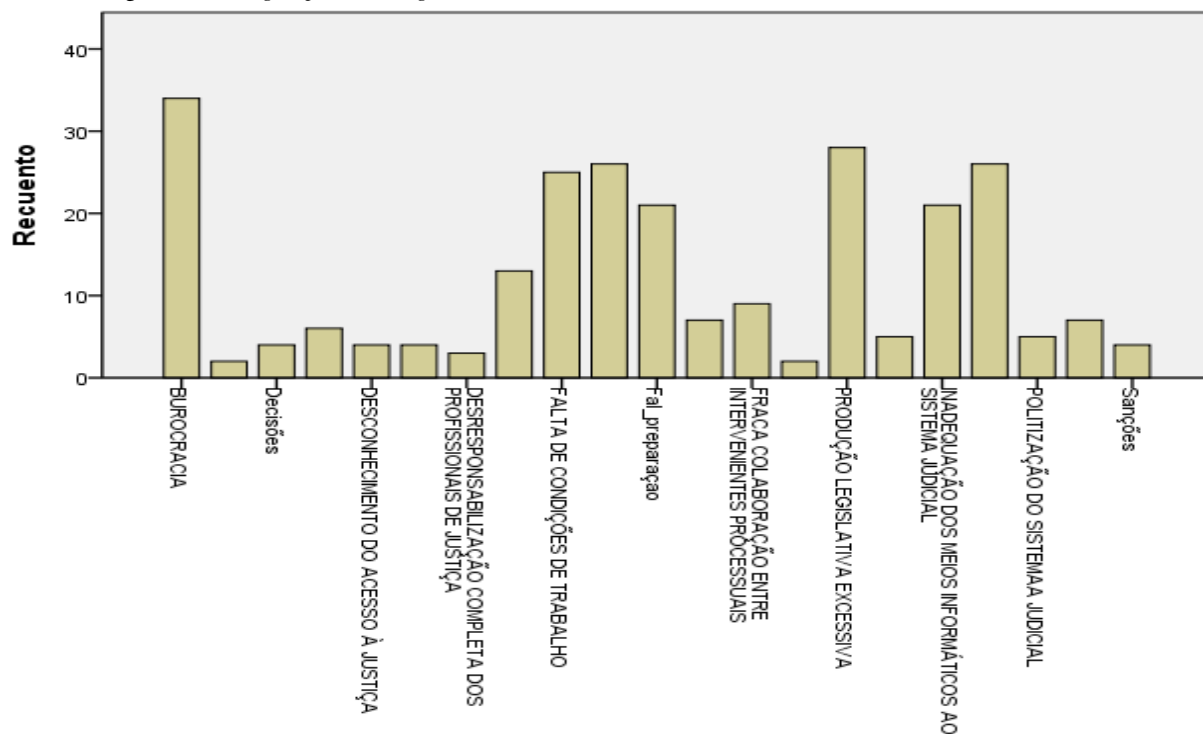


Apesar do peso contributivo de cada uma destas nove subcategorias ser em termos percentuais substancialmente menor comparativamente às percentagens observadas quando se analisa somente o número total de participantes, sugerir que o peso de cada uma destas subcategorias se encontra mais bem distribuído, é possível todavia observar que a ordenação destas subcategorias por grau de importância tendo por base o número total de unidades de análise, coincide precisamente com aquela observada quando se utilizou o número total de participantes. Por conseguinte, estes resultados ao mostrarem uma consistência tão elevada entre análises (compatibilidade = 100%), acabam por ser indicadores fiáveis no que respeita aos factores que mais contribuem para a ineficiência na Justiça (cf. Tabela. 5, Figura. 5)

Tabela 5. Frequência das subcategorias referidas e respectivas percentagens comparativamente ao nº total de unidades de análise

Pré-categoria	Nº de unidades de análise – Total	Subcategorias	Nº de unidades de análise – Categoria	
			Freq.	%
Ineficiência da Justiça	261	Burocracia	36	13.79
		Produção legislativa excessiva	28	10.72
		Morosidade	26	9.96
		Falta de pessoal	26	9.96
		Falta de condições de trabalho	25	9.57
		Falta de preparação/formação dos agentes de justiça	21	8.04
		Inadequação dos meios informáticos ao sistema judicial	21	8.04
		Excesso de processos	13	4.98
		Legislação desadequada à realidade	10	3.83
		Fraca colaboração entre os agentes judiciais	9	3.44
		Falta de incentivos laborais	7	2.68
		Uso excessivo de procedimentos dilatórios	7	2.68
		Pouca utilização de meios alternativos de resolução de conflitos	6	2.29
		Desresponsabilização dos agentes de Justiça	6	2.29
		Desigualdade de acesso à justiça	6	2.29
		Politização do sistema judicial	5	1.91
		Aceitação do sentido de justiça da decisão	5	1.91
		Desconhecimento do acesso à justiça	4	1.53
		Total	261	100

Figura 5. Contagem por subcategorias



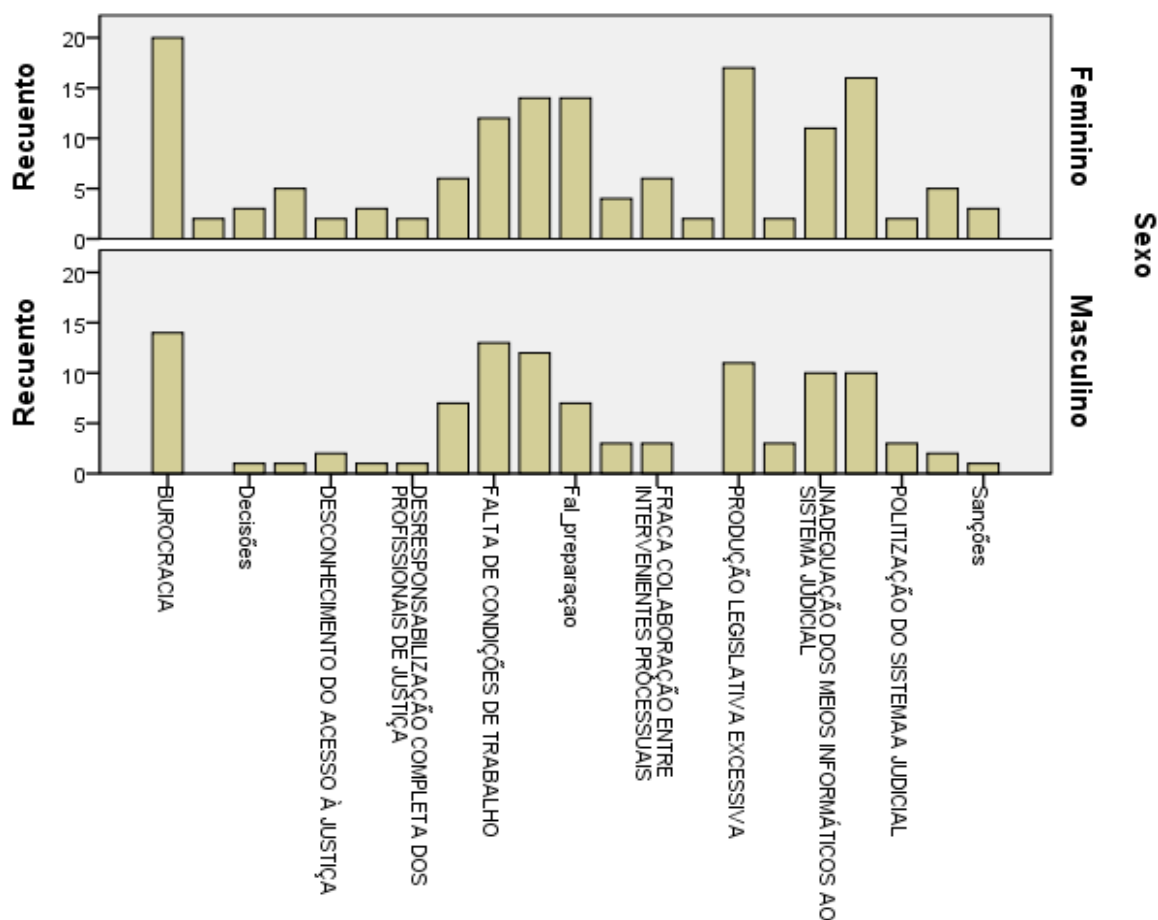
Por outro lado, o total do valor percentual das subcategorias menos referenciadas é substancialmente menor (21.02%; Freq. = 55) comparativamente ao número total das subcategorias mais expressivas que correspondem a 78.89% (Freq. = 201) do valor total.

Consegue-se perceber através do anexo C da tabela 1 - Profissão Juíz /Sexo/ Linha, que responderam 5 mulheres juízes ao questionário e 7 homens juízes onde a Burocracia e a Morosidade no sexo feminino foram as subcategorias mais referenciadas tal evidencia-se igualmente na Tabela 5 - Profissão Juiz /Sexo/ Coluna, enquanto que na Tabela 1 do sexo masculino as subcategorias mais evidentes são: Burocracia, Falta de Condições de Trabalho e Morosidade.

Na profissão de advogado conforme descrito na tabela 6 há 14 respostas femininas e 8 respostas masculinas, na tabela 2 do anexo, detecta-se uma maior predominância da Burocracia no sexo feminino acresce a Morosidade e a Produção Legislativa Excessiva, no sexo masculino para além da Burocracia dá ênfase também à Produção Legislativa Excessiva; na profissão oficiais de justiça, tabela 3 e tabela 7 do anexo C, as subcategorias mais evidenciadas no sexo feminino são: a Falta de Condições de Trabalho, Fraca Colaboração entre os Agentes Judiciais, esta última foi a mais evidenciada também no sexo masculino, sendo que houve 8 respostas de oficiais de justiça femininos e 6 masculinos.

A nível total das profissões/sexo em que 27 respostas foram femininas e 21 foram masculinas (tabela 4 e tabela 8 do anexo C) evidencia-se que as subcategorias mais relevantes no sexo feminino são a Burocracia, Falta de Condições de Trabalho, Fraca Colaboração entre os Agentes Judiciais, Falta de Preparação/Formação dos Agentes de Justiça, Produção Legislativa Excessiva, Inadequação dos Meios Informáticos ao Sistema Judicial e Morosidade, enquanto que no sexo masculino as subcategorias mais evidentes são a Falta de Condições de Trabalho, Fraca Colaboração entre os Agentes Judiciais e Burocracia (cf. Figura 6).

Figura 6. Contagem por subcategorias/Sexo



Através das tabelas 9, 10, 11 e 12 do anexo C - remuneração de Juízes, Advogados, Oficiais de Justiça e remunerações totais por sexo, percebe-se que a nível dos Juízes o mais bem remunerados são os de sexo masculino⁶ e com mais de 43 anos conforme descrito na tabela 9 , (Do número total de juízes portugueses - 1970 nos tribunais de primeira instância, da Relação e no Supremo Tribunal de Justiça (STJ) - 1040 são mulheres. Ou seja: quase 53%. Estes números ganham expressão máxima nos tribunais de primeira instância: 973 mulheres 'contra' os 634 magistrados homens que actualmente exercem actividade. Mas o panorama muda nos tribunais superiores. Existem apenas 66

⁶ http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1360504

juízas desembargadoras face aos 231 do sexo masculino nos cinco tribunais da Relação. E no patamar mais elevado da magistratura portuguesa - o STJ - apenas existe uma juíza conselheira e 65 juízes conselheiros. Uma realidade que é facilmente explicável: actualmente na escola de juízes, o Centro de Estudos Judiciários (CEJ), 85% dos inscritos são mulheres; até ao 25 de Abril de 1974 a magistratura esteve vedada ao sexo feminino.)

Na profissão de Advogado conforme descrito na tabela 10 do anexo a remuneração será mais equilibrada entre o sexo feminino e masculino, trata-se de uma profissão onde se verifica uma igualdade desde sempre no acesso á mesma, ao contrário dos Juízes que só muito recentemente há uma igualdade de oportunidades. Na profissão de oficiais de justiça as remunerações versus idade são igualmente equilibradas entre os sexo feminino e masculino (cf. Figura 7, 8)

Figura 7. Contagem por remuneração/Sexo/profissão

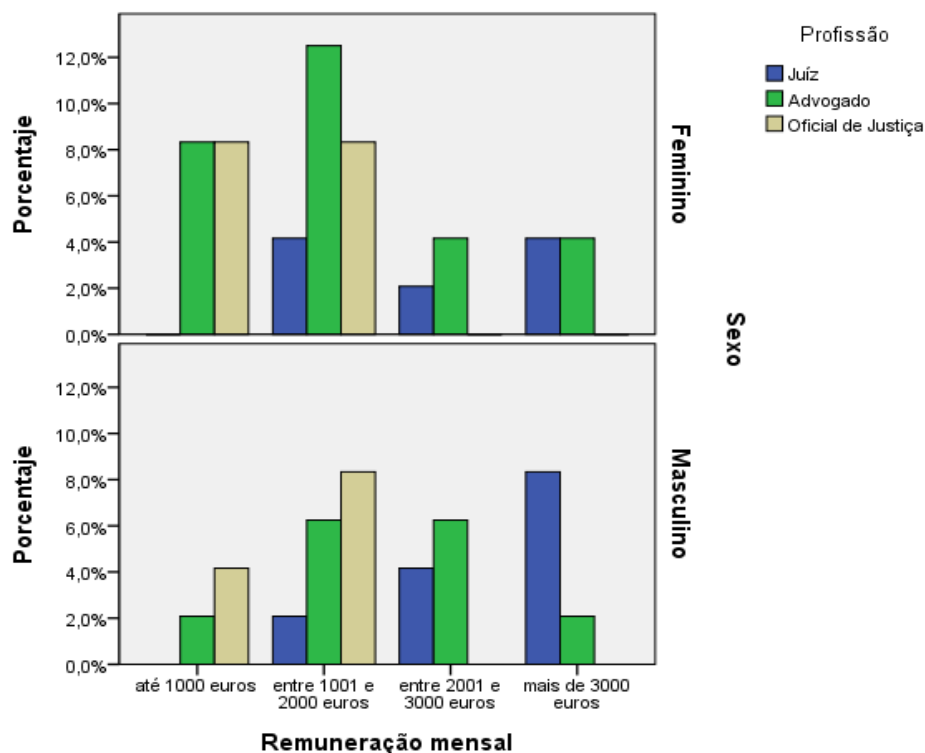


Figura 8. Contagem por remuneração/Sexo/profissão

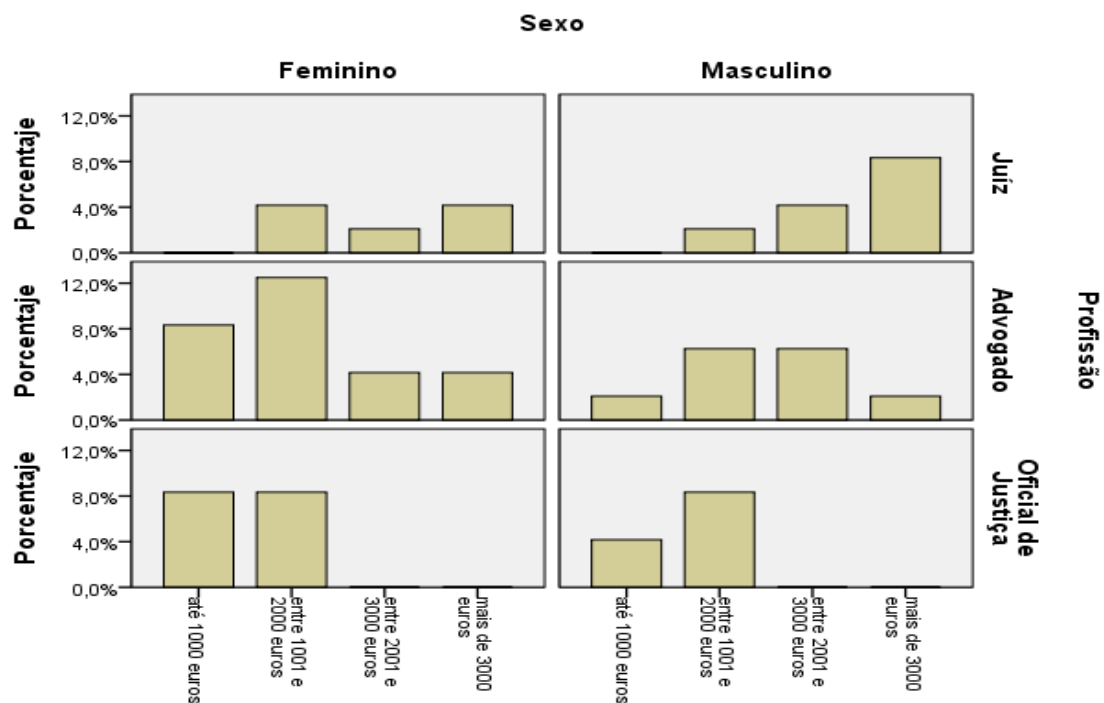


Figura 9. Contagem por remuneração/sexo

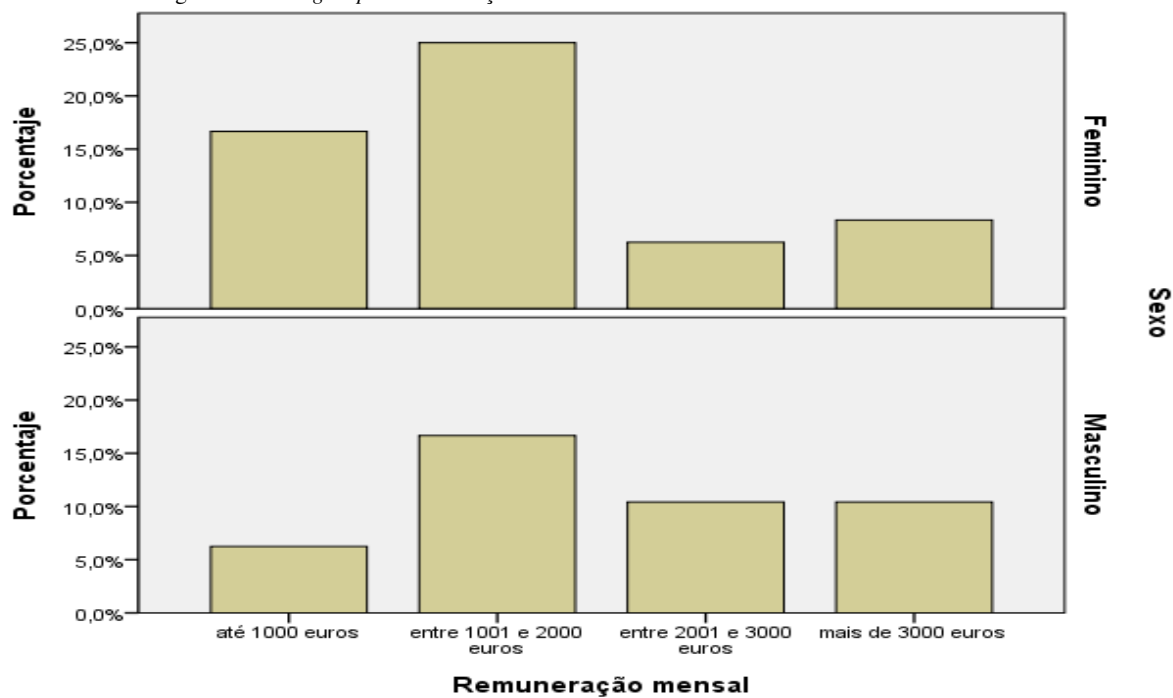
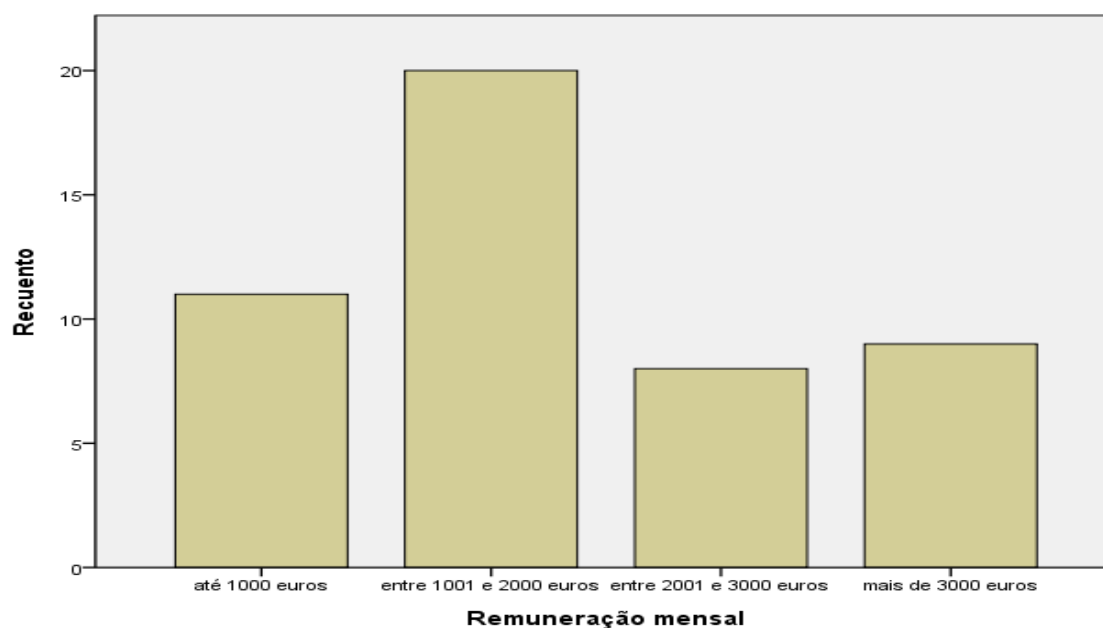


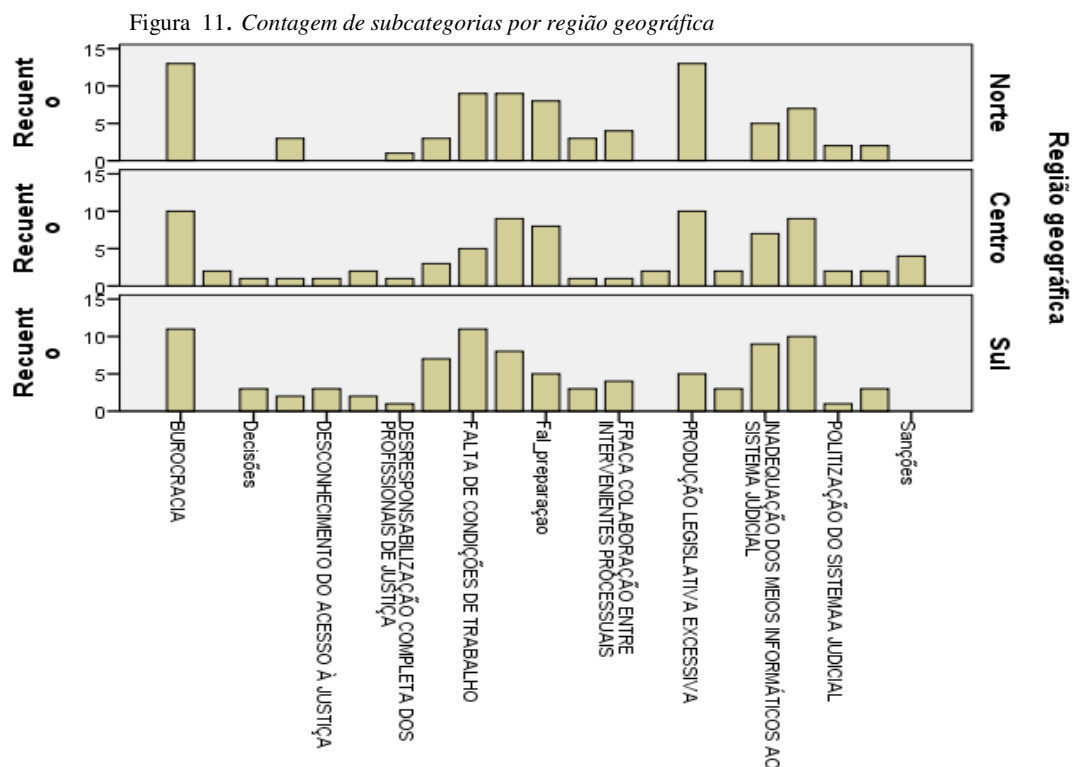
Figura 10. *Contagem por remuneração*



No total das profissões/remunerações tabela 12 do anexo, entre 27 mulheres 12 recebem entre 1001 e 2000 euros e 8 recebem até 1000 euros enquanto que em 21 homens 8 recebem entre 1001 e 2000 euros e 5 recebem entre 2001 e 3000 euros e 5 mais de 5000 euros (cf. Figura 9).

No combito geral percebe-se que o intervalo entre 1001 e 2000 € é substancialmente superior em contrapartida dos restantes (cf. Figura. 10)

Conforme descrito na tabela 13 e 14 do anexo C, detecta-se através da região geográfica que conforme já descrito anteriormente, é possível observar uma percentagem ligeiramente superior na região Norte (n = 18) comparativamente às regiões Centro (n = 16) e Sul (n = 14), as subcategorias mais evidenciadas na Região Norte e Centro foram a Burocracia e a Produção Legislativa Excessiva, enquanto que na Região Sul foram igualmente a Burocracia e Falta de Condições de Trabalho (cf. Figura 11).



Conforme demonstrado na figura 12, 13 e 14 consegue-se concluir que na Região Norte a remuneração superior é a até 1000 €, sendo que no Centro e no Sul é entre 1001 e 2000€; detecta-se ainda que na nossa amostra as respostas do sexo feminino foram maiores no Norte e no Centro sendo que no Sul houveram mais respostas do sexo masculino; percebe-se ainda que no grupo de idades entre 30 e 38 anos foi substancialmente superior na Região Norte, destacando-se no Centro uma superioridade de respostas dos 38 a 43

anos de idade, Na Região Sul foi um pouco equilibrada a respostas até aos 30 anos e mais de 43 anos de idade.

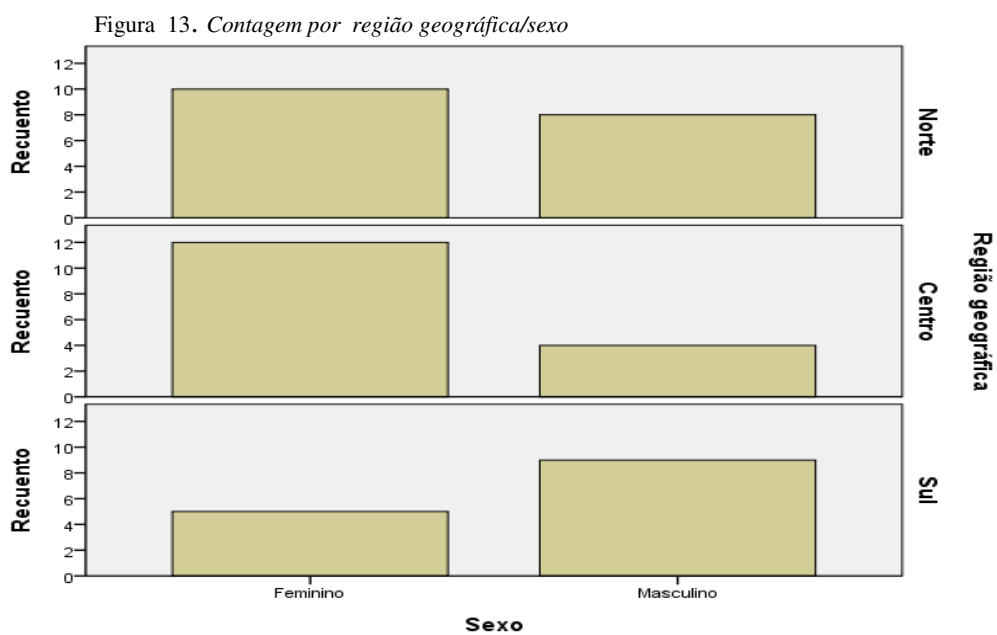
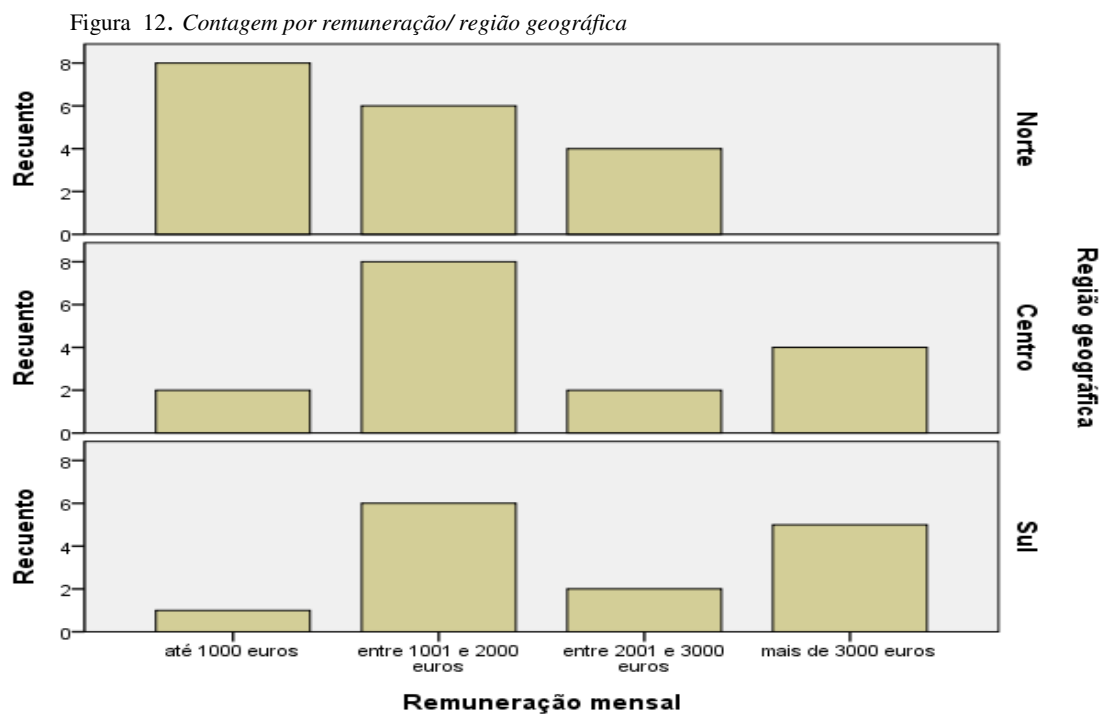
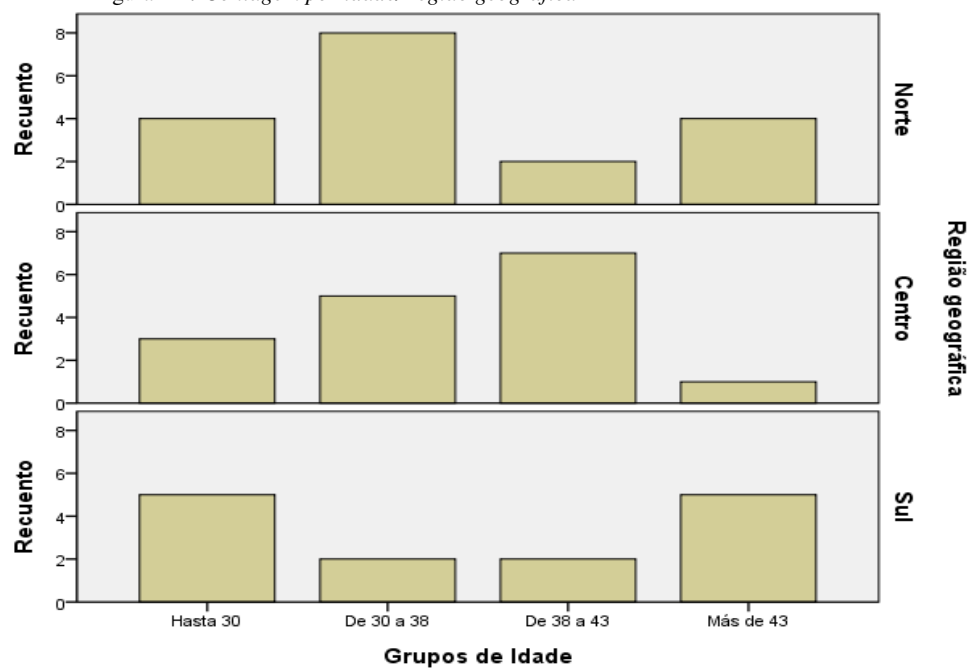


Figura 14. Contagem por idade/ região geográfica



Conclusão

É consensual que as constantes reformas no âmbito do sistema judicial se prendem com questões não de agora, mas de há anos até esta parte. Porquê esta morosidade? As questões prendem-se com a eficiência, a eficácia, a educação das comunidades, o aspecto sociológico ou mesmo financeiro, e, ainda mais polémico, o que nos transmite a qualidade das decisões. É também consensual que um dos principais problemas dos tribunais portugueses decorre de deficiências de organização e gestão do sistema de justiça. Para uma resposta eficaz a esta questão exige-se uma agenda de reforma mais alargada, que deve passar por alterações várias, designadamente na organização e funcionamento interno dos tribunais, nos métodos de trabalho e na cultura judiciária. Os movimentos de reforma do sistema judicial português estavam inicialmente centrados em soluções que procuravam introduzir factores de celeridade e de simplificação nas leis processuais, no apetrechamento dos tribunais com mais recursos humanos e mais infra-estruturas e, mais recentemente, apostando na desjudicialização e nos meios alternativos de resolução de litígios. Na verdade, durante anos, foi-se assistindo a uma verdadeira correria no que toca a elaboração e propostas de lei sempre referentes ao sistema judicial. Contudo, o aumento exponencial da procura judicial, assim como a complexidade da litigância serviu, entre outras coisas, para mostrar que o caminho não era no sentido de aumentar as leis que regem o sistema judicial, mas sim a de produzir mudanças a outros níveis. De facto, a complexidade da litigação emergente, num contexto de evolução dinâmica, apela a uma maior flexibilidade e criatividade do legislador, magistrados, advogados e académicos. Também em Portugal há um relativo consenso quanto ao facto de o défice de organização, gestão e planeamento do sistema de justiça ser responsável por grande parte da ineficácia e ineficiência do seu desempenho funcional, aliás à semelhança de outros países europeus que passaram a seguir directivas funcionais e recomendações do Conselho da Europa e da CEPEJ. Defende-se, por isso, a introdução de medidas que visem a alteração de métodos de trabalho, uma melhor e mais eficaz gestão de recursos, sejam humanos, materiais e dos processos, e uma melhor articulação dos tribunais com os serviços complementares da justiça. Este conjunto de medidas é, no entanto, de uma imensa complexidade e nunca será fácil ou consensual a sua execução, logo à partida, porque pressupõe uma ampla discussão acerca da autonomia e

participação dos poderes executivo e judicial. A implementação de reformas levará, na sua génese, a uma discussão sobre medidas e mecanismos de gestão e distribuição processual, e isto são duas faces da mesma moeda. As dinâmicas de concentração territorial da população e dos sectores económicos impuseram, como se sabe, uma grande diferenciação na distribuição territorial do volume da procura judiciária. Os desvios à tramitação comum foram igualmente atendidos na selecção dos tribunais, na medida em que testam regimes processuais alternativos, como foram as alterações reconduzidas na feitura do Regime Processual Civil Experimental. A observação realizada procurou incorporar, para além da tramitação processual em si, também as condições físicas e materiais das unidades orgânicas, bem como outros elementos integrantes da gestão de recursos humanos. As mudanças proporcionadas pela introdução de novas tecnologias de informação no quotidiano dos tribunais constituíram igualmente aspectos merecedores de uma especial atenção no plano da pesquisa. Assim, as organizações do sistema judiciário, à semelhança das organizações da administração pública em geral, confrontam-se com a necessidade de implementar medidas que visem o aumento da sua qualidade, eficiência, transparência, bem como de prestação de contas. Nas sociedades democráticas, as organizações judiciais devem, tal como outras organizações do Estado, sujeitarem-se a mecanismos de avaliação externa e de prestação de contas. A construção desses mecanismos é uma questão em debate em muitos países. Esta problemática levanta duas questões: a questão da independência judicial e a do grau de participação/autonomia do poder judicial no processo de gestão dos tribunais. O princípio da independência judicial é visto, quer como uma entrave à implementação de mecanismos de prestação de contas no sistema judiciário, quer como alavanca essencial para a sua implementação. Obviamente que o nascimento de questões relacionadas com a administração e gestão do sistema judicial levanta também a questão mais que pertinente das premissas relevantes na organização interna do tribunal. Para além do envolvimento de todos os intervenientes no contexto da realização de objectivos comuns, tendo em conta o desempenho funcional do tribunal, é importante ter uma adequada divisão de trabalho interna. Estudou-se, de forma não exaustiva, o novo modelo de oficina judicial em Espanha, o qual surge da tentativa

ambiciosa de reestruturação com vista à adaptação aos novos tempos e necessidades de uma organização considerada obsoleta. Os objectivos eram os expectáveis: adaptar a organização judiciária à realidade de um estado autonómico; adaptar a oficina judicial às novas tecnologias e a um programa eficiente e racional de gestão de recursos humanos e materiais, com um sistema de organização mais ágil e eficaz; e converter o secretário judicial no efectivo director da oficina judicial, libertando-se o juiz da realização de toda a actividade burocrática. Esta nova reforma deu o mote à alteração de pelo menos 22 diplomas com vista à alteração legislativa no que respeitava as competências e funções de cada um dos intervenientes da vida judicial. Actualmente, a LOPJ estabelece que a oficina judicial funciona com critérios de agilidade, eficácia, eficiência, racionalização do trabalho, responsabilidade pela gestão, coordenação e cooperação entre serviços, com a finalidade primordial de que os cidadãos obtenham uma justiça próxima e de qualidade. A nova oficina judicial pretende, acima de tudo, servir a modernização tecnológica da administração da justiça considerando-se que o êxito da sua implementação depende, em grande medida, dessa adaptação.

Um outro dos propósitos enunciados é, também, a criação de uma “Justiça sem papel”, em que os advogados dirijam as suas comunicações aos tribunais em formato electrónico. Espaços físicos alterados para o efeito de celeridade e qualidade na organização interna do tribunal. É claro que esta reforma é alvo de críticas...O objectivo é sempre o de atingir uma resolução dos litígios justa, rápida e eficiente. Para Fix-Fierro, de entre as diferentes medidas que podem integrar a gestão do caso concreto, destaca a selecção adequada da calendarização e do sistema de marcação de diligências; a adopção de medidas que visam o encorajamento da solução do conflito por acordo; a introdução de adequados programas informáticos; o recurso a funcionários judiciais com competência e formação especializada para o tratamento de certas questões e litígios; e a utilização de mecanismos processuais, como audiências preliminares e formas de julgamento sumárias. A introdução de novas tecnologias de informação e de comunicação no sistema judicial é considerada uma das componentes fundamentais de uma nova política gestonária, orientada para a qualidade e eficácia dos sistemas judiciais. Como ideia mais importante devemos reter, na minha opinião, que é importante

que todos os intervenientes do sistema judicial (magistrados, advogados ou funcionários de justiça) acreditem que a informatização do sistema irá progressivamente facilitar a organização do sistema funcional dos serviços. É, no entanto, importante, que todos tenham formação na área e, no caso dos funcionários, que se recusem a acreditar que a utilização das tecnologias de informática lhes retirará o posto de trabalho. Neste campo, deverão os governos conceder alguma certeza e segurança laboral. Nos estudos levados a cabo no âmbito do OPJ (Observatório Permanente da Justiça), este é um dos factores também identificado como um dos principais bloqueios da eficácia de algumas reformas. Boaventura de Sousa Santos afirma que “não há reformas que resolvam os problemas se não houver uma cultura judiciária que as sustente”. Para tal, o recrutamento e, sobretudo, a formação dos magistrados, quer a formação inicial, quer a formação permanente, assumam um papel central num qualquer projecto de reforma estrutural do sistema de justiça dirigido, não só ao aumento da eficácia, mas também à melhoria da qualidade de justiça e à criação de uma nova cultura judiciária. No âmbito do Comité de Ministros do Conselho da Europa e da Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça (CEPEJ), a problemática da gestão processual e do recurso às Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) tem vindo a merecer um particular destaque. Acredito que este desenvolvimento é indispensável para o dinamismo económico e social, e justifica, em grande medida, o investimento político dos países europeus no sentido da adopção de instrumentos técnicos e administrativos capazes de otimizar os recursos disponíveis nos sistemas judiciais, bem como assegurar um incremento de práticas aceleradoras e qualificadoras da resposta dos tribunais à procura judicial, nos seus diferentes domínios. Nesse sentido, pronunciou-se a CEPEJ, orientando e confirmando o que há muito se dizia e acreditava ser o caminho: enquanto instrumento auxiliar da administração e gestão da justiça, apela-se ao uso das novas tecnologias na concepção dos sistemas judiciais e nos serviços prestados aos cidadãos.

A longo prazo, porém, a reestruturação dos procedimentos tendo em vista a sua automatização, torna-se menos dispendiosa e mais adequada para os utilizadores. Outra vantagem do recurso a esta medida reside na visão de conjunto que proporciona à sua

concepção e administração, facilitando o desenvolvimento de links. A reestruturação constitui, todavia, uma solução mais morosa, podendo causar perturbações nos serviços e insatisfação dos recursos humanos, para além de poder exigir alterações legislativas de monta. Aliás, a este propósito, lembre-se que em 2006 foi publicado um estudo da CEPEJ cujas questões foram agrupadas em cinco temáticas: estabelecer calendarizações realistas e mensuráveis para a realização dos actos processuais; assegurar a aplicação dos prazos fixados; proceder à monitorização e disseminação de dados; desenvolver medidas referentes à avaliação e resposta do volume processual e da carga de trabalho; e promover políticas e práticas de gestão processual. Neste sentido, deverão ser os próprios tribunais a desenvolver as suas estratégias de gestão, tendo em conta o envolvimento de todos os interessados, atendendo às respectivas especificidades, às dinâmicas do contexto e aos usos e costumes do foro, havendo, contudo, sempre um enquadramento geral aplicável a todos os tribunais. A CEPEJ chama também a atenção para a necessidade de adaptação da tramitação processual à complexidade dos casos, devendo igualmente ser estabelecidos processos de carácter sumário para lidar com casos que revelem pouca complexidade. Inclusivamente aborda a questão da imposição de sanções pelo não cumprimento de prazos pelas partes, testemunhas ou peritos constituindo uma medida quase que psicológica, a qual visa agilizar o andamento dos processos. Mas não só... Na verdade, outra das linhas de actuação apontadas pela CEPEJ prende-se com a necessidade de redução do número de adiamentos de audiências, de forma a acelerar a tramitação dos processos, otimizar a utilização do tempo do juiz e evitar atrasos injustificados na obtenção de decisões judiciais. É também aconselhada a realização de uma conferência prévia entre as partes, com o objectivo de calendarizar os actos processuais, evitando o desperdício de tempo e de recursos. A questão subjacente é a de saber se haveria um resultado significativo. Quais seriam os resultados? Aumento dos acordos extrajudiciais; a redução dos adiamentos; a concentração das sessões de julgamento; e, conseqüentemente, o respeito pela calendarização previamente acordada. De acordo com o referido, salienta-se a questão que a utilização de tecnologia áudio e vídeo nos tribunais pode constituir um importante meio de poupança de tempo e dinheiro, tanto para os próprios, como para as partes. O recurso às TIC para a gestão processual

e, ainda, para a recolha de prova, permite igualmente um aumento dos níveis de eficiência da administração da justiça, designadamente por via da automatização de tarefas repetitivas. Por outro lado, o uso da Internet pode facilitar a troca de dados e informação entre os tribunais e as partes. Mas, efectivamente, para a previsão e monitorização do volume processual e da carga de trabalho, é essencial que seja definida a capacidade de trabalho dos recursos humanos do tribunal e uma distribuição adequada dos recursos materiais disponíveis.

Na temática da distribuição da procura no sistema judiciário português e no referente a princípios e regras que vão delineando esta mesma temática, temos, então, que a distribuição da procura entre tribunais começa, a um nível macro, por ser condicionada pelas políticas relativas a dois aspectos essenciais: mecanismos de resolução alternativa de conflitos e organização judiciária. Em Portugal, de há já alguns anos para cá, deu-se a criação de centros de arbitragem, julgados de paz, conciliação e mediação e desjudicialização de determinados conflitos. No campo da nova organização judiciária, esta iniciou-se em três comarcas piloto: Baixo Vouga, Grande Lisboa Noroeste e Alentejo litoral. Dentro de cada tribunal propriamente dito, a distribuição de processos deve ser feita sem colocar em causa o direito e garantia das partes a um processo justo e imparcial. Mas na verdade as regras de distribuição assentam em bases muito rígidas, baseando-se, em grande medida no princípio do juiz natural. Assim, contrariando esta tendência, defende-se, a implementação de regras que, sem colocar em causa o direito a um processo justo e imparcial, permitam uma maior flexibilidade da distribuição dos processos dentro do tribunal, uma vez que as situações de excepionalidade podem decorrer da especial complexidade dos litígios, do aumento do volume de trabalho ou da impossibilidade temporária dos magistrados titulares do processo. Imagine-se, por exemplo, a entrada de um processo para o qual, devido à complexidade de questões levantadas, um determinado juiz se encontra mais preparado. As regras de distribuição previstas actualmente no Código de Processo Civil não incorporam critérios especialmente dirigidos a assegurar a eficiência e a qualidade da resposta judicial. Parte-se do pressuposto que esses objectivos são assegurados pela especialização das

jurisdições, quando ela ocorre, e pela geral qualidade e capacitação de todos os magistrados, que deverão estar aptos a dirigir e decidir qualquer tipo de litígio. Mas a vida real contraria isto mesmo. Deve-se optar por regras mais flexíveis no que toca a distribuição de processos.

Aborda-se, ainda, ao longo da presente pesquisa, a questão da estrutura e dos recursos dos tribunais como factores de eficácia da gestão. Certo é que muitos tribunais operam em edifícios antigos, descaracterizados daquilo que seria o ideal de edifício; outros, por sua vez, operam em edifícios que nem sequer foram concebidos para tal, normalmente edifícios divididos em pisos e salas, nas quais, paredes meias com os gabinetes judiciais, existem gabinetes particulares. Quanto aos meios informáticos, secretárias, por exemplo, a verdade é que, na maioria dos tribunais, é patente a insuficiência de materiais, sendo que, mesmo existindo, são insuficientes para a quantidade de funcionários, secções, juízos e varas. Por exemplo, a falta de digitalizadores. Só isto carrega consigo a ineficiência da chamada desmaterialização do processo. No que concerne os recursos humanos, a falta de formação dos funcionários judiciais no que respeita às tecnologias é flagrante. Na realidade, alguns mostram mesmo alguma resistência quanto a determinadas sugestões feitas pelos funcionários de manutenção do sistema informático, quando resistem a opções informáticas mais céleres que as obsoletas soluções do passado. Tem e deve haver uma interacção de todos os intervenientes num mesmo caminho e com o mesmo objectivo. De nada adiantará conteúdos funcionais estabelecidos em Lei ou Decreto-Lei quanto às atribuições dos funcionários judiciais, quando aqueles criarão obstáculos por meio de resistência de determinado funcionário. É verdade que quando são contratados, é apenas para determinados conteúdos, mas na verdade, e não serão poucas vezes, os conteúdos confundem-se, criando-se uma mescla de características de um em outro e vice-versa. Quando uma vara tem um bom e organizado escrivão de direito, é meio caminho andado. Quando aquele não existe, o juiz tem de o substituir, sobrepondo-se, e realizando funções que não são, na realidade as suas. Todos os funcionários judiciais

acreditam que há falta de formação (tecnológica, legislativa). Também não abona o facto de existirem constantes alterações legislativas, uma vez que apenas perturbam a cimentação do saber já adquirido. Isto, aliado à tal resistência já referida, torna-se num obstáculo complicado de transpor. Não obstante, por que não investir na consciencialização de uma polivalência funcional? Uma vez que esta não pode prescindir de certa especialização e, por sua vez, a especialização de funções tem que abrir espaço para alguma flexibilização e mobilidade funcional, em situações particulares, muitas vezes próprias de um determinado serviço dentro de um certo tribunal. É certo que, em determinadas secções, com a falta de determinado profissional, haverão determinadas funções que transitarão para outro funcionário, mas, todavia, o consenso é que há a existência de uma falta de método, pois cada funcionário trabalha da forma como quer, de acordo com horários pessoais ou mesmo gostos por uma determinada matéria.

Há uma exagerada preocupação com o cumprimento dos prazos, mais do que propriamente com a estrutura interna organizativa de divisão de métodos de trabalho (em grande parte devida à falta de formação de gestão de pessoal por parte das chefias). A inspecção apenas quer saber dos prazos. E isso limita... Se o juiz tem de ter 500 processos na secretaria, o secretário colocará lá esses 500 em detrimento do funcionamento do serviço. Na falta de critérios fixos, a secretaria funciona dependente da proactividade dos secretários e funcionários. Por que não fazer um sistema em que todas as funções rodem por todos os funcionários da mesma secretaria? É algo que já existe em iniciativas pontuais, mas seria importante instituir isto como critério fixo. Os funcionários aprenderiam todos a realizar todas as funções.

A influencia da entrada em vigor da Portaria 114/2208, acerca da tramitação electrónica, e cujo objectivo principal é “a eliminação e simplificação de actos e processos na justiça”, com vista a promover a facilitação do acesso à justiça e a simplificação dos processos de trabalho nos tribunais através da utilização intensiva das novas

tecnologias, fez repensar em determinadas situações: a necessária adaptação dos espaços físicos; a capacidade dos recursos materiais para suportarem as exigências da desmaterialização; a eventual adaptação do quadro funcional à nova realidade; a formação e acompanhamento necessários para enfrentar possíveis resistências; a reconversão e requalificação dos funcionários, no sentido de adquirirem competências necessárias à utilização das novas ferramentas.

Nesta abordagem, é importante que a mudança deve operar-se em vários domínios pois várias são as questões levantadas: Regras processuais, políticas ou medidas gestionárias, organização judiciária, organização interna das estruturas judiciais, designadamente das secções de processos, métodos de trabalho, modernização tecnológica, adequação das infra-estruturas, formação, colocação e progressão na carreira dos agentes judiciais e cultura judiciária.

Concluindo, o aumento da procura judicial e a complexidade cada vez maior dos casos, levou a que hoje se tenha mais em atenção a eficiência da justiça, mais do que levar a cabo reformas que apenas visam aumentar os recursos humanos e materiais. Na realidade, as medidas, especialmente dirigidas à eficiência e à qualidade do sistema judiciário, começaram a ser discutidas, no contexto europeu, em finais dos anos 90 do século passado. O novo contexto social do desempenho funcional das organizações do sistema judiciário levou-as, assim, à semelhança de outras organizações da administração pública em geral, a confrontarem-se com a necessidade de implementar medidas que visem o aumento da sua qualidade, eficiência, transparência, bem como de prestação de contas. O principal objectivo é o de desenvolver e consolidar uma administração da justiça orientada para a eficiência e qualidade, cujos principais vectores são a independência e a imparcialidade judicial, a prestação de contas, a eficiência, o processo justo, a publicidade das audiências de julgamento, a duração adequada dos processos, a certeza e segurança jurídicas, o acesso à justiça e a eficácia de desempenho. Também no âmbito do Comité de Ministros do Conselho da Europa e da Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça (CEPEJ), a problemática da gestão processual e do recurso às novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) tem

vindo a merecer um particular destaque. No que concerne ao Conselho da Europa, destacam-se as Recomendações n.ºs 2 e 3, de 2001, nas quais é impulsionado o recurso às novas tecnologias enquanto instrumento auxiliar da administração e gestão da justiça, apelando-se ao uso das novas tecnologias na concepção dos sistemas judiciais e nos serviços prestados aos cidadãos; e a Recomendação n.º 15, (2004), que versa sobre o conceito de e-governance, sublinhando a sua importância modernizadora das operações de gestão, e que visa impulsionar os Estados-Membros a elaborar estratégias de gestão electrónicas, que permitam uma utilização eficaz das TIC no seio de cada organização e nas relações entre os diferentes poderes públicos, tal como entre estes e os cidadãos.

Em 2006, foi publicado pela CEPEJ um compêndio de boas práticas de gestão do tempo nos processos judiciais, que focou a sua atenção em cinco pontos essenciais: estabelecer calendarizações realistas e mensuráveis para a realização dos actos processuais; assegurar a aplicação dos prazos fixados; proceder à monitorização e disseminação de dados; desenvolver medidas referentes à avaliação e resposta do volume processual e da carga de trabalho; e promover políticas e práticas de gestão processual. A CEPEJ concluiu, ainda, pela necessidade de uma tramitação processual diferenciada tendo em conta o tipo de processo e a sua complexidade; pela importância de um papel mais activo por parte dos magistrados judiciais e dos tribunais na gestão processual; pela calendarização, tanto quanto possível rígida, das diversas fases do processo; pela realização de uma conferência prévia à audiência final entre as partes com a participação do juiz; e pelo uso de formatos concisos e padronizados nas decisões judiciais.

Na realidade, o caminho encontra-se como que traçado, delineado. Mas o traçado é longo e penoso pois, conforme se depreende de todo o exposto, a mudança deve ser operada em várias frentes. O estado da justiça deve reflectir o estado da consciência e mentalidade de uma comunidade. O que se esperará de uma comunidade sem fé nem crença numa justiça célere, eficaz e eficiente? Deve-se promover a informação relativa aos meios alternativos de resolução de litígios, uma vez que este é o caminho para a solução à mão dos cidadãos, pela forma célere e eficiente que apresenta a solução para casos que, não obstante não deveriam nunca chegar a tribunal, quase que abafando a verdadeira importância que lhes deve ser dada. É claro que isso não

se faz sem uma consciencialização e mentalização nacional. É a questão do “fazer acreditar de novo” que se levanta aqui. E, na minha opinião, uma coisa, será sempre uma consequência da outra.

A par de tudo isto, como qualquer serviço público, deverão as entidades do sistema judiciário prestar contas. Prestando contas, poder-se-á aferir do que estará mal num tribunal ou noutro, em detrimento ao volume de trabalho que neles exista.

Neste caminho, o caminho sobretudo da simplificação, a justiça caminhará para o que realmente importa: eficiência, celeridade e transparência.

Referências Bibliográficas

Almeida, J.(s/d). *(Novos) contextos organizacionais - O caso da administração e gestão da justiça*. [Em linha]. Disponível em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4616ce4a3d133_1.pdf [Consultado em 10/04/2009].

Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação. (2006, Março). *e-Justiça. O que o sector da Justiça em Portugal tem a ganhar com o desenvolvimento da Sociedade da Informação*. [Em linha]. Disponível em <http://cedo.ina.pt/docbweb/MULTIMEDIA/ASSOCIA/INTERNO/ELECTRON/EI29.PDF> [Consultado em 09/04/2009].

Branco, A. (2005, 28 de Outubro). *Justiça não tem falta de meios mas desperdiça-os*. [Em linha]. Disponível em http://www.apgei.pt/docs/Clipping_Vida_Economica.pdf [Consultado em 09/04/2009].

Brown, Henry J.; Marriott, Arthur L. (1999), *ADR Principles and Practice*. London: Sweet & Maxwell.

Cabral, C. C. (2002, Fevereiro). *Justiça e seu impacto sobre as empresas portuguesas*. [Em linha]. Disponível em http://www.bportugal.pt/events/conferences/CEM/Paper_13.pdf [Consultado em 10/04/2009].

CABRILLO,F. Y PASTOR,S. (2001) “Reforma judicial y economía de mercado”,Círculo de Empresarios

Castro Jr., Osvaldo Agripino (2000), *A Comparative Analysis of the ADR in the U.S and Brazil and Their Impact on Social Development*. Working Paper. Miami.

Conselho de Acompanhamento de Julgados de Paz (2008, 28 de Maio). *7º Relatório Anual 2007 do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz*. [Em linha]. Disponível em <http://www.conselhodosjulgadosdepaz.com.pt/Conselho/Relatorios/2008-05-28-7RelatorioAnual-2007.pdf> [Consultado em 07/04/2009].

Dejemeppe, Pierre (1995), “La médiation des dettes”, *Revue do CCCR*.

Dias, J. P., & Almeida, J. (2007, Agosto). *A influência das condições organizativas para a independência do poder judicial em Portugal*. (2000, Outubro). [Em linha]. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/281/281.pdf> [Consultado em 10/04/2009].

Direcção Geral de Política de Justiça. Ministério da Justiça. (2008). *Justiça 2005-2008 três anos com resultados no sistema judicial*. [Em linha]. Disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/noticias4411/apreciacao-positiva-de/downloadFile/attachedFile_2_f0/Descongestionamento_dos_tribunais.pdf?nocache=1223568332.13 [Consultado em 09/04/2009].

Direcção-Geral da Política de Justiça. (2008, 26 de Setembro). *Estatísticas da Justiça. Estatísticas Oficiais – Portugal, 2002*. [Em linha]. Disponível em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/publicacoes-das/estatisticas-da-justica2506/downloadFile/file/EJ2002.pdf?nocache=1222419173.47> [Consultado em 07/04/2008].

Direcção-Geral da Política de Justiça. (2008, 26 de Setembro). *Estatísticas da Justiça. Estatísticas Oficiais – Portugal, 2001*. [Em linha]. Disponível em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/publicacoes-das/estatisticas-da-justica5791/downloadFile/file/EJ2001.pdf?nocache=1222419229.65> [Consultado em 07/04/2008].

Direcção-Geral da Política de Justiça. (2008, 26 de Setembro). *Estatísticas da Justiça. Estatísticas Oficiais – Portugal, 2000*. [Em linha]. Disponível em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/publicacoes-das/estatisticas-da-justica3200/downloadFile/file/EJ2000.pdf?nocache=1222419290.42> [Consultado em 07/04/2008].

Direcção-Geral da Política de Justiça. (2008, 26 de Setembro). *Estatísticas da Justiça. Estatísticas Oficiais – Portugal, 1999*. [Em linha]. Disponível em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/publicacoes-das/estatisticas-da-justica2602/downloadFile/file/EJ1999.pdf?nocache=1222419344.69> [Consultado em 07/04/2008].

Direcção-Geral da Política de Justiça. (2009, 2 de Fevereiro). *Estatísticas de resolução alternativa de litígios – Julgados de Paz, 2003*. [Em linha]. Disponível em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/julg2003/downloadFile/file/Julgados de Paz 2003.pdf?nocache=1194866871.66> [Consultado em 07/04/2008].

Direcção-Geral da Política de Justiça. (2009, 2 de Fevereiro). *Estatísticas de resolução alternativa de litígios – Julgados de Paz, 2005*. [Em linha]. Disponível em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/julg2005/downloadFile/file/JulgadosPaz 2005.pdf?nocache=1213608185.19> [Consultado em 07/04/2008].

Direcção-Geral da Política de Justiça. (2009, 2 de Fevereiro). *Estatísticas de resolução alternativa de litígios – Julgados de Paz, 2006*. [Em linha]. Disponível em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/julg2006/downloadFile/file/JulgadosPaz 2006.pdf?nocache=1213608263.78> [Consultado em 07/04/2008].

Direcção-Geral da Política de Justiça. (2009, 2 de Fevereiro). *Estatísticas de resolução alternativa de litígios – Julgados de Paz, 2007*. [Em linha]. Disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/julg2007/downloadFile/file/JulgadosPaz_2007.pdf?nocache=1235140913.61 [Consultado em 07/04/2008].

Direcção-Geral da Política de Justiça. (2009, 2 de Fevereiro). *Estatísticas de resolução alternativa de litígios – Centros de Arbitragem, 1996-2001*. [Em linha]. Disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/arb1996-2001/downloadFile/file/Arbitragem_1996-2001.pdf?nocache=1194866735.95 [Consultado em 07/04/2008].

Direcção-Geral da Política de Justiça. (2009, 2 de Fevereiro). *Estatísticas de resolução alternativa de litígios – Centros de Arbitragem, 2002*. [Em linha]. Disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/arb2002/downloadFile/file/Arbitragem_2002.pdf?nocache=1194866691.1 [Consultado em 07/04/2008].

Direcção-Geral da Política de Justiça. (2009, 2 de Fevereiro). *Estatísticas de resolução alternativa de litígios – Centros de Arbitragem, 2003*. [Em linha]. Disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/arb2003/downloadFile/file/Arbitragem_2003.pdf?nocache=1194866642.95 [Consultado em 07/04/2008].

Direcção-Geral da Política de Justiça. (2009, 2 de Fevereiro). *Estatísticas de resolução alternativa de litígios – Centros de Arbitragem, 2004*. [Em linha]. Disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/arb2004/downloadFile/file/Arbitragem_2004.pdf?nocache=1194866587.29 [Consultado em 07/04/2008].

Direcção-Geral da Política de Justiça. (2009, 2 de Fevereiro). *Estatísticas de resolução alternativa de litígios – Gabinetes de Consulta Jurídica, 1993-2001*. [Em linha]. Disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/gab1993-2001/downloadFile/file/Gab_Consulta_Juridica_1993-2001.pdf?nocache=1194866518.8 [Consultado em 07/04/2008].

Direcção-Geral da Política de Justiça. (2009, 2 de Fevereiro). *Estatísticas de resolução alternativa de litígios – Gabinetes de Consulta Jurídica, 2002*. [Em linha]. Disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/gab2002/downloadFile/file/Gab_Consulta_Juridica_2002.pdf?nocache=1194866518.8

[de/anexos9113/gab2002/downloadFile/file/Gab_Consulta_Juridica_2002.pdf?nocache=1194866437.05](http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/gab2002/downloadFile/file/Gab_Consulta_Juridica_2002.pdf?nocache=1194866437.05) [Consultado em 07/04/2008].

Direcção-Geral da Política de Justiça. (2009, 2 de Fevereiro). *Estatísticas de resolução alternativa de litígios – Gabinetes de Consulta Jurídica, 2003*. [Em linha]. Disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/gab2003/downloadFile/file/Gab_Consulta_Juridica_2003.pdf?nocache=1194866375.2 [Consultado em 07/04/2008].

Direcção-Geral da Política de Justiça. (2009, 2 de Fevereiro). *Estatísticas de resolução alternativa de litígios – Gabinetes de Consulta Jurídica, 2004*. [Em linha]. Disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/gab2004/downloadFile/file/Gab_Consulta_Juridica_2004.pdf?nocache=1194866306.54 [Consultado em 07/04/2008].

Direcção-Geral da Política de Justiça. (2009, 2 de Fevereiro). *Estatísticas de resolução alternativa de litígios – Gabinetes de Consulta Jurídica, 2005*. [Em linha]. Disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/gab2005/downloadFile/file/ConsultaJuridica_2005.pdf?nocache=1213608406.82 [Consultado em 07/04/2008].

Direcção-Geral da Política de Justiça. (2009, 2 de Fevereiro). *Estatísticas de resolução alternativa de litígios – Gabinetes de Consulta Jurídica, 2006*. [Em linha]. Disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/gab2006/downloadFile/file/ConsultaJuridica_2006.pdf?nocache=1213608482.72 [Consultado em 07/04/2008].

Direcção-Geral da Política de Justiça. (2009, 2 de Fevereiro). *Estatísticas de resolução alternativa de litígios – Gabinetes de Consulta Jurídica, 2007*. [Em linha]. Disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/informacao-estatistica/estatisticas-de/anexos9113/gab2007/downloadFile/file/CJ_2007.pdf?nocache=1235054998.78 [Consultado em 07/04/2008].

Direcção-Geral de Política da Justiça (2008, Dezembro). *Quadro de Avaliação e Responsabilização – 2009. Ministério da Justiça*. [Em linha]. Disponível em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/planeamento/sistema-integrado-de/anexos-quar/sections/planeamento/sistema-integrado-de/anexos-quar/quar-dgpj-2009/downloadFile/file/QUAR-DGPJ%202009.pdf?nocache=1229370835.7> [Consultado em 10/04/2009].

Direcção-Geral de Política de Justiça. Ministério da Justiça. (2008). *Projecto Citius - Desmaterialização de Processos em Tribunal*. [Em linha]. Disponível em

http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/noticias4411/apreciacao-positiva-de/downloadFile/attachedFile_1_f0/CITIUS_IMPrensa_geral_09102008.pdf?nocache=1223552062.55 [Consultado em 15/04/2009].

Direcção-Geral de Política de Justiça. Ministério da Justiça. (2008). *Apresentação do Projecto «Citius» e entrega de computadores portáteis com esta aplicação aos alunos do Centro de Estudos Judiciários – Lisboa 2007-09-20*. [Em linha]. Disponível em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/politica-legislativa/anexos/legislacao-da-justica/anexos/2007-09-20/downloadFile/file/2007.09.20.pdf?nocache=1205856139.06> [Consultado em 15/04/2009].

Doyle, Margareth (2000), *Advising on ADR: The Essential Guide to Appropriate Dispute*

e.justicia – Justicia en la Sociedad del Conocimiento (2007, 27 de Julho). *Processos electrónicos nos tribunais*. [Em linha]. Disponível em http://www.ejusticia.org/component/option,com_docman/task,cat_view/gid,65/?mosmsg=You+are+trying+to+access+from+a+non-authorized+domain.+%28209.85.129.132%29 [Consultado em 09/04/2008].

Ferreira, J. O. C. (2007, Setembro). *Os custos da Justiça. Julgados de Paz*. [Em linha]. Disponível em <http://www.conselhodosjulgadosdepaz.com.pt/Intervencoes/JPaz-OsCustosDaJustica-JOCF.pdf> [Consultado em 10/04/2009].

Ferreira, J. O. C. (2008). *Economia e Justiça*. [Em linha]. Disponível em <http://www.conselhodosjulgadosdepaz.com.pt/Intervencoes/Jpaz-EconomiaJustica.pdf> [Consultado em 02/04/2008].

FIX, H. (1995) “La eficiencia de la justicia” UNAM, México

Frade, C. (2003). A resolução alternativa de litígios e o acesso à Justiça: A mediação do sobreendividamento. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 107-128.

Frade, Catarina (2002), *Proposta de um modelo de resolução extrajudicial do sobreendividamento de pessoas singulares*. Coimbra: Observatório Permanente da Justiça Portuguesa/Centro de Estudos Sociais.

Galanter, Marc (1985), *Reading the Landscape of Disputes: What We Know and Don't Know (and Think We Know) about Our Allegedly Contentious and Litigious Society*. Madison: Disputes Processing Research Program.

Galanter, Marc (1993), “Direito em Abundância: a actividade legislativa no Atlântico Norte”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 36, 103-145.

Garoupa, N. (2008, Fevereiro). *Reforma da Justiça e Reformas na Justiça*. [Em linha]. Disponível em http://www.iprisverbis.eu/files/IPRIS_Verbis_032008.pdf [Consultado em 10/04/2008].

Goldberg, S. B. *et al.* (1985), *Dispute Resolution*. Boston: Little Brown.

Hood, Christopher; Rothstein, Henry; Baldwin, Robert (2001), *The Government of Risk. Understanding Risk Regulation Regimes*. Oxford: Oxford UP.

Lascoux, Jean-Louis (2001), *Pratique de la médiation*. Paris: Collection Formation Permanente.

Machado, H., & Nunes, J. A. (s/d). *Uso e representações da ciência e de novas tecnologias nos tribunais e (re)configurações da cidadania*. [Em linha]. Disponível em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4611912bd94a0_1.pdf [Consultado em 10/04/2009].

Machado, L, Silva, S., & Santos, F. (2008). *Justiça Tecnológica. Promessas e desafios* [Em linha]. Disponível em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8429/1/JUSTICATECNOLOGICA_032_vers%C3%A3o%20final.pdf [Consultado em 09/04/2009].

Mackie, Karl J. (1991), *A Handbook of Dispute Resolution: ADR in Action*. London: Routledge

Marques, Maria Manuel Leitão *et al.* (2000), *O endividamento dos consumidores*. Coimbra: Almedina.

Marques, Maria Manuel Leitão; Frade, Catarina (2003), “Uma sociedade aberta ao crédito”, *Subjudice*, 24, 27-34.

Mesquita, A. A. (2007, 1 de Junho). *Portugal em 25º lugar entre 62 países num estudo sobre corrupção judicial*. [Em linha]. Disponível em <http://www.transparency.org/content/download/20014/277473> [Consultado em 09/04/2008].

Ministério da Justiça – Gabinete do Secretário de Estado da Justiça (2008). (2) *Julgados de Paz. Plano de Desenvolvimento da Rede de Julgados de Paz - Perguntas e Respostas*. [Em linha]. Disponível em http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/E267EF08-17F3-43CB-AA5A-A15850CEA435/0/Perg_Resp_Julgados_Paz.pdf [Consultado em 07/04/2009].

Ministério da Justiça – Gabinete do Secretário de Estado da Justiça (2008). *Julgados de Paz. Uma Justiça de Proximidade*. [Em linha]. Disponível em http://www.mj.gov.pt/sections/newhome/nove-novos-juizes-de-paz/downloadFile/attachedFile_f0/Julgado_de_Paz_PR.pdf?nocache=1221041628.66 [Consultado em 06/04/2009].

Ministério da Justiça – Gabinete do Secretário de Estado da Justiça (2008). *Julgados de Paz. Uma Justiça de Proximidade*. [Em linha]. Disponível em

http://www.mj.gov.pt/sections/newhome/ministro-da-justica3813/downloadFile/attachedFile_f0/Novos_Julgados_de_Paz_PR.pdf?nocache=1226570560.08 [Consultado em 06/04/2009].

Ministério da Justiça (2007, Janeiro). *Prevenir a Corrupção. Um guia explicativo sobre a Corrupção e Crimes Conexos*. [Em linha]. Disponível em http://www.mj.gov.pt/sections/documentos-e-publicacoes/doc-e-pub-2/copy_of_prevenir-a-corrupcao/downloadFile/attachedFile_f0/Prevenir_a_Corrupcao.pdf?nocache=1198754923.88 [Consultado em 09/04/2009].

Ministério da Justiça (2009). *Orçamento da Justiça 2009*. [Em linha]. Disponível em http://www.mj.gov.pt/sections/documentos-e-publicacoes/orcamento-de-estado-da/downloadFile/attachedFile_f0/Orcamento_da_Justica_2009.pdf?nocache=1224696749.32 [Consultado em 07/04/2009].

Nascimento, A. L. (2007, 28 de Janeiro). *Risco de politização da justiça*. [Em linha]. Disponível em http://www.inverbis.net/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=178 [Consultado em 10/04/2009].

Nascimento, A. L. (2007, 28 de Janeiro). *Risco de politização da justiça*. [Em linha]. Disponível em http://www.inverbis.net/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=178 [Consultado em 10/04/2009].

Nuno Garoupa (s/d). *Politização da Justiça e o Poder Judicial*. [Em linha]. Disponível em <http://www.stj.pt/nsrepo/cont/Professor%20Nuno%20Garoupa.pdf> [Consultado em 09/04/2008].

Nuno Garoupa (s/d). *Politização da Justiça e o Poder Judicial*. [Em linha]. Disponível em <http://www.stj.pt/nsrepo/cont/Professor%20Nuno%20Garoupa.pdf> [Consultado em 09/04/2008].

Observatório de Segurança, Criminalidade e Terrorismo (2008, Outubro). *Relatório Anual de Segurança* [Em linha]. Disponível em http://www.oscot.net/doc/Rel_Seg_OSCOT.pdf [Consultado em 07/04/2009].

Observatório do Endividamento dos Consumidores (s/d). *A resolução alternativa de litígios aplicada ao sobreendividamento dos consumidores. Virtualidades da mediação*. [Em linha]. Disponível em http://www.oec.fe.uc.pt/biblioteca/pdf/pdf_estudos_realizados/resolucao_alternativa.pdf [Consultado em 10/04/2009].

Observatório Permanente da Justiça Portuguesa – Centro de Estudos Sociais (2001, Outubro). *O recrutamento e a formação dos magistrados. Uma proposta de renovação*.

Análise comparada de sistemas e do discurso judiciário em Portugal. [Em linha]. Disponível em <http://opj.ces.uc.pt/pdf/3.pdf> [Consultado em 10/04/2009].

Observatório Permanente da Justiça Portuguesa – Centro de Estudos Sociais (2000, Outubro). *Parcerias público-privadas e Justiça. Uma análise comparada de diferentes experiências.* [Em linha]. Disponível em http://opj.ces.uc.pt/pdf/rel_parcerias_publico_privadas_justica.pdf [Consultado em 10/04/2009].

Observatório Permanente da Justiça Portuguesa – Centro de Estudos Sociais (2002, Julho). *Acesso ao Direito e à Justiça. Um Direito Fundamental em Questão.* [Em linha]. Disponível em <http://opj.ces.uc.pt/pdf/10.pdf> [Consultado em 09/04/2009].

Observatório Permanente da Justiça Portuguesa – Centro de Estudos Sociais (2005, Maio). *Para uma Agenda da Reforma da Justiça.* [Em linha]. Disponível em <http://opj.ces.uc.pt/pdf/Agenda%20de%20reforma.pdf> [Consultado em 09/04/2009].

Observatório Permanente da Justiça Portuguesa – Centro de Estudos Sociais (2005, Maio). *Para uma Agenda da Reforma da Justiça.* [Em linha]. Disponível em <http://opj.ces.uc.pt/pdf/Agenda%20de%20reforma.pdf> [Consultado em 09/04/2009].

Observatório Permanente da Justiça Portuguesa – Centro de Estudos Sociais (2002, Agosto). *Os Tribunais e o Território. Um Contributo para o Debate sobre a Reforma da Organização Judiciária em Portugal.* [Em linha]. Disponível em <http://opj.ces.uc.pt/pdf/11.pdf> [Consultado em 10/04/2009].

Observatório Permanente da Justiça Portuguesa – Centro de Estudos Sociais (2001, Novembro). *Percursos da informalização e da desjudicialização - por caminhos da reforma da administração pública (análise comparada).* [Em linha]. Disponível em <http://opj.ces.uc.pt/pdf/6.pdf> [Consultado em 14/04/2009].

Observatório Permanente da Justiça Portuguesa – Centro de Estudos Sociais (2006, Dezembro). *Como gerir os tribunais. Análise comparada de modelos de organização e gestão da justiça.* [Em linha]. Disponível em http://opj.ces.uc.pt/pdf/Como_gerir_os_tribunais.pdf [Consultado em 10/04/2009].

Observatório Permanente da Justiça Portuguesa – Centro de Estudos Sociais (2001, Novembro). *A administração e Gestão da Justiça. Análise Comparada das tendências de Reforma.* [Em linha]. Disponível em <http://opj.ces.uc.pt/pdf/5.pdf> [Consultado em 10/04/2009].

Observatório Permanente da Justiça Portuguesa – Centro de Estudos Sociais (2005, Maio). *Para uma Agenda da Reforma da Justiça.* [Em linha]. Disponível em <http://opj.ces.uc.pt/pdf/Agenda%20de%20reforma.pdf> [Consultado em 09/04/2009].

Orçamento da Justiça 2008

http://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Documents/oe/2008/notas_explicativas/MJ.pdf

Orçamento da Justiça 2009

http://www.portugal.gov.pt/pt/Documentos/Governo/MJ/OE_2009_Justica.pdf

PARTOR,S.(2003) “Dilación,eficiencia y costes.”, Fundación BBVA

Pedroso, João (2001a), *Entre a União Europeia e a Sociedade Portuguesa: a protecção e a resolução dos litígios dos consumidores – o caso da arbitragem de conflitos de consumo em Portugal*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (dissertação de mestrado).

Pedroso, João (2001b), “A construção de uma justiça de proximidade: o caso dos Centros

Pedroso, João *et al.* (2001), *Percursos da informalização e da desjudicialização – por caminhos da reforma da administração da justiça (análise comparada)*. Coimbra: Observatório Permanente da Justiça Portuguesa/Centro de Estudos Sociais.

Pedroso, João (2001b), “A construção de uma justiça de proximidade: o caso dos Centrod Arbitragem de Conflitos de Consumo”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 60, 33-60.

Pedroso, João *et al.* (2002), *O acesso ao direito e à justiça: um direito fundamental em questão*. Coimbra: Observatório Permanente da Justiça Portuguesa/Centro de Estudos

Portal da Justiça. Ministério da Justiça (2007, 19 de Julho). *Plano de Desenvolvimento da Rede de Julgados de Paz*. [Em linha]. Disponível em http://www.mj.gov.pt/sections/justica-e-tribunais/resolucao-alternativa-de/julgados-de-paz-novo/plano-de-desenvolvimento/downloadFile/attachedFile_f0/Apresentacao_Estudo_ISCTE_-_Rede_Julgados_de_Paz.pdf?nocache=1194538451.25 [Consultado em 02/04/2008].

Pureza, José Manuel; Frade, Catarina; Dias, Cristina (1997), *Tribunais, natureza e sociedade:o Direito do Ambiente em Portugal*. Lisboa: Cadernos do CEJ.

Reforma do Mapa Judiciário

<http://www.mj.gov.pt/sections/justica-e-tribunais/organizacao-judiciaria/index/>

Santos, B. S. (2005). Os tribunais e as novas tecnologias de comunicação e informação. *Sociologia*, 13, 82-109.

Santos, Boaventura de Sousa *et al.* (1996), *Os tribunais nas sociedades contemporâneas: o caso português*. Porto: Afrontamento. Sociais.

Vasconcelos-Sousa, José (2002), *O que é mediação*. Lisboa: Quimera.

Verbo Jurídico (2009, Janeiro). *Regulamento das custas processuais e diplomas conexos*. [Em linha]. Disponível em <http://verbojuridico.com/download/rcp2009.pdf> [Consultado em 10/04/2008].

ANEXOS

ANEXO A

Questionário Preliminar Sobre os Factores Subjacentes à Ineficiência da Justiça em Portugal

Nº questionário:

Data: ____/____/____

A ineficiência da Justiça em Portugal é uma temática ainda ambígua. Trata-se de um problema cujos factores que estão na sua origem, não foram ainda alvo de uma identificação exaustiva. **Por conseguinte, o objectivo deste questionário passa por fazer um levantamento sistematizado dos factores que mais possam contribuir para a ineficiência do Sistema de Justiça Português.** Desde já, agradeço a sua preciosa colaboração no preenchimento deste questionário.

Profissão: ☐ Juiz ☐ Advogado ☐ Oficial de Justiça

Região: Norte ☐ Centro ☐ Sul ☐

Idade: ____ anos

Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino

Remuneração: ☐ até 1000 €
☐ entre 1001€ e 2000 €
☐ entre 2001 € e 3000 €
☐ mais de 3000 €

Questionário:

Na sua opinião quais os factores que mais contribuem para a ineficácia da Justiça em Portugal? Por favor, enumere os factores por ordem de importância.

- 1º _____
- 2º _____
- 3º _____
- 4º _____
- 5º _____
- 6º _____
- 7º _____
- 8º _____
- 9º _____
- 10º _____

ANEXO B

Pré-categoria	Nº de unidades de análise – Total	Subcategorias	Nº de unidades de análise – Categoria	
			F	%
Ineficiência da Justiça	261	Burocracia	36	13,79%
		Produção legislativa excessiva	28	10,72%
		Morosidade	26	9,96%
		Falta de pessoal	26	9,96%
		Falta de condições de trabalho	25	9,57%
		Falta de preparação/formação dos agentes de justiça	21	8,04%
		Inadequação dos meios informáticos ao sistema judicial	21	8,04%
		Excesso de processos	13	4,98%
		Legislação desadequada à realidade	10	3,83%
		Fraca colaboração entre os agentes judiciais	9	3,44%
		Falta de incentivos laborais	7	2,68%
		Uso excessivo de procedimentos dilatórios	7	2,68%
		Pouca utilização de meios alternativos de resolução de conflitos	6	2,29%
		Desresponsabilização dos agentes de Justiça	6	2,29%
		Desigualdade de acesso à justiça	6	2,29%
		Politização do sistema judicial	5	1,91%
		Aceitação do sentido de justiça da decisão	5	1,91%
		Desconhecimento do acesso à justiça	4	1,53%
		Total	261	100%

ANÁLISE DE CONTEÚDO

<p>BUROCRACIA = 36</p> <ul style="list-style-type: none"> Burocracia (26) Burocracia da administração pública (1) Burocratização (1) Demasiado burocrática (1) Demasiado formalismo (1) Excesso de burocracia processual (3) Formalismos processuais excessivos (3) 	<p>PRODUÇÃO LEGISLATIVA EXCESSIVA = 28</p> <ul style="list-style-type: none"> Alteração da legislação (3) Alteração consecutiva da legislação (1) Contínua alteração à lei (1) Constante alteração legislativa (3) Demasiada legislação e ineficácia na prática (2) “Diarreia” legislativa – contraditória (1) Excesso de alterações legislativas (3) Excesso de legislação (1) Excesso de leis-medida – “feitas a martelo” (2) Excesso de reformas (2) Experimentalismo legislativo (1) Grande quantidade de reformas (4) Instabilidade legislativa (2) Legislação extensa (1) Produção excessiva de diplomas (1) 	<p>MOROSIDADE = 26</p> <ul style="list-style-type: none"> Apatia do funcionalismo público (1) Arrastamento dos processos (3) Atrasos processuais (3) Descrédito dos tribunais em face da morosidade das decisões (1) Excessiva morosidade dos processos judiciais (1) Incapacidade de gestão da agenda por parte dos magistrados (1) Morosidade (11) Morosidade das decisões (1) Morosidade dos tribunais (2) Morosidade da Justiça (1) Morosidade processual (1)
<p>FALTA DE PESSOAL = 26</p> <ul style="list-style-type: none"> Escassez de recursos humanos (1) Escassos magistrados (1) Falta de funcionários judiciais (1) Falta de funcionários e magistrados (1) Falta de juízes (2) Falta de magistrados e oficiais de justiça (2) Falta de meios humanos (5) Falta de oficiais de justiça (3) Falta de nº suficiente de oficiais de justiça (2) Falta de nº suficiente de juízes (2) Falta de pessoal (6) 	<p>FALTA DE CONDIÇÕES DE TRABALHO = 25</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de condições de trabalho (2) Falta de equipamentos (1) Falta de espaço (9) Falta de espaço físico (3) Falta de instalações espaçosas e adequadas (1) Falta de fundos (1) Falta de meios corpóreos (1) Fraco investimento nas infra-estruturas (1) Más condições de trabalho (3) Más condições dos edifícios (1) Má gestão dos recursos disponíveis (1) Reduzidos tribunais especializados (1) 	<p>FALTA DE PREPARAÇÃO/FORMAÇÃO DOS AGENTES DE JUSTIÇA = 21</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de conhecimentos insuficientes dos juízes (2) Falta de cursos de actualização (2) Falta de cursos de formação (5) Falta de especialização (1) Falta de formação a nível informático (1) Falta de formação dos advogados (1) Falta de preparação dos agentes (1) Falta de preparação dos funcionários forenses (1) Falta de qualidade dos parceiros (1) Formação deficitária dos operadores judiciários (3) Fracca formação da comunidade em geral (2) Impreparação dos magistrados em algumas matérias (1)
<p>INADEQUAÇÃO DOS MEIOS INFORMÁTICOS AO SISTEMA JUDICIAL = 21</p> <ul style="list-style-type: none"> Escassez de meios informáticos (2) Falta de condições informáticas (1) Falta de meios informáticos (12) Falta de meios tecnológicos (1) Inadequação dos meios informáticos do sistema judicial (2) Ineficácia de manuseamento das bases de dados (1) Insuficiente informatização do sistema judicial (2) 	<p>EXCESSO DE PROCESSOS = 13</p> <ul style="list-style-type: none"> Excesso de processos (12) Possibilidade recursos sucessivos 1 	<p>LEGISLAÇÃO DESADEQUADA À REALIDADE = 10</p> <ul style="list-style-type: none"> Inadequação do direito penitenciário (1) Inadequação das regras do patrocínio oficioso (1) Ineficácia de alteração das leis (1) Leis desajustadas à realidade (1) Legislação com lacunas (1) Legislação ineficaz (1) Péssima legislação (1) Legislação elaborada por pessoas que não trabalham no terreno (1) Péssima legislação em geral (1) Código Penal muito leve (1)
<p>FRACA COLABORAÇÃO ENTRE OS AGENTES JUDICIAIS = 9</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de articulação entre as diversas partes envolvidas (3) 	<p>FALTA DE INCENTIVOS LABORAIS = 7</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de incentivos sociais para os funcionários (2) Falta de incentivos morais e monetários 	<p>USO EXCESSIVO DE PROCEDIMENTOS DILATÓRIOS = 7</p> <ul style="list-style-type: none"> Expedientes dilatatórios permitidos por lei (1) Excesso de litigância (1) Manobras dilatatórias (2)

- O Efeito do Gasto Público na Justiça em Portugal -

<ul style="list-style-type: none"> • Falta de coordenação entre cidadãos e tribunais (1) • Falta de organização processual (1) • Indevida coordenação entre os agentes judiciais (1) • Fraca colaboração entre intervenientes processuais (2) • Má coordenação dos agentes judiciais (1) 	<p>(2)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de incentivos financeiros (3) 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de recursos sucessivos (1) • Uso recorrente de procedimentos dilatórios (1) • Utilização de manobras dilatórias (1)
<p>POUCA UTILIZAÇÃO DE MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS = 6</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento dos meios alternativos de resolução de litígios (1) • Pouca utilização de meios alternativos de resolução de litígios (1) • Inexistência de alternativas eficazes aos tribunais (2) • Tribunal como cobrador de dívidas (2) 	<p>DESRESPONSABILIZAÇÃO DOS AGENTES DE JUSTIÇA = 6</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incompetência (magistrados, funcionários, juizes) (1) • Desresponsabilização completa (1) • Inexistência de sanções directamente dependentes do cumprimento dos prazos pelos magistrados (1) • Ausência de poder disciplinar dos juizes, por lapsos e morosidade nas decisões (1) • Não existência de sanções por desrespeito dos prazos (1) <p>Desresponsabilização completa dos profissionais pela ineficácia da Justiça (1)</p>	<p>DESIGUALDADE DE ACESSO À JUSTIÇA = 6</p> <ul style="list-style-type: none"> • Custo no acesso à Justiça por parte dos cidadãos (1) • Desigualdade de armas (4) • Encargos com as taxas de Justiça (1)
<p>POLITIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIAL = 5</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alteração corporativa da legislação vigente (1) • A postura do governo (1) • Governo (2) • Hostilização das classes por parte do poder político (1) 	<p>ACEITAÇÃO DO SENTIDO DE JUSTIÇA DA DECISÃO = 5</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desigualdade na decisão (2) • Ineficácia na execução das decisões (1) • Mecanização das decisões (2) 	<p>DESCONHECIMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA = 4</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento de acesso à Justiça (3) • Nova lei do acesso à Justiça (1)

OUTROS = 13

- Não haver poder hierárquico dos magistrados sobre os funcionários judiciais (1)
- Atitude cultural de desrespeito face à Justiça (1)
- Distribuição dos tribunais a nível de área de comarca (2)
- Horário restrito de funcionamento (2)
- Complexidade de meios de prova válidos (2)
- Sensacionalismo da comunicação social e pouco rigor técnico (2)
- Cidadãos (1)
- Mentalidade / Educação (1)
- Todo o sistema (1)

ANEXO C

Tabela 1 - *Profissão Juiz /Sexo/ Linha*

		Sexo					
		Feminino		Masculino		Total	
		Contagem	% da linha	Contagem	% da linha	Contagem	% da linha
Conteúdo	BUROCRACIA	5	41,7%	7	58,3%	12	100,0%
	COMPLEXIDADE DE MEIOS DE PROVA VÁLIDOS	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	ACEITAÇÃO DO SENTIDO DE JUSTIÇA DA DECISÃO	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	LEGISLAÇÃO DESADEQUADA À REALIDADE	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	DESCONHECIMENTO DO ACESSO À JUSTIÇA	2	50,0%	2	50,0%	4	100,0%
	FACTORES CONTRIBUTIVOS PARA A INEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	DESRESPONSABILIZAÇÃO COMPLETA DOS PROFISSIONAIS DE JUSTIÇA	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	EXCESSO DE PROCESSOS	3	33,3%	6	66,7%	9	100,0%
	FALTA DE CONDIÇÕES DE TRABALHO	3	30,0%	7	70,0%	10	100,0%
	FALTA DE PESSOAL	3	37,5%	5	62,5%	8	100,0%
	FALTA DE PREPARAÇÃO/FORMAÇÃO DOS AGENTES DE JUSTIÇA	3	60,0%	2	40,0%	5	100,0%
	FALTA DE INCENTIVOS LABORAIS	1	33,3%	2	66,7%	3	100,0%
	FRACA COLABORAÇÃO ENTRE OS AGENTES JUDICIAIS	2	40,0%	3	60,0%	5	100,0%

- O Efeito do Gasto Público na Justiça em Portugal -

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO RESTRITO	0	,0%	0	,0%	0	,0%
PRODUÇÃO LEGISLATIVA EXCESSIVA	3	75,0%	1	25,0%	4	100,0%
DESIGUALDADE DE ACESSO À JUSTIÇA	1	33,3%	2	66,7%	3	100,0%
INADEQUAÇÃO DOS MEIOS INFORMÁTICOS AO SISTEMA JUDICIAL	3	37,5%	5	62,5%	8	100,0%
MOROSIDADE	5	41,7%	7	58,3%	12	100,0%
POLITIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIAL	0	,0%	0	,0%	0	,0%
USO EXCESSIVO DE PROCEDIMENTOS DILATÓRIOS	0	,0%	0	,0%	0	,0%
INEXISTÊNCIA DE SANÇÕES PELO INCUMPRIMENTO DOS PRAZOS LEGAIS	0	,0%	0	,0%	0	,0%
Total	5	41,7%	7	58,3%	12	100,0%

Tabela 2 - Profissão Advogado/Sexo/ Linha

		Sexo					
		Feminino		Masculino		Total	
		Contagem	% da linha	Contagem	% da linha	Contagem	% da linha
Conteúdo	BUROCRACIA	11	68,8%	5	31,3%	16	100,0%
	COMPLEXIDADE DE MEIOS DE PROVA VÁLIDOS	2	100,0%	0	,0%	2	100,0%
	ACEITAÇÃO DO SENTIDO DE JUSTIÇA DA DECISÃO	3	75,0%	1	25,0%	4	100,0%
	LEGISLAÇÃO DESADEQUADA À REALIDADE	4	100,0%	0	,0%	4	100,0%
	DESCONHECIMENTO DO ACESSO À JUSTIÇA	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	FACTORES CONTRIBUTIVOS PARA A INEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA	3	75,0%	1	25,0%	4	100,0%
	DESRESPONSABILIZAÇÃO COMPLETA DOS PROFISSIONAIS DE JUSTIÇA	2	66,7%	1	33,3%	3	100,0%
	EXCESSO DE PROCESSOS	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	FALTA DE CONDIÇÕES DE TRABALHO	3	60,0%	2	40,0%	5	100,0%
	FALTA DE PESSOAL	5	71,4%	2	28,6%	7	100,0%
	FALTA DE PREPARAÇÃO/FORMAÇÃO DOS AGENTES DE JUSTIÇA	7	63,6%	4	36,4%	11	100,0%
	FALTA DE INCENTIVOS LABORAIS	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	FRACA COLABORAÇÃO ENTRE OS AGENTES JUDICIAIS	4	100,0%	0	,0%	4	100,0%
	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO RESTRITO	2	100,0%	0	,0%	2	100,0%

- O Efeito do Gasto Público na Justiça em Portugal -

PRODUÇÃO LEGISLATIVA EXCESSIVA	9	60,0%	6	40,0%	15	100,0%
DESIGUALDADE DE ACESSO À JUSTIÇA	1	100,0%	0	,0%	1	100,0%
INADEQUAÇÃO DOS MEIOS INFORMÁTICOS AO SISTEMA JUDICIAL	4	66,7%	2	33,3%	6	100,0%
MOROSIDADE	9	75,0%	3	25,0%	12	100,0%
POLITIZAÇÃO DO SISTEMAA JUDICIAL	1	50,0%	1	50,0%	2	100,0%
USO EXCESSIVO DE PROCEDIMENTOS DILATÓRIOS	5	71,4%	2	28,6%	7	100,0%
INEXISTÊNCIA DE SANÇÕES PELO INCUMPRIMENTO DOS PRAZOS LEGAIS	2	66,7%	1	33,3%	3	100,0%
Total	14	63,6%	8	36,4%	22	100,0%

Tabela 3 - *Profissão Oficial de Justiça/Sexo/ Linha*

		Sexo					
		Feminino		Masculino		Total	
		Contagem	% da linha	Contagem	% da linha	Contagem	% da linha
Conteúdo	BUROCRACIA	4	66,7%	2	33,3%	6	100,0%
	COMPLEXIDADE DE MEIOS DE PROVA VÁLIDOS	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	ACEITAÇÃO DO SENTIDO DE JUSTIÇA DA DECISÃO	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	LEGISLAÇÃO DESADEQUADA À REALIDADE	1	50,0%	1	50,0%	2	100,0%
	DESCONHECIMENTO DO ACESSO À JUSTIÇA	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	FACTORES CONTRIBUTIVOS PARA A INEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	DESRESPONSABILIZAÇÃO COMPLETA DOS PROFISSIONAIS DE JUSTIÇA	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	EXCESSO DE PROCESSOS	3	75,0%	1	25,0%	4	100,0%
	FALTA DE CONDIÇÕES DE TRABALHO	6	60,0%	4	40,0%	10	100,0%
	FALTA DE PESSOAL	6	54,5%	5	45,5%	11	100,0%
	FALTA DE PREPARAÇÃO/FORMAÇÃO DOS AGENTES DE JUSTIÇA	4	80,0%	1	20,0%	5	100,0%
	FALTA DE INCENTIVOS LABORAIS	3	75,0%	1	25,0%	4	100,0%
	FRACA COLABORAÇÃO ENTRE OS AGENTES JUDICIAIS	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO RESTRITO	0	,0%	0	,0%	0	,0%

- O Efeito do Gasto Público na Justiça em Portugal -

PRODUÇÃO LEGISLATIVA EXCESSIVA	5	55,6%	4	44,4%	9	100,0%
DESIGUALDADE DE ACESSO À JUSTIÇA	0	,0%	1	100,0%	1	100,0%
INADEQUAÇÃO DOS MEIOS INFORMÁTICOS AO SISTEMA JUDICIAL	4	57,1%	3	42,9%	7	100,0%
MOROSIDADE	2	100,0%	0	,0%	2	100,0%
POLITIZAÇÃO DO SISTEMAA JUDICIAL	1	33,3%	2	66,7%	3	100,0%
USO EXCESSIVO DE PROCEDIMENTOS DILATÓRIOS	0	,0%	0	,0%	0	,0%
INEXISTÊNCIA DE SANÇÕES PELO INCUMPRIMENTO DOS PRAZOS LEGAIS	1	100,0%	0	,0%	1	100,0%
Total	8	57,1%	6	42,9%	14	100,0%

Tabela 4 - Profissão Total/Linha

		Sexo					
		Feminino		Masculino		Total	
		Contagem	% da linha	Contagem	% da linha	Contagem	% da linha
Conteúdo	BUROCRACIA	20	58,8%	14	41,2%	34	100,0%
	COMPLEXIDADE DE MEIOS DE PROVA VÁLIDOS	2	100,0%	0	,0%	2	100,0%
	ACEITAÇÃO DO SENTIDO DE JUSTIÇA DA DECISÃO	3	75,0%	1	25,0%	4	100,0%
	LEGISLAÇÃO DESADEQUADA À REALIDADE	5	83,3%	1	16,7%	6	100,0%
	DESCONHECIMENTO DO ACESSO À JUSTIÇA	2	50,0%	2	50,0%	4	100,0%
	FACTORES CONTRIBUTIVOS PARA A INEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA	3	75,0%	1	25,0%	4	100,0%
	DESRESPONSABILIZAÇÃO COMPLETA DOS PROFISSIONAIS DE JUSTIÇA	2	66,7%	1	33,3%	3	100,0%
	EXCESSO DE PROCESSOS	6	46,2%	7	53,8%	13	100,0%
	FALTA DE CONDIÇÕES DE TRABALHO	12	48,0%	13	52,0%	25	100,0%
	FALTA DE PESSOAL	14	53,8%	12	46,2%	26	100,0%
	FALTA DE PREPARAÇÃO/FORMAÇÃO DOS AGENTES DE JUSTIÇA	14	66,7%	7	33,3%	21	100,0%
	FALTA DE INCENTIVOS LABORAIS	4	57,1%	3	42,9%	7	100,0%
	FRACA COLABORAÇÃO ENTRE OS AGENTES JUDICIAIS	6	66,7%	3	33,3%	9	100,0%
	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO RESTRITO	2	100,0%	0	,0%	2	100,0%

- O Efeito do Gasto Público na Justiça em Portugal -

PRODUÇÃO LEGISLATIVA EXCESSIVA	17	60,7%	11	39,3%	28	100,0%
DESIGUALDADE DE ACESSO À JUSTIÇA	2	40,0%	3	60,0%	5	100,0%
INADEQUAÇÃO DOS MEIOS INFORMÁTICOS AO SISTEMA JUDICIAL	11	52,4%	10	47,6%	21	100,0%
MOROSIDADE	16	61,5%	10	38,5%	26	100,0%
POLITIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIAL	2	40,0%	3	60,0%	5	100,0%
USO EXCESSIVO DE PROCEDIMENTOS DILATÓRIOS	5	71,4%	2	28,6%	7	100,0%
INEXISTÊNCIA DE SANÇÕES PELO INCUMPRIMENTO DOS PRAZOS LEGAIS	3	75,0%	1	25,0%	4	100,0%
Total	27	56,3%	21	43,8%	48	100,0%

Tabela 5 - Profissão Juiz /Sexo/ Coluna

		Sexo					
		Feminino		Masculino		Total	
		Contagem	% da coluna N	Contagem	% da coluna N	Contagem	% da coluna N
Conteúdo	BUROCRACIA	5	100,0%	7	100,0%	12	100,0%
	COMPLEXIDADE DE MEIOS DE PROVA VÁLIDOS	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	ACEITAÇÃO DO SENTIDO DE JUSTIÇA DA DECISÃO	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	LEGISLAÇÃO DESADEQUADA À REALIDADE	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	DESCONHECIMENTO DO ACESSO À JUSTIÇA	2	40,0%	2	28,6%	4	33,3%
	FACTORES CONTRIBUTIVOS PARA A INEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	DESRESPONSABILIZAÇÃO COMPLETA DOS PROFISSIONAIS DE JUSTIÇA	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	EXCESSO DE PROCESSOS	3	60,0%	6	85,7%	9	75,0%
	FALTA DE CONDIÇÕES DE TRABALHO	3	60,0%	7	100,0%	10	83,3%
	FALTA DE MAGISTRADOS E OFICIAIS DE JUSTIÇA	3	60,0%	5	71,4%	8	66,7%
	FALTA DE PREPARAÇÃO/FORMAÇÃO DOS AGENTES DE JUSTIÇA	3	60,0%	2	28,6%	5	41,7%
	FALTA DE INCENTIVOS LABORAIS	1	20,0%	2	28,6%	3	25,0%
	FRACA COLABORAÇÃO ENTRE INTERVENIENTES PROCESSUAIS	2	40,0%	3	42,9%	5	41,7%

- O Efeito do Gasto Público na Justiça em Portugal -

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO RESTRITO	0	,0%	0	,0%	0	,0%
PRODUÇÃO LEGISLATIVA EXCESSIVA	3	60,0%	1	14,3%	4	33,3%
DESIGUALDADE DE ACESSO À JUSTIÇA	1	20,0%	2	28,6%	3	25,0%
INADEQUAÇÃO DOS MEIOS INFORMÁTICOS AO SISTEMA JUDICIAL	3	60,0%	5	71,4%	8	66,7%
MOROSIDADE	5	100,0%	7	100,0%	12	100,0%
POLITIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIAL	0	,0%	0	,0%	0	,0%
USO EXCESSIVO DE PROCEDIMENTOS DILATÓRIOS	0	,0%	0	,0%	0	,0%
INEXISTÊNCIA DE SANÇÕES PELO INCUMPRIMENTO DOS PRAZOS LEGAIS	0	,0%	0	,0%	0	,0%
Total	5	100,0%	7	100,0%	12	100,0%

Tabela 6 - *Profissão Advogado/Sexo/ Coluna*

		Sexo					
		Feminino		Masculino		Total	
		Contagem	% da coluna N	Contagem	% da coluna N	Contagem	% da coluna N
Conteúdo	BUROCRACIA	11	78,6%	5	62,5%	16	72,7%
	COMPLEXIDADE DE MEIOS DE PROVA VÁLIDOS	2	14,3%	0	,0%	2	9,1%
	ACEITAÇÃO DO SENTIDO DE JUSTIÇA DA DECISÃO	3	21,4%	1	12,5%	4	18,2%
	LEGISLAÇÃO DESADEQUADA À REALIDADE	4	28,6%	0	,0%	4	18,2%
	DESCONHECIMENTO DO ACESSO À JUSTIÇA	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	FACTORES CONTRIBUTIVOS PARA A INEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA	3	21,4%	1	12,5%	4	18,2%
	DESRESPONSABILIZAÇÃO COMPLETA DOS PROFISSIONAIS DE JUSTIÇA	2	14,3%	1	12,5%	3	13,6%
	EXCESSO DE PROCESSOS	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	FALTA DE CONDIÇÕES DE TRABALHO	3	21,4%	2	25,0%	5	22,7%
	FALTA DE PESSOAL	5	35,7%	2	25,0%	7	31,8%
	FALTA DE PREPARAÇÃO/FORMAÇÃO DOS AGENTES DE JUSTIÇA	7	50,0%	4	50,0%	11	50,0%
	FALTA DE INCENTIVOS LABORAIS	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	FRACA COLABORAÇÃO ENTRE OS AGENTES JUDICIAIS	4	28,6%	0	,0%	4	18,2%

- O Efeito do Gasto Público na Justiça em Portugal -

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO RESTRITO	2	14,3%	0	,0%	2	9,1%
PRODUÇÃO LEGISLATIVA EXCESSIVA	9	64,3%	6	75,0%	15	68,2%
DESIGUALDADE DE ACESSO À JUSTIÇA	1	7,1%	0	,0%	1	4,5%
INADEQUAÇÃO DOS MEIOS INFORMÁTICOS AO SISTEMA JUDICIAL	4	28,6%	2	25,0%	6	27,3%
MOROSIDADE	9	64,3%	3	37,5%	12	54,5%
POLITIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIAL	1	7,1%	1	12,5%	2	9,1%
USO EXCESSIVO DE PROCEDIMENTOS DILATÓRIOS	5	35,7%	2	25,0%	7	31,8%
INEXISTÊNCIA DE SANÇÕES PELO INCUMPRIMENTO DOS PRAZOS LEGAIS	2	14,3%	1	12,5%	3	13,6%
Total	14	100,0%	8	100,0%	22	100,0%

Tabela 7 - Profissão Oficial de Justiça/Sexo/ Coluna

		Sexo					
		Feminino		Masculino		Total	
		Contagem	% da coluna N	Contagem	% da coluna N	Contagem	% da coluna N
Conteúdo	BUROCRACIA	4	50,0%	2	33,3%	6	42,9%
	COMPLEXIDADE DE MEIOS DE PROVA VÁLIDOS	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	ACEITAÇÃO DO SENTIDO DE JUSTIÇA DA DECISÃO	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	LEGISLAÇÃO DESADEQUADA À REALIDADE	1	12,5%	1	16,7%	2	14,3%
	DESCONHECIMENTO DO ACESSO À JUSTIÇA	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	FACTORES CONTRIBUTIVOS PARA A INEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	DESRESPONSABILIZAÇÃO COMPLETA DOS PROFISSIONAIS DE JUSTIÇA	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	EXCESSO DE PROCESSOS	3	37,5%	1	16,7%	4	28,6%
	FALTA DE CONDIÇÕES DE TRABALHO	6	75,0%	4	66,7%	10	71,4%
	FALTA DE PESSOAL	6	75,0%	5	83,3%	11	78,6%
	FALTA DE PREPARAÇÃO/FORMAÇÃO DOS AGENTES DE JUSTIÇA	4	50,0%	1	16,7%	5	35,7%
	FALTA DE INCENTIVOS LABORAIS	3	37,5%	1	16,7%	4	28,6%
	FRACA COLABORAÇÃO ENTRE OS AGENTES JUDICIAIS	0	,0%	0	,0%	0	,0%

- O Efeito do Gasto Público na Justiça em Portugal -

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO RESTRITO	0	,0%	0	,0%	0	,0%
PRODUÇÃO LEGISLATIVA EXCESSIVA	5	62,5%	4	66,7%	9	64,3%
DESIGUALDADE DE ACESSO À JUSTIÇA	0	,0%	1	16,7%	1	7,1%
INADEQUAÇÃO DOS MEIOS INFORMÁTICOS AO SISTEMA JUDICIAL	4	50,0%	3	50,0%	7	50,0%
MOROSIDADE	2	25,0%	0	,0%	2	14,3%
POLITIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIAL	1	12,5%	2	33,3%	3	21,4%
USO EXCESSIVO DE PROCEDIMENTOS DILATÓRIOS	0	,0%	0	,0%	0	,0%
INEXISTÊNCIA DE SANÇÕES PELO INCUMPRIMENTO DOS PRAZOS LEGAIS	1	12,5%	0	,0%	1	7,1%
Total	8	100,0%	6	100,0%	14	100,0%

Tabela 8 - *Profissão Total/Coluna*

		Sexo					
		Feminino		Masculino		Total	
		Contagem	% da coluna N	Contagem	% da coluna N	Contagem	% da coluna N
Conteúdo	BUROCRACIA	20	74,1%	14	66,7%	34	70,8%
	COMPLEXIDADE DE MEIOS DE PROVA VÁLIDOS	2	7,4%	0	,0%	2	4,2%
	ACEITAÇÃO DO SENTIDO DE JUSTIÇA DA DECISÃO	3	11,1%	1	4,8%	4	8,3%
	LEGISLAÇÃO DESADEQUADA À REALIDADE	5	18,5%	1	4,8%	6	12,5%
	DESCONHECIMENTO DO ACESSO À JUSTIÇA	2	7,4%	2	9,5%	4	8,3%
	FACTORES CONTRIBUTIVOS PARA A INEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA	3	11,1%	1	4,8%	4	8,3%
	DESRESPONSABILIZAÇÃO COMPLETA DOS PROFISSIONAIS DE JUSTIÇA	2	7,4%	1	4,8%	3	6,3%
	EXCESSO DE PROCESSOS	6	22,2%	7	33,3%	13	27,1%
	FALTA DE CONDIÇÕES DE TRABALHO	12	44,4%	13	61,9%	25	52,1%
	FALTA DE PESSOAL	14	51,9%	12	57,1%	26	54,2%
	FALTA DE PREPARAÇÃO/FORMAÇÃO DOS AGENTES DE JUSTIÇA	14	51,9%	7	33,3%	21	43,8%
	FALTA DE INCENTIVOS LABORAIS	4	14,8%	3	14,3%	7	14,6%
	FRACA COLABORAÇÃO ENTRE OS AGENTES JUDICIAIS	6	22,2%	3	14,3%	9	18,8%

- O Efeito do Gasto Público na Justiça em Portugal -

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO RESTRITO	2	7,4%	0	,0%	2	4,2%
PRODUÇÃO LEGISLATIVA EXCESSIVA	17	63,0%	11	52,4%	28	58,3%
DESIGUALDADE DE ACESSO À JUSTIÇA	2	7,4%	3	14,3%	5	10,4%
INADEQUAÇÃO DOS MEIOS INFORMÁTICOS AO SISTEMA JUDICIAL	11	40,7%	10	47,6%	21	43,8%
MOROSIDADE	16	59,3%	10	47,6%	26	54,2%
POLITIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIAL	2	7,4%	3	14,3%	5	10,4%
USO EXCESSIVO DE PROCEDIMENTOS DILATÓRIOS	5	18,5%	2	9,5%	7	14,6%
INEXISTÊNCIA DE SANÇÕES PELO INCUMPRIMENTO DOS PRAZOS LEGAIS	3	11,1%	1	4,8%	4	8,3%
Total	27	100,0%	21	100,0%	48	100,0%

Tabela 9 – Remuneração Profissão Juiz

				Sexo		
				Feminino	Masculino	Total
				Contagem	Contagem	Contagem
Grupos de Idade	Hasta 30	Remuneração mensal	até 1000 euros	0	0	0
			entre 1001 e 2000 euros	2	1	3
			entre 2001 e 3000 euros	0	0	0
			mais de 3000 euros	0	0	0
			Total	2	1	3
	De 30 a 38	Remuneração mensal	até 1000 euros	0	0	0
			entre 1001 e 2000 euros	0	0	0
			entre 2001 e 3000 euros	1	2	3
			mais de 3000 euros	0	0	0
			Total	1	2	3
	De 38 a 43	Remuneração mensal	até 1000 euros	0	0	0
			entre 1001 e 2000 euros	0	0	0
			entre 2001 e 3000 euros	0	0	0
			mais de 3000 euros	2	1	3
			Total	2	1	3
	Más de 43	Remuneração mensal	até 1000 euros	0	0	0
			entre 1001 e 2000 euros	0	0	0
			entre 2001 e 3000 euros	0	0	0
			mais de 3000 euros	0	3	3
			Total	0	3	3
	Total	Remuneração mensal	até 1000 euros	0	0	0
			entre 1001 e 2000 euros	2	1	3
			entre 2001 e 3000 euros	1	2	3
			mais de 3000 euros	2	4	6
			Total	5	7	12

Tabela 10 – Remuneração Profissão Advogado

				Sexo		
				Feminino	Masculino	Total
				Contagem	Contagem	Contagem
Grupos de Idade	Hasta 30	Remuneração mensal	até 1000 euros	3	0	3
			entre 1001 e 2000 euros	3	1	4
			entre 2001 e 3000 euros	0	0	0
			mais de 3000 euros	1	1	2
			Total	7	2	9
	De 30 a 38	Remuneração mensal	até 1000 euros	0	1	1
			entre 1001 e 2000 euros	2	1	3
			entre 2001 e 3000 euros	2	1	3
			mais de 3000 euros	0	0	0
			Total	4	3	7
	De 38 a 43	Remuneração mensal	até 1000 euros	1	0	1
			entre 1001 e 2000 euros	1	0	1
			entre 2001 e 3000 euros	0	0	0
			mais de 3000 euros	1	0	1
			Total	3	0	3
	Más de 43	Remuneração mensal	até 1000 euros	0	0	0
			entre 1001 e 2000 euros	0	1	1
			entre 2001 e 3000 euros	0	2	2
			mais de 3000 euros	0	0	0
			Total	0	3	3
	Total	Remuneração mensal	até 1000 euros	4	1	5
			entre 1001 e 2000 euros	6	3	9
			entre 2001 e 3000 euros	2	3	5
			mais de 3000 euros	2	1	3
			Total	14	8	22

Tabela 11 – Remuneração Profissão Oficial de Justiça

				Sexo		
				Feminino	Masculino	Total
				Contagem	Contagem	Contagem
Grupos de Idade	Hasta 30	Remuneração mensal	até 1000 euros	0	0	0
			entre 1001 e 2000 euros	0	0	0
			entre 2001 e 3000 euros	0	0	0
			mais de 3000 euros	0	0	0
			Total	0	0	0
	De 30 a 38	Remuneração mensal	até 1000 euros	2	1	3
			entre 1001 e 2000 euros	0	2	2
			entre 2001 e 3000 euros	0	0	0
			mais de 3000 euros	0	0	0
			Total	2	3	5
	De 38 a 43	Remuneração mensal	até 1000 euros	1	1	2
			entre 1001 e 2000 euros	2	1	3
			entre 2001 e 3000 euros	0	0	0
			mais de 3000 euros	0	0	0
			Total	3	2	5
	Más de 43	Remuneração mensal	até 1000 euros	1	0	1
			entre 1001 e 2000 euros	2	1	3
			entre 2001 e 3000 euros	0	0	0
			mais de 3000 euros	0	0	0
			Total	3	1	4
	Total	Remuneração mensal	até 1000 euros	4	2	6
			entre 1001 e 2000 euros	4	4	8
			entre 2001 e 3000 euros	0	0	0
			mais de 3000 euros	0	0	0
			Total	8	6	14

Tabela 12 – Remuneração Profissão Total

				Sexo		
				Feminino	Masculino	Total
				Contagem	Contagem	Contagem
Grupos de Idade	Hasta 30	Remuneração mensal	até 1000 euros	3	0	3
			entre 1001 e 2000 euros	5	2	7
			entre 2001 e 3000 euros	0	0	0
			mais de 3000 euros	1	1	2
			Total	9	3	12
	De 30 a 38	Remuneração mensal	até 1000 euros	2	2	4
			entre 1001 e 2000 euros	2	3	5
			entre 2001 e 3000 euros	3	3	6
			mais de 3000 euros	0	0	0
			Total	7	8	15
	De 38 a 43	Remuneração mensal	até 1000 euros	2	1	3
			entre 1001 e 2000 euros	3	1	4
			entre 2001 e 3000 euros	0	0	0
			mais de 3000 euros	3	1	4
			Total	8	3	11
	Más de 43	Remuneração mensal	até 1000 euros	1	0	1
			entre 1001 e 2000 euros	2	2	4
			entre 2001 e 3000 euros	0	2	2
			mais de 3000 euros	0	3	3
			Total	3	7	10
	Total	Remuneração mensal	até 1000 euros	8	3	11
			entre 1001 e 2000 euros	12	8	20
			entre 2001 e 3000 euros	3	5	8
			mais de 3000 euros	4	5	9
			Total	27	21	48

Tabela 13 – Região geográfica

		Região geográfica							
		Norte		Centro		Sul		Total	
		Contagem	% da fila	Contagem	% da fila	Contagem	% da fila	Contagem	% da fila
Conteúdo	BUROCRACIA	13	38,24%	10	29%	11	32%	34	100%
	COMPLEXIDADE DE MEIOS DE PROVA VÁLIDOS	0	0,00%	2	100%	0	0%	2	100%
	ACEITAÇÃO DO SENTIDO DE JUSTIÇA DA DECISÃO	0	0,00%	1	25%	3	75%	4	100%
	LEGISLAÇÃO DESADEQUADA À REALIDADE	3	50,00%	1	17%	2	33%	6	100%
	DESCONHECIMENTO DO ACESSO À JUSTIÇA	0	0,00%	1	25%	3	75%	4	100%
	FACTORES CONTRIBUTIVOS PARA A INEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA	0	0,00%	2	50%	2	50%	4	100%
	DESRESPONSABILIZAÇÃO COMPLETA DOS PROFISSIONAIS DE JUSTIÇA	1	33,33%	1	33%	1	33%	3	100%
	EXCESSO DE PROCESSOS	3	23,08%	3	23%	7	54%	13	100%
	FALTA DE CONDIÇÕES DE TRABALHO	9	36,00%	5	20%	11	44%	25	100%

FALTA DE PESSOAL	9	34,62%	9	35%	8	31%	26	100%
FALTA DE PREPARAÇÃO/FORMAÇÃO DOS AGENTES DE JUSTIÇA	8	38,10%	8	38%	5	24%	21	100%
FALTA DE INCENTIVOS LABORAIS	3	42,86%	1	14%	3	43%	7	100%
FRACA COLABORAÇÃO ENTRE OS AGENTES JUDICIAIS	4	44,44%	1	11%	4	44%	9	100%
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO RESTRITO	0	0,00%	2	100%	0	0%	2	100%
PRODUÇÃO LEGISLATIVA EXCESSIVA	13	46,43%	10	36%	5	18%	28	100%
DESIGUALDADE DE ACESSO À JUSTICA	0	0,00%	2	40%	3	60%	5	100%
INADEQUAÇÃO DOS MEIOS INFORMÁTICOS AO SISTEMA JUDICIAL	5	23,81%	7	33%	9	43%	21	100%
MOROSIDADE	7	26,92%	9	35%	10	38%	26	100%
POLITIZAÇÃO DO SISTEMAA JUDICIAL	2	40,00%	2	40%	1	20%	5	100%

- O Efeito do Gasto Público na Justiça em Portugal -

USO EXCESSIVO DE PROCEDIMENTOS DILATÓRIOS	2	28,57%	2	29%	3	43%	7	100%
INEXISTÊNCIA DE SANÇÕES PELO INCUMPRIMENTO DOS PRAZOS LEGAIS	0	0,00%	4	100%	0	0%	4	100%
Total	18	37,50%	16	33%	14	29%	48	100%

		Região geográfica							
		Norte		Centro		Sul		Total	
		Contagem	% da coluna N	Contagem	% da coluna N	Contagem	% da coluna N	Contagem	% da coluna N
Conteúdo	BUROCRACIA	13	72%	10	63%	11	79%	34	71%
	COMPLEXIDADE DE MEIOS DE PROVA VÁLIDOS	0	0%	2	13%	0	0%	2	4%
	ACEITAÇÃO DO SENTIDO DE JUSTIÇA DA DECISÃO	0	0%	1	6%	3	21%	4	8%
	LEGISLAÇÃO DESADEQUADA À REALIDADE	3	17%	1	6%	2	14%	6	13%
	DESCONHECIMENTO DO ACESSO À JUSTIÇA	0	0%	1	6%	3	21%	4	8%
	FACTORES CONTRIBUTIVOS PARA A INEFICIÊNCIA DA JUSTIÇA	0	0%	2	13%	2	14%	4	8%
	DESRESPONSABILIZAÇÃO COMPLETA DOS PROFISSIONAIS DE JUSTIÇA	1	6%	1	6%	1	7%	3	6%
	EXCESSO DE PROCESSOS	3	17%	3	19%	7	50%	13	27%
	FALTA DE CONDIÇÕES DE TRABALHO	9	50%	5	31%	11	79%	25	52%

FALTA DE PESSOAL	9	50%	9	56%	8	57%	26	54%
FALTA DE PREPARAÇÃO/FORMAÇÃO DOS AGENTES DE JUSTIÇA	8	44%	8	50%	5	36%	21	44%
FALTA DE INCENTIVOS LABORAIS	3	17%	1	6%	3	21%	7	15%
FRACA COLABORAÇÃO ENTRE OS AGENTES JUDICIAIS	4	22%	1	6%	4	29%	9	19%
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO RESTRITO	0	0%	2	13%	0	0%	2	4%
PRODUÇÃO LEGISLATIVA EXCESSIVA	13	72%	10	63%	5	36%	28	58%
DESIGUALDADE DE ACESSO À JUSTICA	0	0%	2	13%	3	21%	5	10%
INADEQUAÇÃO DOS MEIOS INFORMÁTICOS AO SISTEMA JUDICIAL	5	28%	7	44%	9	64%	21	44%
MOROSIDADE	7	39%	9	56%	10	71%	26	54%
POLITIZAÇÃO DO SISTEMAA JUDICIAL	2	11%	2	13%	1	7%	5	10%

- O Efeito do Gasto Público na Justiça em Portugal -

USO EXCESSIVO DE PROCEDIMENTOS DILATÓRIOS	2	11%	2	13%	3	21%	7	15%
INEXISTÊNCIA DE SANÇÕES PELO INCUMPRIMENTO DOS PRAZOS LEGAIS	0	0%	4	25%	0	0%	4	8%
Total	18	1,0	16	100%	14	100%	48	100%